

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
CAMPUS – BAIXADA SANTISTA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS –
PPGSSPS

NATHALIA FRANCO MACEDO

TRAJETÓRIAS E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DOS
MORADORES DA REGIÃO CENTRAL DE SANTOS/SP: FORMAS DE
EXISTIR E RESISTIR À VIOLÊNCIA DE ESTADO.

SANTOS
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
Campus Baixada Santista
Programa De Pós-Graduação Em Serviço Social E Políticas Sociais

NATHALIA FRANCO MACEDO

**TRAJETÓRIAS E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DOS MORADORES DA
REGIÃO CENTRAL DE SANTOS-SP: FORMAS DE EXISTIR E RESISTIR À
VIOLÊNCIA DE ESTADO.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa De Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais.

Orientadora: Profª Dra Raiane Patrícia Severino Assumpção

SANTOS
2019

MACEDO Macedo, Nathália.
 , TRAJETÓRIAS E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DOS
 Nathã; MORADORES DA REGIÃO CENTRAL DE SANTOS/SP: FORMAS DE
 lia EXISTIR E RESISTIR À VIOLÊNCIA DE ESTADO.. / Nathália
 Franco Macedo; Orientadora Raiane Patrícia Severino
 t Assumpção. -- Santos, 2019.
 119 p. ; 30cm

Dissertação (Mestrado - Pós-Graduação em Serviço
 Social e Políticas Sociais) -- Instituto Saúde e
 Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 2019.

1. violencia de Estado. 2. Resistencia. 3.
 Estratégias de Sobrevivência. 4. Transformações
 Sócioterritoriais. 5. Região Central de Santos. I.
 Patrícia Severino Assumpção, Raiane , Orient. II.
 Título.

CDD 361.3

Inconsciente da sua capacidade e força transformadora, nega a responsa e fica à toa enquanto a vida voa. Não se envolve de verdade, não se expõem com medo da dor, da pouco e recebe menos da metade, depois lamenta porque já ficou tarde [...] Apesar dos limites do que é ser humano, da mesmice do cotidiano engano, da fome, da guerra da vida dura e do que quase não tem cura, a escolha é sua e quem não escolhe se ferra, submerge na treva, se estrepa, desespera, para e se espera o fim ou talvez uma próxima era, perde as melhores surpresas que o acaso reserva, fica de presa que não se preza, de cara feia como quem comeu com pressa, se bobear se fecha numa única ideia, pensando que descobriu a América, sem saber que quanto mais rija mais fácil a vara se quebra.

(Trecho da música Protesto Pessoal - DonaZica)

RESUMO

A Violência de Estado se manifesta nos territórios na medida em que privilegia determinados grupos no processo de gestão e organização da cidade: se utiliza da força militarizada para a resolução de incômodos e conflitos, ou fortalece os mecanismos de dominação e exclusão de parcela da população dos seus instrumentos institucionais burocráticos participativos. É importante considerar que estas ações se firmam com maior densidade em terrenos históricos em que o que pauta hegemonicamente a sociedade que queremos é uma política abertamente neoliberal, que transforma o acesso a direitos básicos em um bem de consumo e o seu não acesso em um exercício necropolítico. Não conseguindo escapar dessa premissa, o Brasil vem se adequando às mais diversas políticas de consumo e morte as populações afetadas pela desigualdade proposital adentram cada vez mais em contextos vulneráveis... a Região Central Histórica de Santos é só mais um território da Região Metropolitana da Baixada Santista que materializa em seu cotidiano os efeitos perversos dessas políticas. Nesse contexto, esta pesquisa é um esboço da experiência que foi acompanhar e se relacionar com as formas de existir tramadas pelos sujeitos que ocupam, habitam e transitam pela região. As narrativas de existências expressas nesta dissertação apontam para a frágil fronteira que há entre sobrevivência e resistência no contemporâneo, assim como a sua transgressão em cada ato (extra)ordinário. A principal motivação para a realização deste trabalho é a defesa da vida e da memória da população que habita esta região: a partir do reconhecimento de suas histórias, trajetórias cotidianas e saberes produzidos nas próprias relações, assim como a possibilidade de fortalecimento da troca de conhecimento com a universidade. A partir de uma abordagem qualitativa, elegemos como inspiração metodológica a estratégia da cartografia combinada com elementos da etnografia, em que a produção dos dados foi realizada através do caminhar, do observar e dos diálogos com o Outro que surgiram neste processo.

Palavras-chave: Violência de Estado, Resistencia, Estratégias de Sobrevivencia, Transformações Sócioterritoriais, Região Central de Santos.

ABSTRACT

State Violence manifests itself in the territories insofar privileges certain groups in the process of management and organization of the city: uses militarized force to solve troubles and conflicts, or strengthens the mechanisms of domination and exclusion of a portion of the population of the their participatory bureaucratic institutional instruments. It is important to consider that these actions are firmly established in historical lands in which what is hegemonically governed by the society we want is an openly neoliberal policy that transforms access to basic rights in a consumer good and its non-access in an exercise necropolitics. Not being able to escape this premise, Brazil has been adapting to the most diverse consumption and death policies, the populations affected by purposive inequality are increasingly entering vulnerable contexts ... Santos Historical Central Region is just another territory of the Metropolitan Region of Baixada Santista that materializes in its daily life the perverse effects of these policies. In this context, this research is an outline of the experience that was to accompany and relate to the forms of existence devised by the subjects that occupy, inhabit and transit through the region. The narratives of existences expressed in this dissertation point to the fragile frontier that exists between survival and resistance in the contemporary, as well as its transgression in each (extra) ordinary act. The main motivation for this work is the defense of life and memory of the population that inhabits this region: from the recognition of their histories, daily trajectories and knowledge produced in their own relations, as well as the possibility of strengthening the exchange of knowledge with the university. From a qualitative approach, we chose as a methodological inspiration the strategy of cartography combined with elements of ethnography, in which the production of the data was performed through walking, observing and dialogues with the Other that emerged in this process.

Key words: State Violence, Resistance, Survival Strategies, Socio-territorial Transformations, Central Region of Santos.

AGRADECIMENTOS

Nos últimos meses do término do mestrado, andava pelos corredores da faculdade e sempre era parada por algum colega ou professora perguntando quando ia ser a apresentação... sentia uma expectativa e curiosidade. Em um período almoço, sentei ao lado de uma professora, que durante a conversa perguntou como eu estava... preocupações com a solidão de final de pesquisa, respondi com convicção de que não me sentia sozinha, foi uma pesquisa construída por muitas mãos, corpos, diálogos, encontros, forças, potências... foi uma pesquisa coletiva... e é à essa coletividade orgânica que quero agradecer.

Agradeço às amigas, caras amigas, companheiras, interlocutoras Júlia Clara de Pontes, Jacqueline Magallanes, Andressa Lima, Lívia dos Santos, Nayara Albino, Fernanda Gonçalves, Tamires Nascimento, Brenda Barbosa, Heloisa Alexandre, Guilherme Jhuan., entre muitos outrxs que fugazmente trombava nos corredores.

Agradeço a turma do Bar da Ana e da calçada do cigarro/café.

Agradeço a Rosana Boschi que com seus cafés, doces, bolos e salgados sempre me acolheu com boas risadas e diálogos durante meus intervalos.

Agradeço minha orientadora Professora Dra. Raiane Patrícia Severino Assumpção, por me acompanhar, bancar minhas loucuras, incentivar minhas formas de expressão e fornecer um campo para o exercício da autonomia que hoje me é muito caro.

Agradeço minha família pelo apoio, preocupação e suporte.

Agradeço a toda equipe do Censo da População de Rua, em especial as professoras dra Gabriela Vasters e Gisele Bovolenta, pela oportunidade de desenvolvimento pessoal e profissional através das experiências de pesquisa.

Agradeço a turma do estágio de psicologia pela Vila Mathias, suas apostas no território e nas articulações entre diferentes sujeitos e atividades são caminhos nos quais me encontrei e quero experimentar.

Agradeço à toda a galera do grupo Jogatinhes, através das eras, essa residência afetiva, autônoma, orgânica, sutil e temporária só me fez crescer.

À todas as professoras do programa, que nas disciplinas, diálogos, corredores, atividades complementares, participaram ativamente da minha formação. Um agradecimento especial para a Professora Dra Rosilda Mendes, que incentivou percursos outros de pesquisa.

Agradeço as professoras dra(s) Marília Velardi e Andrea Almeida Torres e ao professor dr Luiz Henrique Passador, por aceitarem a participar da banca de defesa e contribuírem com diálogos plurais.

Um agradecimento especial ao Eduardo, da secretaria do programa, que com toda a sua paciência me guiou pelos confusos caminhos da burocracia institucional, aguentando todas as minhas confusões e transgressões.

Agradeço à turma de 2017-2019 do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais, que construiu debates, indagações e reflexões sólidas durante as disciplinas e nos intervalos para o café.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa, sem este apoio sua elaboração e conclusão não seriam possíveis.

.

Santos, SP, é eleita a melhor grande cidade brasileira para se viver

Ao todo, 77 características foram levadas em consideração por instituto. Santos encabeça uma lista de 100 cidades brasileiras.

Prédios antigos de Santos despencam à espera de obras

Dos 1.805 edifícios do centro histórico listados pela prefeitura para programa de revitalização, só em 431 reforma saiu do papel

Moradores pagam até R\$ 700 por moradias precárias em Santos: 'Ratos e baratas'

Cortiços expõem a degradação do Centro 'esquecido' de Santos (SP).

Raio-X DL: Do maior porto à maior favela em palafitas

Dique da Vila Gilda, na Zona Noroeste de Santos, tem mais de 10 mil moradores. Maior programa de macrodrenagem do País caminha lentamente e sem solucionar problemas das enchentes

Santos tem maior jardim de orla do mundo, segundo Guinness Book

Jardim é um dos principais atrativos em Santos, SP. Plantas florescem no local durante a primavera.

Centro Histórico de Santos agoniza com saída de empresas

ABANDONO. Prédios históricos, ocupados anteriormente por empresas de diversos segmentos, estão desocupados

‘Temos um processo irracional de ocupação das cidades’

Arquiteto, urbanista e professor universitário, fala sobre o Alegra Centro e seus impactos na política habitacional, patrimônio histórico arquitetônico e no repovoamento do Centro de Santos

Santos, a cidade nº 1 na melhor idade

Estudo considera município litorâneo o melhor para se viver no País quando se passou dos 60

Sumário

INTRODUÇÃO	12
<i>A experiência da vida cotidiana se encontra com a academia.....</i>	<i>17</i>
<i>Uma aposta otimista de compreensão do mundo</i>	<i>22</i>
1. Uma Metodologia Erraticamente Errante: A valorização do encontro, da experiência e da narrativa	24
<i>O caminho de pesquisa propriamente dito</i>	<i>31</i>
<i>Explicando a estrutura da dissertação.....</i>	<i>33</i>
PARTE 1: Ensaios Sobre Violência e Resistência	35
2. Violência	36
<i>A temática da violência no marxismo</i>	<i>37</i>
<i>Sociabilidade capitalista na contemporaneidade – a mundialização e a ideologia neoliberal vistas a partir das relações locais e intersubjetivas.....</i>	<i>39</i>
<i>A violência da colonização e a transformação desta em técnica de dominação.....</i>	<i>42</i>
<i>O neoliberalismo e a violência globalizada</i>	<i>47</i>
<i>Políticas do medo, controle dos afetos e dominação subordinação dos corpos</i>	<i>56</i>
3. Resistência	62
PARTE 2: Região Central Histórica de Santos: Errâncias, Encontros e Narrativas	68
4. De Santos para a Região Central Histórica e da Região Central Histórica para Santos.....	69
5. Cotidiano, Encontros e Narrativas pela Região Central Histórica	75
<i>Audiência pública e seus desdobramentos</i>	<i>77</i>
<i>De nós para nós</i>	<i>82</i>
<i>Futebol na calçada e gols de lixeiras.....</i>	<i>82</i>
<i>Na cidade da caridade estamos aqui sofrendo mais uma ação.....</i>	<i>84</i>
<i>Banhos e casa cheirosa</i>	<i>88</i>

<i>As Rodas de Música, a história de um corpo e o Robin Hood do(s) mercado(s)</i>	90
<i>O Grilo e as “historinhas” de guerrilha urbana</i>	95
<i>A guerrilha urbana travada por um comerciante da vida</i>	96
PRELÚDIOS PARA EXPERIÊNCIAS OUTRAS	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112
<i>Legislação</i>	116
<i>Matérias Jornalísticas</i>	116

INTRODUÇÃO

Afinal, “quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço?”¹. Da janela do meu quarto consigo ter uma ampla visão dos quintais dos antigos casarões do centro, neste dia chuvoso em específico, todas as casas estavam fechadas, até mesmo o prédio antigo de três andares que sempre aparentava estar cheio de sinais de vida - roupas secando na sacada, música, gritarias, brigas assustadoramente preocupantes- estava quieto. Quando nos mudamos, um companheiro de república e eu ficamos entre as caixas fechadas e o bafo quente da tarde de verão especulando a função deste prédio, conversava comigo, mais do que convencido que era um antigo moinho.

Fotografia 1: Da janela do meu quarto, o Hotel Japonês



Foto: Nathalia Franco Macedo

Durante o levantamento bibliográfico desta pesquisa e após uma tragédia² que levou a fachada deste prédio aos jornais da cidade, descobri que se tratava do antigo Hotel Japonês, um hotel construído em 1920 que ficou conhecido por ser o primeiro prédio com elevador na cidade. Sua estrutura abandonada e precária, hoje, serve de abrigo para mais de vinte e cinco famílias que se organizam através da lógica dos cortiços e assim tentam resistir ao déficit habitacional e à empreendimentos privados de revitalização que sutilmente higienizam essa parte da cidade da pobreza produzida pelos interesses econômicos que se sobrepõem ao social. Este “antigo símbolo de glamour³”, juntamente com casarões despedaçados ou com telhados derrubados,

é um dos principais exemplos do abandono que parte da região vem sofrendo há décadas.

¹ M. J. L. Souza, O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento p79. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77- 116.

² Cf. G1 Santos, 14/03/2018 “Homem é preso após matar vizinho com 20 facadas e alega 'legítima defesa' em SP”

³ Cf. A Tribuna, 24/03/2018 “Antigo símbolo do glamour, Hotel Japonês, em Santos, é sinal do abandono”

Os braços dos guindastes do porto nunca foram alvo de questionamentos e devaneios nossos, já estavam naturalizados para nossa visão, mesmo na neblina deixada pela chuva era possível ver seu contorno ao fundo da paisagem. Mas não deixam de ser a representação de uma ordem que se instala através de necessidades hegemônicas⁴: de uma modernização da cidade que se iniciou no final do século XIX e nunca terminou, tampouco alcançou o nível tecnológico considerado avançado. De madrugada existe sempre uma luz a iluminar os guindastes, é tão forte que chega a borrar os limites do céu.

O trem, mesmo na rotina caótica do comércio e do trânsito, da sacada de casa era possível ouvir o barulho do trem que passa a oito quarteirões de casa. Durante a noite, em uma outra configuração de cidade, na madrugada, quando o silêncio no trecho da minha casa toma o lugar do barulho cotidiano é até mesmo possível ouvir o som metálico produzido pelo atrito das rodas nos trilhos. É um barulho parte do cotidiano da madrugada, que permanece por incessantes quinze minutos até o trem terminar.

É engraçado quando comparo essa situação com a memória de morar na esquina da Avenida João Pessoa com a Brás Cubas. Apesar de estar apenas a três quadras dos trilhos, o barulho do trem não tinha eco pois nessa parte da região o dia pertence à ebulição de comércios e seus barulhos caóticos, já o período da noite pertence à encruzilhada de bares “risca faca” - como chamávamos - que com as músicas estilo “sofrência” derrubam o silêncio, que nunca se levanta, pois logo os comércios estão funcionando novamente. Desde quando nos mudamos, cada vez que preciso passar por esse trecho me surpreendo com um bar novo ou com uma fachada antiga adaptada para a estética de cidade contemporânea. Nos fins de semana, quando o barulho dos comércios nos dava uma folga - pois os bares nunca tiram folga, só abaixam a música - era possível ouvir um sino tocando, o bonde, que antigamente era meio transporte e hoje é meio de atrair turismo, passando na frente de casa, mas só era possível ouvi-lo porque era na frente de casa.

Compreendo que a cidade é isto, algo construído na efervescência de processos, composta de territórios que se formam e se dissolvem, se constituem e se dissipam, no tempo da ação e das relações sociais que se projetam no espaço e rompem com a estabilidade e

⁴ M. Santos, A Natureza do Espaço. Editora Hucitec, 2017.

equilíbrio⁵ que sempre acreditamos existir ou que, pelo menos, queremos acreditar que existem.

Agora essa lembrança do barulho do bonde faz emergir uma memória e um afeto de minha infância: a primeira vez que vim ao centro ou à cidade, como os mais velhos dizem, um costume geracional que se seguir as pistas de seus significados possivelmente chegaria à época que a cidade era o centro, pois é onde a malha urbana de Santos começou a ser tecida⁶. Até meus sete anos de idade morei no Japuí, um bairro cercado por morros com matas em São Vicente - cidade vizinha de Santos- que estava em pleno processo de urbanização. Naquela época as ruas ainda eram de pedregulhos... As casas eram um misto de alvenaria e madeira. Próximo à cidade de Praia Grande e longe do centro da cidade com uma precariedade do transporte público, a nossa mobilidade era reduzida, esperava até 2 horas para poder pegar algum ônibus ou perua. Depois dos meus 7 anos mudamos para outro bairro mais próximo do Centro de São Vicente, nossa casa ficava no limite da favela com os bairros foco de maior investimento em infraestrutura pelo poder público e privado. Ainda assim, por ser criança e depois uma adolescente mulher, minha mobilidade permaneceu reduzida, era o medo que a minha família tinha de uma cidade violenta alimentada e, por vezes, idealizada pela mídia. Ir para Santos, nessas condições, era um acontecimento, o tempo de espera para um ônibus também chegava a ser longo. Meus passeios ficavam restritos à região da orla da praia, portanto a primeira vez que visitei o Centro Histórico de Santos foi um marco histórico-afetivo. Minha tia-avó, que foi quem me levou, incentivou que eu escrevesse sobre a experiência. Ao contar essa lembrança para uma querida companheira, ela brincou: “foi seu primeiro diário de campo”.

Nesse passeio o que encantou a Nathalia criança foi as ruas de paralelepípedo, os trilhos de trem e bonde, o vai e vem que os comércios provocam nas pessoas e toda a história inscrita nas arquiteturas antigas, como por exemplo a concretude do ditado popular “não tem eira nem beira” em um telhado colonial com camadas de eira e beira, que indicavam o poder econômico de quem ali morou. Hoje o que me chama a atenção é a desigualdade socioespacial explícita, mas naturalizada, na relação da orla da praia com o centro histórico. Começando pelo visível: a diversidade de arquiteturas que convivem e suas funções, se em

⁵ M. J. L. Souza, op. cit.

⁶ G. H. Mello, Expansão e estrutura urbana de Santos (SP): aspectos da periferização, da deterioração, da intervenção urbana, da verticalização e da sociabilidade. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Sociologia. São Paulo, 2008.

uma rua consigo ver uma construção do início do século em condições precárias ou de abandono, uma quadra depois posso encontrar um *Trade Center* todo espelhado. Ambos exercem diferentes funções, enquanto casas antigas podem servir desde moradia até abrigo de serviços públicos, talvez o *Trade Center*, sinal de avanço urbano tecnológico para a classe média santista, não exerce nenhuma função em específico para as famílias que moram na região... para além de suas consequências, como o aumento de aluguel e gradual expulsão - através da especulação imobiliária e de processos gentrificadores- destas para outras regiões. O *Trade Center*, um representante palpável do projeto de cidade em curso, é um exemplo de uma ordem que visa atender forças hegemônicas, mas que desta vez fica estampado a desordem que cria, pois produz e “conduz mudanças funcionais e estruturais”⁷ na região.

Penso também que a paisagem diz muito sobre um projeto de cidade, as vezes devaneio sobre o que poderia vir a ser a cidade se a economia e desenvolvimento de mercado não fossem ultra-favorecidos - processo no qual priva milhares de pessoas do acesso à seus direitos básico?

Ao extrapolar essa memória relatada do cotidiano e a paisagem diante de mim todas as manhãs que abro a janela do quarto ou sento na sacada para um café - casas antigas, porto, trem e a vida cotidiana que emerge nas ruas e calçadas da cidade - percebo que o dia e a noite na Região Central Histórica de Santos não se difere do que Souza⁸ aponta em seu texto. A questão temporal pode ser mais um fator que possibilita a apropriação de determinados espaços por diferentes sujeitos de modo que os significados e usos de um mesmo lugar podem ser, dependendo do contexto, diferentes durante o dia e a noite. Durante a noite o número de mulheres que se prostituem dobra e se espalha pelas ruas e avenidas, durante o dia o comércio camufla essa atividade, assim como também faz com que pareça inexistente as casas ou apartamentos com a função de moradia. A cada ano em que vivi o cotidiano da região, percebi que o número de mulheres trabalhando na prostituição cresce mais e mais, junto com os comércios ao redor, nos apontando para a movimentação financeira que esta atividade provoca, isso faz parte da história da cidade-porto. As únicas que só aparecem no início da noite são as mulheres travestis e transexuais - na rua Amador Bueno - e logo de madrugada somem novamente, pois dependendo do ponto em que estão sua existência é passível de um maior risco de vida. As mulheres que não carregam essa marca da diferença permanecem

⁷ M. Santos, op. cit. p,227.

⁸ M. J. L. de Souza, op. cit.

durante o dia nas ruas, desde que sua presença seja restrita à encruzilhada do “risca faca” - Senador Feijó com João Pessoa. Nas praças próximas à essa zona, mulheres mais velhas passam o dia sentadas nos bancos... outras formas de programa funcionam aqui, próximas às das mulheres que trabalham no Jardim da Luz em São Paulo⁹. Ao final da João Pessoa, já quase dentro do porto, mulheres marcam encontros para programas¹⁰ - pagos em dólar- com trabalhadores dos navios em alguns bares que funcionam desde a época “do luxo” da vida boêmia que ali se estabeleceu, entre o início dos anos 1930 até 1990, e resistem sob “ao lixo” de sua decadência proporcionado pela desvalorização imobiliária e o avanço do porto. Estes são os usos temporal-territorial que os lugares tem e são alguns possíveis exemplos de “identidades singulares, que desenham e marcam novas configurações territoriais”¹¹ .

Quando me mudei para a João Pessoa no Centro a preocupação da minha vó era tomar cuidado para não andar sozinha à noite, pois era “um bairro de marginais e prostitutas”. Na medida em que nos acomodamos ao cotidiano do bairros um lugar para fazer compras ou uma padaria foi se tornando um motivo maior de preocupação para todos da casa, pois após as 18h e de fim de semana não tinha (e ainda não tem) absolutamente nada aberto nas redondezas, a não ser os bares. O funcionamento deste lugar, em específico, se dá por um projeto de mercado unido às necessidades gerais de consumidores, o que não tem uma necessária relação com o que os moradores precisam. Houve uma época que comíamos lasanha de microondas todo final de semana porque o único mercado próximo era um mini-extra e os produtos de uso diário para cozinhar tinham preços exorbitantes. Notamos que os preços no mini-extra do centro eram mais caros que em outros mini-extras. Aos poucos aprendemos com a população lugares para comer que eram baratos e que funcionavam nos mais diversos horários. Salve McRampa, o carrinho de lanche quase 24h na bacia do mercado municipal que tem os lanches “podrões” mais baratos desta cidade. Lanches e ultraprocessados eram a nossa realidade de estudantes.

A preocupação da minha vó quanto aos perigos de estar e morar no centro de Santos transparece um julgamento moral coletivo construído por quem é de fora do lugar. É o

⁹ Cf. BBC News Brasil, 13/08/2018 “A vida secreta das prostitutas veteranas que trabalham em parque histórico de São Paulo”.

¹⁰ Cf. Medium Liliane Souza, 14/03/2017 “Paquetá, em Santos, sustenta a tradição milenar da prostituição”.

¹¹ S.L, Costa ; R. Mendes, Redes sociais territoriais: primeiras palavras, p24. Em Samira Lima da Costa; Rosilda Mendes. (Org.). Redes Sociais Territoriais. 1ed. São Paulo: Editora FAP-UNIFESP, 2014, v. 1, p. 17-32.

movimento, que junto ao “abandono¹²” do lugar pelo poder público e privado, transfigura o ‘centro’ e a ‘bacia do mercado’ em lugares inóspitos, perigosos, insalubres, decadentes... entre outros adjetivos que vão construir a ideia de um não-lugar da região, e aqui exponho uma pista fornecida por Patrick Baudry¹³: o não-lugar é um “acidente” produzido que vai justificar uma intervenção urbana. A grande questão da criação de um “não-lugar” é que a vida e as identidades que o habitam não são reconhecidas como tal por quem detém o poder de melhoria da infraestrutura presente, nesta ausência de reconhecimento os sujeitos são deserdados dos mecanismos de participação dos processos decisórios de transformação da cidade, facilitando com que a intervenção urbana estrutural chegue com uma fome de colonizar, de reestruturar o não-lugar de acordo com um projeto de cidade seletivo, que materializa de modo territorial o funcionamento do necrobiopoder¹⁴, ou seja, seleciona as vidas desejáveis de habitar os territórios das vidas que se pode deixar morrer ou matar.

A experiência da vida cotidiana se encontra com a academia

Penso então que a experiência de morar em repúblicas situadas em alguns dos bairros da região ou em bairros contíguos, onde o aluguel é um pouco mais acessível do que no resto da cidade me possibilitou experimentar uma parcela da vida cotidiana local, como a intensa vida noturna boêmia que não nos deixava estudar e dormir, os circuitos de prostituição que durante a noite e madrugada nos dava uma segurança de andar nas ruas e a ausência de supermercados no bairro Centro; o silêncio das ruas da Vila Mathias durante os fins de semana e feriados; a má iluminação e o abandono do poder público na manutenção das ruas e dos pontos turísticos da Vila Nova e Paquetá; a violência policial e da guarda municipal com os moradores e a população que vive nas ruas que se fixa no entorno do Mercado Municipal; e o excesso de umidade que colabora para a proliferação de mofo nas casas da região, que me rendeu graves crises respiratórias.

Essa possibilidade de vivenciar atentamente no corpo e na mente as disputas e conflitos territoriais só acontece na medida em que a universidade, ao longo de minha

¹² Vale salientar que esse abandono não está necessariamente relacionado com uma falta de interesse político e econômico destes agentes.

¹³ P. Baudry. O urbano em movimento p.26. Em: H.P. Jeudy, P. B. Jacques. *Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais*. Salvador: UFBA. 2006.

¹⁴ B. Bento. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. *Cadernos Pagu*, (53), e185305. Epub June 11, 2018.

formação, me apresentou caminhos para a elaboração de um pensamento crítico. Foi quase no final do segundo ano da graduação que comecei a me implicar mais ativamente na vida acadêmica, e como consequência, elaborar alguns posicionamentos políticos. A disciplina Trabalho em Saúde teve um papel importante no ponta pé inicial deste processo, seu módulo de Clínica Integrada: Atuação em Grupos Populacionais tinha como objetivo principal o mapeamento das condições de vida e saúde da população de diversas regiões da cidade para a criação de planos de ação multidisciplinar¹⁵. Assim, tive a oportunidade de elaborar e realizar oficinas socioeducativas com meninos que moravam na Região Central Histórica de Santos e que frequentavam uma entidade socioassistencial próxima à UNIFESP. Foi a primeira vez que tive um contato com o cotidiano da região através de suas relações institucionais. O que prendeu minha atenção foi o trabalho da organização e suas estratégias pedagógicas para fornecer suporte de contraturno escolar para as famílias atendidas pela rede da assistência social, o principal intuito era de impedir que as crianças ficassem nas ruas em contato com o tráfico de drogas e outras formas de violações de direitos e violência presentes. Percebi que, para além desta organização, existiam outras que faziam o mesmo serviço pela região, formando uma ampla rede de suporte territorializado, que era histórica e com forte tradição nas práticas filantrópicas¹⁶.

A partir dessas percepções foi possível a elaboração de uma iniciação científica¹⁷ que teve por objetivo compreender, na perspectiva socioespacial, a formação das organizações socioassistenciais da região e seus planos de trabalho. Comecei com um mapeamento destas organizações a partir de sua afiliação com o Conselho Municipal de Assistência Social e com o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, que com as andanças pela região ficou perceptível que muitas delas não estão vinculadas à rede oficial das políticas sociais. As organizações que fazem parte da rede formal foram esquematizadas em um mapa da região e identificadas a partir dos grupos populacionais que atendem. Com estas informações foi possível realizar entrevistas com representantes de três destas organizações mapeadas, neste processo de entrevistas compreendi que o projeto de algumas organizações socioassistenciais

¹⁵ O Trabalho em Saúde é um dos eixos centrais do Projeto Político Pedagógico do Campus da Baixada Santista que tem como proposta central uma educação interprofissional. Portanto, seus módulos se dão de modo que as turmas integram alunos dos seis cursos do campus: serviço social, fisioterapia, educação física, nutrição, terapia ocupacional e psicologia.

¹⁶ A cidade tem inscrito em seu emblema a frase “à pátria ensinei a caridade e a liberdade” que fornece indícios do que é a construção da tradição filantrópica e como ela se entrelaça no âmbito político local.

¹⁷ “A formação das organizações socioassistenciais da Região Central Histórica da cidade de Santos” (2015-2016) sob orientação da Profa. Dra. Anita Burth Kurka.

sofre modificações de acordo com as demandas que a população atendida expressa, e estas demandas, por sua vez, estão fundamentalmente ligadas às transformações socioespaciais e às disputas por espaço em uma cidade com alto déficit habitacional¹⁸. Com isso foi possível refletir que apesar da tradição filantrópica, os serviços socioassistenciais estão muito mais enraizados nos cotidianos das famílias enquanto pontos de apoio do que os próprios serviços públicos que, pela alta demanda e precarização das políticas sociais, acabam comprometidos com a dimensão burocrática.

Durante a iniciação científica iniciei o meu período de estágio, estrategicamente fiquei um ano no Centro de Referência da Assistência Social da Região Central Histórica (CRAS-RCH). Era na época em que eu morava na João Pessoa e o CRAS ficava na quadra atrás da minha casa, por vezes as pessoas que moravam comigo brincavam imaginando como poderia ser a experiência da minha receptora de atender uma república de estudantes. No estágio passei a ter um contato muito próximo da população que mora na região, mas do ponto de vista de uma profissional que atende na rede de serviços das políticas sociais. Com as conversas e relatos das famílias atendidas e os seus trajetos cotidianos comecei a me afetar sobre o que é morar na região em condições de pobreza, conviver com a violência policial, doméstica e institucional, com pontos de prostituição e tráfico de drogas que por vezes se fixam no imaginário local como um projeto de futuro para as crianças e adolescentes, a quase inexistência de acesso a espaços de lazer e de cultura gratuita que não sejam elitistas, habitar em cortiços nos casarões insalubres do início do século XX, em quartos construídos até mesmo nos porões das casas e o aluguel (por quarto) beirando de 500 a 700 reais com apenas um banheiro para mais de vinte pessoas.

O estágio e a residência na região me levaram à reflexão sobre a diferença e o comum existente entre a minha condição -e de meus companheiros- de estudante que mora em repúblicas na região como uma estratégia de permanência na universidade e a condição destas famílias que vivem em habitações coletivas, as vezes por mais de vinte anos, enquanto uma estratégia de sobrevivência em uma cidade pequena em extensão, onde sua dinâmica metropolitana permite a criação de oportunidades ao mesmo tempo em que concretiza em seus projetos urbanísticos pautados em uma desigualdade sistêmica violenta, que retroalimenta a exclusão intencional. Quanto ao que há de comum, posso dizer que passei a me ver enredada nos espaços de circulação da população, movida por necessidades próximas

¹⁸ Cf. Gazeta de São Paulo, 13 de fevereiro de 2017 “Cortiços escancaram déficit habitacional em Santos”
Cf. A Tribuna, 13 de maio de 2018 “Baixada tem déficit de 150 mil moradias aponta levantamento”

ou parecidas, como por exemplo tomar café da manhã e almoçar no Bom Prato para economizar ou fazer render o dinheiro do mês, frequentar as festas comemorativas de algumas áreas que fornecem comida e bebida grátis ou à preço simbólico como uma forma de socialização ou de fortalecimento do sentimento de pertencimento, usar a unidade básica de saúde que atende meu bairro e na fila de espera compartilhar histórias com as pessoas, participar de atividades voltadas para a população local promovidas por organizações socioassistenciais, entre outros circuitos presentes no território. Em relação à diferença, sem dúvidas o acesso à universidade (e o que me possibilitou este acesso) e ao circuito político-cultural fornecido por ela me colocam em uma situação de privilégio, no qual transformam a minha experiência em uma condição ínfima se comparada com gerações de famílias ou uma vida toda morando na região em condições já citadas, assim como o fato de morar em república também torna as condições precárias de moradia contornáveis na medida em que os problemas são solucionados de modo coletivo.

As experiências aqui narradas possibilitaram o início de um processo reflexivo sobre significado da cidade na vida das pessoas. Deste modo, passei a compreender que os processos de urbanização têm efeitos para a população e esta não está alheia ou passiva às mudanças que ocorrem, as pessoas transitam pelos lugares do território estrategicamente, desenhando e redesenhando seus próprios pontos de apoio em busca de suprir individualmente demandas básicas que muitas vezes tem relação com os processos de transformações da região que estão intimamente ligados aos interesses especulativos de determinados grupos casado à projetos de revitalização urbana com a intencionalidade de atrair empresas, comércios, turismo e lazer para quem tem dinheiro para usufruí-los.

Malavski (2011) aponta que a região passa por um processo de revitalização no qual a criação e gestão das políticas públicas locais carregam o paradigma do gerenciamento empresarial da cidade, estabelecendo um projeto de desenvolvimento/modernização do espaço urbano que tem como um dos principais objetivos atrair investimentos privados que transformam a cidade de Santos em uma mercadoria potencial. Entendo que este processo acaba por adensar as desigualdades sociais na medida em que o sujeitos que habitam a região não estão implicados no projeto de reorganização do espaço, que somado a um contexto de transformação das relações trabalhistas, a reconfiguração das políticas sociais, o estreitamento do acesso aos espaços e aos serviços públicos, bem como o acirramento das condições de vulnerabilidade e precariedade vividas nos lugares do território, impõem à população um

cotidiano em meio a disputas políticas e econômicas nebulosas que acabam por expulsá-la para outras áreas da cidade e da Região Metropolitana da Baixada Santista.

Mas também compartilho das visões de Harvey (2013) e de Santos (2017) de que as cidades não são espaços harmoniosos e a partir desta afirmação acreditamos que é dentro dos conflitos estabelecidos pelas lógicas de mercado, nas suas contradições e no cotidiano de quem habita a cidade, que as resistências se formulam, sejam coletivas ou individuais. Por isso é necessário reconhecer que há uma relação de coexistência de projetos contraditórios que respondem desde lógicas marcadas pelas necessidades do mercado, até lógicas que se constituem nas necessidades da população, como por exemplo o comércio ambulante, que não se anulam, chegando a se complementarem em algumas ocasiões, isto é a cidade, isto é o território usado.

A partir do término da iniciação científica, do período de estágio no CRAS-RCH e da residência na região, passei a me interessar pelos trânsitos da população nos bairros da região. Em um primeiro momento tive um interesse maior pelo processo de exercício de autonomia dos usuários dos serviços de saúde mental e como esta se efetivava no território a partir das suas próprias redes. Aos poucos passei a refletir e perceber como esta ideia também está presente na população que habita a região de modo geral. Com isso foi elaborado o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) “As ações dos moradores da Região Central Histórica de Santos diante das transformações sócio-territoriais” (2016), que tinha como objetivo principal a compreensão das transformações socioterritoriais e de como a população se organiza a partir delas. Foi possível compreender que as transformações socioterritoriais se fortalecem em um projeto de mercado global, financeirizado e neoliberal, e aceleram o aumento da desigualdade socioespacial na cidade. Mas como tudo isso pode se configurar em uma violência endossada pelo Estado? Este foi um dos primeiros questionamentos que abriu um caminho para a reflexão presente nesta dissertação. Entretanto, a ideia de que a violência do capital cresce e se esparrama pelos territórios sem encontrar vidas que resistem sempre me foi perturbadora. Há algum espaço para resistir? Surge então a necessidade de compreender o que é resistência, passando pela visão clássica marxista, de que a resistência se dá somente através da organização coletiva com viés da consciência de classe. e seguindo pela compreensão mais recente de que a resistência também se dá no cotidiano dos sujeitos e em atos sutis¹⁹. A partir desses incômodos centrais o caminho desta pesquisa foi sendo traçado, tornando-se

¹⁹ J. Freire Filho. Reinvenções da resistência juvenil: os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

fundamental entender como os trajetos desenhados no cotidiano da população que habita/ocupa a região central de Santos e como eles podem indicar uma sobrevivência que busca produzir formas da vida resistir aos conflitos e disputas que se territorializam na cidade e refletem as mais diversas escalas do capital.

Uma aposta otimista de compreensão do mundo

E assim, com estas memórias, encontros e experiências cravados no corpo e sistematizados até aqui... pergunto novamente: afinal, “quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço?”²⁰. Essa é uma pergunta difícil de responder. Acredito que nunca encontrarei uma resposta imutável. Talvez a resposta mude de acordo com os processos e contextos. Se ignorarmos as relações que se estabelecem em um plano micropolítico podemos cair em uma resposta única: o capitalismo, o capitalismo é quem domina o mundo. Mas se fosse apenas isso a própria categoria território seria invalidada e qualquer possibilidade de resistência que não seja a da consciência de classe já poderia ser descartada; ou seja, os moradores do centro não seriam sujeitos até adquirir uma consciência de classe. Porém, “territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas”²¹ e, a partir de seu uso, se revelam enquanto um espaço de constante disputas e tensões das forças globais e locais²². Movimentos de resistência são gestados nas contradições geradas pelas próprias forças locais e globais, nos conflitos de interesses entre esses dois campos. A resistência também pode existir sob a forma de comportamentos singulares e resistentes que aos poucos se acumulam nas multidões²³, próximas ou espalhadas, nas identidades singulares que desenham o território²⁴. São estratégias de sujeitos que se utilizam dos objetos e das tecnologias que chegam aos lugares para transitar, sobreviver, resistir, participar e fomentar outras formas de existência. Faço aqui uma aposta em uma esperança otimista dentro de um futuro sombrio que está se construindo e já apresenta as faces da violência que irá utilizar: é dentro desses processos de disputas e espoliações socioespaciais que a revanche contra a perversidade do capitalismo vai se programando a cada instante, através da experiência e sua

²⁰ M. J. L. de Souza, op. cit. p, 79.

²¹ M. J. L. de Souza, op. cit. p, 81.

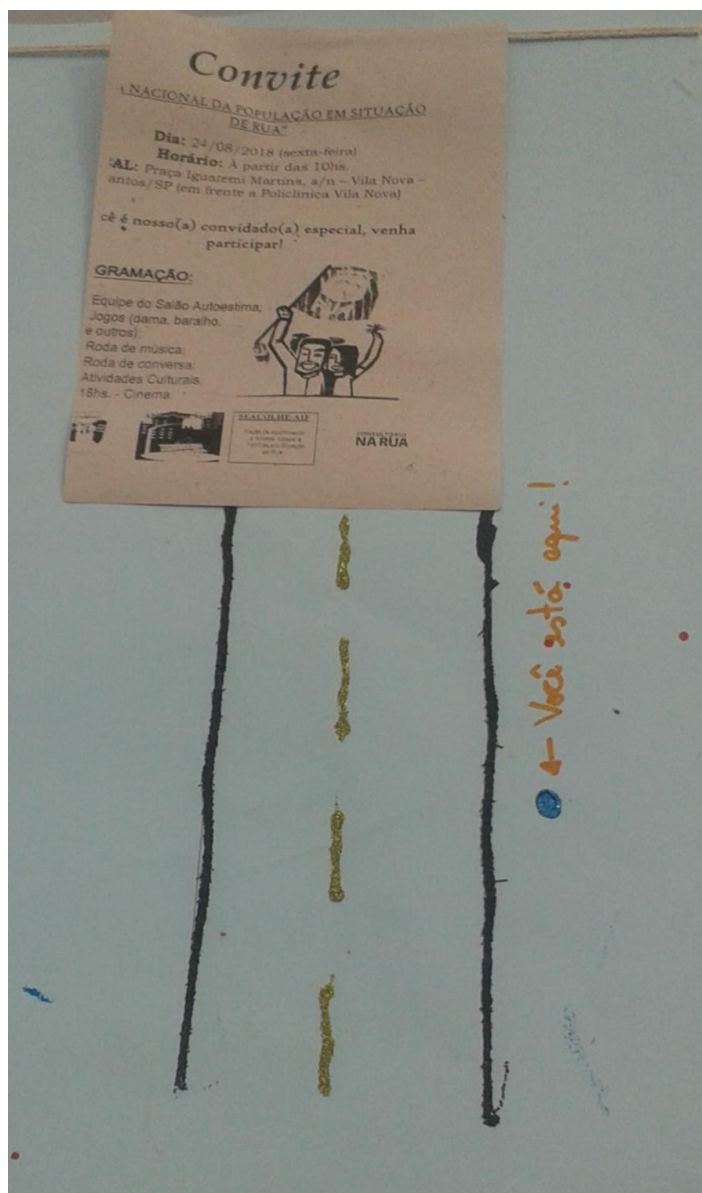
²² S.L, Costa ; R. Mendes, op. cit.

²³ A. Negri, Kairòs, Alma Venus, Multidão nove lições ensinadas a mim mesmo, 2003, p.130

²⁴ S.L, Costa; R. Mendes, op. cit.

valorização, da composição das narrativas singulares com as narrativas coletivas e a exposição destas para quem se interessar ou “se fazer ver e ouvir” para quem quer nos negar, possibilitando, assim, a (re)criação de resistências, de novos aglomerados, de novas multidões.

1. Uma Metodologia Erraticamente Errante: A valorização do encontro, da experiência e da narrativa



“Você está aqui!” - Foto autoral tirada em um varal artístico feito pela população que vive nas ruas da Bacia do Mercado no Dia Nacional da População de Rua 24/08/2018.

No início do mês de agosto de 2018 fui convidada por um amiga querida, colega de turma do mestrado e trabalhadora da equipe de abordagem da rua, a participar de um evento

que os profissionais da rede de atendimento às pessoas que vivem nas ruas²⁵ organizaram, de modo autônomo, em memória do Dia Nacional da População em Situação de Rua. Este convite coincidiu com o início da minha preparação para o campo e, consequentemente com uma série de dúvidas, incertezas, mas principalmente a insegurança de conseguir traçar um percurso metodológico para a produção de dados que tivesse como princípio um não-utilitarismo nos contatos com as pessoas. Eu não queria estar na posição clássica positivista de um pesquisador que coleta dados e os analisa para produzir conhecimento em uma linguagem sem sujeito, que apenas apresenta e discute resultados. Mas então, o que eu queria? E por onde eu começaria a construir este “queria”?

Multipliquei o convite para algumas pessoas da universidade que estavam interessadas em estar na rua, em contato próximo e fomentando possibilidades de trocas da universidade com as pessoas do entorno. No dia do encontro caminhei, junto com os estudantes que aceitaram o convite, da porta da UNIFESP até a bacia do mercado. Chegando lá tentei identificar as pessoas que eu tinha proximidade e me familiarizar com as atividades que estavam ocorrendo. Em um dos cantos da praça Nagasaki havia uma tenda montada abrigando do sol quente uma roda de música. Ao fundo da praça estava uma mesa de ping pong com uma pequena fila de espectadores que eventualmente, nos termos das partidas, se tornaram jogadores. E por fim, próximo à tenda, um varal de cartolinas e folhas de sulfite balançava com o vento. Movida por uma curiosidade intuitiva me aproximei do varal para olhar as informações que ele sustentava. De um dos seus lados os papéis guardavam em si desenhos, poesias, frases soltas das pessoas acolhidas no serviço de acolhimento institucional da cidade, do outro lado havia mapas feitos à mão, alguns sinalizavam onde ficava o serviço, outros

²⁵ Apesar de não ser o foco desta dissertação discutir minuciosamente nomenclaturas e seus significados políticos, abro aqui um parêntese rápido para explicar porque utilizo “pessoas que vivem nas ruas” ao invés da usual “população em situação de rua”. Durante o período do mestrado tive um envolvimento próximo com esse grupo específico de sujeitos, que não é tão homogêneo quanto o nome parece sugerir, acompanhei processos de tentativa de consolidação de um movimento social que tivesse como bandeira a luta por direitos e o reconhecimento da violência e potencialidade que este marcador identitário de viver na rua carrega. Com isso, escutei diretamente o descontentamento de um grupo específico com a nomenclatura atual “população em situação de rua”, principalmente pelo significado que a palavra “situação” carrega, passando uma certa impressão que viver nas ruas é uma questão circunstancial na trajetória de vida do sujeito, que pode ser passageira, o que na percepção deles está mais para uma questão que perdura por anos ou até a morte. Percebi através dos relatos deles ou de profissionais que, por vezes, o retorno à uma casa, à um abrigo, provoca um sofrimento que reside, em parte, no descompasso que há na organização cotidiana e na experiência subjetiva construída socialmente sobre os significados de estar na rua e ter uma casa. A experiência de viver na rua deixa marcas no corpo e nas formas de se relacionar com os outros e, portanto, eles que vivem nas ruas não se reconhecem no estar em uma situação, mas sim em estar em uma experiência que os obriga a encontrar formas de (sobre)viver.

eram o ponto da atividade e o mercado municipal, mas um mapa em específico captou a minha atenção por alguns minutos: o mapa que está no início deste capítulo.

A rua pintada, sem nenhum ponto no qual quem tem acesso ao mapa possa se referenciar com a frase enfática “você está aqui!” naquele momento me pareceu uma graciosa ironia em relação às angústias de por onde começar a construir o campo desta pesquisa. Eu estava ali, sozinha, naquele pontinho azul, com um caminho à frente e sem conseguir criar referência alguma de por onde ir e aquele “aqui” podia ser em qualquer lugar.

*

Longe deste relato significar uma ausência de conhecimento e preparo metodológico para a construção do campo desta pesquisa, ele diz mais sobre um conflito interno que perdurou até o fim dela: como fazer pesquisa e produzir conhecimento com as pessoas? E como estabelecer relações onde a produção de dados possa servir como um espaço de troca de saberes e experiências? Do segundo semestre do primeiro ano até o término do mestrado o percurso metodológico esteve presente sempre enquanto uma questão que exigia uma reflexão cuidadosa, para que uma ação em campo fosse efetivada com uma perspectiva de redução dos impactos da verticalidade que *à priori*²⁶ é estabelecida na relação pesquisador-sujeito de pesquisa.

Enquanto cumpria a integralização dos créditos, na disciplina de Pesquisa em Ciências Sociais cursada no final do ano de 2017 fui provocada por professoras convidadas para avaliar o meu projeto de pesquisa. A principal questão colocada era pensar em uma metodologia que se encaixasse na temática proposta e que potencializasse a discussão, convocando uma postura política de produção de saber que também viabilizasse a construção de uma pesquisa interventiva, comprometida, antes de tudo, com a história de vida dos sujeitos que habitam a Região Central de Santos e com possibilidades de fomento à ações coletivas e à redes de solidariedades. Passei a ter como interesse de estudo diferentes metodologias científicas de abordagem qualitativa juntamente com a leitura de pesquisas que se utilizam delas. Meu principal foco foi na técnica *snowball*, na cartografia e na etnografia, juntamente com alguns instrumentais como as formas de observação, formas de registro (diário de campo e fotografias) e as entrevistas (formais e não formais).

²⁶ Atribuo esse “*à priori*” à posição de poder que se construiu historicamente ao redor da figura do pesquisador que o coloca como uma autoridade do saber.

O processo de estudo das metodologias ajudou a elaborar uma compreensão de que a metodologia não é, necessariamente, algo pré-estabelecido com a elaboração de um cronograma rígido que, por vezes, impõem limitações para o pesquisador em expressar com profundidade a dinamicidade do que é fazer pesquisa. A metodologia carrega em si um método, e este método é o que vai indicar o caráter político da leitura de mundo que um pesquisador tem ao pesquisar. E se o mundo é dinâmico, a apreensão da realidade de determinado momento histórico a partir de determinada leitura se faz em um caminhar prático-teórico que ocupa alguns espaços desta dinâmica.

A partir desta elaboração, foi possível chegar à duas inspirações metodológicas centrais que orientaram o campo desta pesquisa, sua produção de dados e a participação interventiva nos diálogos com os sujeitos. A primeira delas é a abordagem da cartografia, descrita por Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia (2009), que se apresenta enquanto um modo de fazer pesquisa que busca acompanhar e investigar os processos que emergem, se dissipam ou se atravessam em um determinado contexto social. Parte-se do princípio que a realidade social e seus componentes - sujeitos, grupos, instituições, cultura, política, mercado - não são estáticos, mas se constituem em uma teia de processos interligados e atravessados pela história, relações de poder, o cotidiano, a memória social, entre outros elementos.

A cartografia é uma metodologia aberta que não carrega a pretensão de estabelecer um caminho rígido e linear para alcançar uma finalidade ou obter uma representação da realidade, seu principal ponto de apoio é a experiência que emerge de um saber que se constrói no fazer, o caminho metodológico é traçado na experimentação do campo pelo cartógrafo e nas suas formas de se (re)posicionar nas relações sociais. Visa ampliar nossa concepção de mundo na tentativa de suscitar a processualidade da realidade social, com isso o rigor metodológico é ressignificado possibilitando uma aproximação dos movimentos da vida, sua precisão encontra-se no interesse, implicação e compromisso ético do cartógrafo com a realidade e com as histórias de vidas presentes nelas. É uma metodologia que possibilita sustentar abertamente a potência que há no encontro com o outro (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2009).

Senti então a necessidade de ler algumas pesquisas que pudessem colaborar para a preparação da produção textual e de dados. Entretanto, na época (era segundo semestre de 2017) acabei entrando em contato maior com textos que defendiam a cartografia enquanto

metodologia do que como produções que a utilizaram como uma. Neste processo de levantamento bibliográfico, conheci a tese “Governando vidas matáveis: as relações entre a saúde e a justiça dirigidas a jovens em conflito com a lei” de Andrea Scisleski (2011), e, apesar de não apontar objetivamente um percurso metodológico, foi a primeira produção que tive contato que apresentou uma não-separação da experiência de campo do texto de discussão teórica, para além de colaborar para uma reflexão teórica sobre biopoder e as vidas que são matáveis.

Por sugestão de uma companheira, que se dispôs a ser um ponto de interlocução durante toda essa pesquisa, fui procurar alguns trabalhos no campo da etnografia urbana, e aqui neste ponto é que chega a segunda inspiração metodológica central deste trabalho. Com a etnografia urbana ocorreu justamente o processo inverso de contato, as pesquisas etnográficas receberam uma atenção privilegiada em relação à textos que discutiam a metodologia em si²⁷. Quero destacar aqui duas pesquisas importantes que serviram de apoio e inspiração para o planejamento desta dissertação: “Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack” da Taniele Cristina Rui (2012) e “Da praça aos palcos: trânsitos e redes de jovens drag queens de Campinas-SP” do Rubens Mascarenhas Neto (2018). Esses textos ajudaram a compor uma percepção de produção de dados através da inserção e participação do cotidiano do território e no diálogo formal e informal com os sujeitos. Ajudaram a compreender que é possível fazer pesquisa em uma imersão cotidiana, que é possível pesquisar sentindo, se deixando afetar e se posicionando quando necessário..., mas então, durante o processo surgiu uma questão: quanto meu corpo vai aguentar à essa exposição? Tentarei responder sutilmente essa dúvida ao longo desta dissertação.

Coincidentemente, nesta busca por referências de leitura e modos de escrita, esbarrei em um Elogio que a Paola Berenstein Jacques (2012) faz aos Errantes e, apesar de não se tratar de um texto sobre método ou metodologias, sua discussão colaborou para aterrissar em terra alguns pensamentos, desejos e possibilidades de fazer esta pesquisa.

Jacques (2012) parte da compreensão que na história da sociabilidade urbana é possível identificar processos de expropriação massiva da experiência de alteridade dos sujeitos, um destes processos está no catastrófico choque que o capitalismo da modernidade

²⁷ Entretanto, destaco também os artigos de Flávia Pires (2011), Hélio Silva (2009), Urpi Montoya Uriarte (2012) e Ana Claudia Marques & Jorge Mattar Villela (2005) como importantes referências.

produziu com sua política de guerras mundiais, um outro está no anestesiamiento que o capitalismo contemporâneo produz com sua política para consumo. O choque e o anestesiamiento (que precede um novo choque) tornaram-se estratégias de apaziguamento programado que buscam fabricar subjetividades e desejos hegemônicos e homogêneos nos sujeitos, com características que atendem as próprias necessidades do capitalismo contemporâneo: a pacificação do espaço público e a eliminação de conflitos, dissensos e disputas. Ou seja, há uma busca pela contenção da potencialidade do exercício da política, que por muitos momentos históricos conseguiu, através das lutas, concessões de direitos. São processos que tentam estabelecer uma esterilização ou abafamento das diferentes experiências afetivas e de alteridade produzidas nas cidades em troca da confecção de uma narrativa única que tem como função enfatizar o consumo e outros interesses do mercado global e seu programa neoliberal.

As experiências de alteridade na cidade são práticas autênticas de apropriação do espaço urbano e ocupação anônima e silenciosa da dimensão pública da vida que transgridem o anestesiamiento. São experiências que reinventam os usos da cidade e criam a sua própria cartografia em um caminhar insistente, em uma errância, possibilitando a produção de micronarrativas que resistem à aparente homogeneização das narrativas contemporâneas. Também podem ser compreendidas através dos conceitos de Homens Lentos, Sujeitos Corporificados ou Praticantes Ordinários das Cidades, em síntese são experiências construídas, principalmente, na necessidade de reinvenção do cotidiano para sobreviver e resistir ao que está posto (JACQUES, 2012).

Então tomei a disposição para experiências, a produção de narrativas e a prática da errância como centrais para a criação de pequenos exercícios de resistências e insurgências urbanas frente à essas estratégias de apaziguamento programado. A experiência transformada em narrativa e combinada com uma prática errante traz em si uma sutil arte de resistência cotidiana, que quando compartilhada com o Outro, tem uma potente defesa da memória de grupos que nunca tiveram a chance de estar nos processos de construção da política, da história, da ciência, entre outras instituições modernas que compõem um sistema normatização e domesticação das possíveis formas de vida e existência. O objetivo desta dissertação se reconfigurou a cada experiência de afecção, assim como a compreensão do que a pesquisa acadêmica também pode ser: um espaço de sistematização de histórias e

valorização do conhecimento que se produz nas necessidades que a vida cotidiana demanda através de um pensamento responsável e eticamente crítico.

O exercício de se atentar ao cotidiano, enquanto uma estratégia metodológica, ajudou na construção de uma postura de fazer pesquisa que privilegia e respeita a experiência e os afetos que nela emergem. Tratou-se da possibilidade de criação e preparação de um conjunto de práticas políticas que se efetivam no encontro com o Outro, em busca de uma produção de ciência que se alicerce em um comum que há entre diferentes sujeitos, mas que também olhe para a diferença enquanto potência. E aqui a diferença não é um campo de oposição, de criação de inimigos ou uma deficiência, mas sim um espaço de disputa pela pluralidade e equidade.

Deste modo, a cartografia e a etnografia, juntamente com a proposta de uma errantologia, serviram como pontos de apoio para a afirmação de uma metodologia que valorizasse a experimentação de caminhos de pesquisa, da potência que há no encontro com o outro e do cotidiano e território enquanto espaço de manifestação da vida, das micropolíticas e de possibilidades de resistência. Foi a partir destes elementos que pude fortalecer o campo de interferência desta pesquisa, assim como criar respostas temporárias às angústias e inseguranças que foram surgindo.

Com a experiência de errar, encontrar, escutar, se perder e compartilhar passei a considerar que a eterna impressão de não saber muito bem qual direção seguir não deveria nunca ser um impeditivo para se expor e experimentar encontros sinceros, construir afetos, fortalecer redes de cuidado e, em um processo de afetação radical, ter a oportunidade de construir-se um ser político direcionado pela ética do afeto e cuidado. É aqui neste ponto que fiz a aposta de uma metodologia que conta com uma intuição sensível para uma ação política transformadora para nós e para eles, que tem todo o potencial para estar conosco, mas é esmigalhado pelo não-acesso criado na violenta desigualdade que nossa organização pautada em interesses econômicos privados produz. Fiz uma aposta na experiência de alteridade, estimulada pelo caminhar na cidade e pela escuta de narrativas de quem nela habita e circula, buscando compreender o que isso desperta de reflexão para uma intervenção profissional cuidadosa. Tomei como norte a possibilidade de aprender e se relacionar com um referencial teórico que faça algum sentido para experiência apresentada pelo Outro.

O caminho de pesquisa propriamente dito

Acredito que ser necessário fazer aqui uma breve e objetiva apresentação da experiência errante que essa pesquisa cruzou. Pode-se dizer que ela se fez em um conjunto de ações simultâneas que ora exigiam uma imersão reflexiva maior para replanejamento, ora só acontecia no errar (e aqui pontuo que o errar representa tanto o ato de andar quanto o erro propriamente dito). São ações simultâneas pois não se enquadram em um passo a passo, fases de pesquisa ou até mesmo cumprimento de metas, como é comum de se apresentar.

Sempre visando uma inserção cuidadosa no campo, de modo que fosse segura tanto para as pessoas que me narravam suas histórias quanto para mim na condição de pesquisadora, algumas técnicas metodológicas foram recorridas para servir como suporte durante a produção de dados.

Foi dado continuidade ao levantamento documental, bibliográfico e fotográfico sobre a Região Central de Santos, que vinha ocorrendo desde a iniciação científica. O objetivo deste processo se construiu em ajudar a compreender e identificar os processos macro-políticos que marcam a região, para assim situar as narrativas no contexto histórico que ocorreram.

Mapas afetivos foram elaborados partir de experiências enquanto moradora da região, este foi um processo que colaborou para o resgate e sistematização da minha própria narrativa, que foi apresentada na introdução desta dissertação. Esse caminho possibilitou a identificação de espaços nos quais tenho afinidade, relações construídas ou não, assim como entender o que há na região, o que já sofreu transformações, os principais grupos identitários que a habitam e as características singulares de cada bairro, os projetos de desenvolvimento urbano vigentes e as principais tensões existentes. Com isso foi possível eleger pontos de imersão no cotidiano, pontos desejáveis de se relacionar e pontos que poderiam comprometer minha segurança ou a dos outros com a minha presença.

Houve também uma observação ativa e participante do cotidiano manifesto nos trajetos (intencionais ou não intencionais para pesquisa) percorridos ao longo do ano de 2018 e início de 2019, trabalhando também com o resgate da memória de situações que observei e diálogos que tive em outros períodos, para além dos citados.

O campo desta pesquisa se efetivou não só com trânsitos pessoais e articulações individuais com os moradores da região, mas houve também dois trabalhos de pesquisa

importantes nos quais tive/tenho envolvimento direto: o censo da população de rua da cidade de Santos e o campo de estágio da psicologia no território da Região Central de Santos.

No final do mês de maio de 2018 fui convidada a participar do projeto do censo da população de rua que aconteceria em Santos. Tratava-se de um convênio firmado entre a UNIFESP e a prefeitura municipal que envolveu não somente o trabalho de contagem da população de rua, mas também uma parte qualitativa em busca de compreender como esse grupo populacional vive, sobrevive, seus trânsitos, suas histórias e suas relações com a cidade e a rua. Durante o período de seis meses acompanhei o projeto e suas ações de diálogo com os serviços das políticas sociais e dos agentes da sociedade civil interessados na discussão, também tive a oportunidade de conduzir oficinas com um grupo de usuários da rede de serviços da assistência social e com vivência nas ruas e estagiários dos cursos de terapia ocupacional e serviço social.

Com uma aposta no ato de pesquisar com, o objetivo inicial dessas oficinas era de elaborar em conjunto com esses sujeitos parte do instrumental necessário para a realização do censo: mapeamento dos pontos de fixação dessa população, formas de abordagem convidativas para incentivar a colaboração com a pesquisa, questionário que contemplasse qualitativamente a realidade dos modos de existir na rua, entre outras informações que dificilmente seriam possíveis de se obter sem o contato direto com as experiências de quem (sobre)viveu nas ruas. Utilizando-se da rotina e dos diferentes cotidianos de cada integrante do grupo, as atividades compreenderam em aprender a manejar mapas, estimular uma observação atenta da cidade através de saídas exploratórias do entorno da universidade, apreensão de diferentes formas de registros que contemplasse as potencialidades de cada um, entre outros elementos de metodologias que surgiam e dialogavam politicamente com cada necessidade de informação, conhecimento e aprendizagem manifestada pelo grupo. Com uma carga horária de vinte horas semanais, inevitavelmente significou uma intensa convivência e compartilhamento de afetos, vínculos de solidariedade, histórias de vida, resgates, ressignificações e afirmações coletivas da própria memória, das técnicas desenvolvidas para viver com o que tinha e de uma construção política.

No início de 2019 recebi outro convite, desta vez de uma amiga querida para compor as atividades do estágio no qual estava inserida, a proposta em construção era de elaboração de uma clínica comum, aberta e pública pela Região Central de Santos. É um estágio que se concretiza em ações continuadas com dispositivos e técnicas que possibilitam a conexão

destes psicólogos em formação, professores e técnicos da universidade com o território e as narrativas dos sujeitos que nele habitam, transitam ou sobrevivem. São algumas atividades deste grupo a articulação entre diferentes sujeitos atuantes no território, diálogo com as equipes das políticas de saúde, assistência social, educação e cultura, escuta de narrativas dos moradores da região e a realização de ações como a roda de música com a população de rua. Mesmo insegura com as formas que eu poderia contribuir com essa empreitada, era uma proposta que eu gostaria de vivenciar, vi uma possibilidade de fortalecimento de mim mesma e do meu vínculo com a pesquisa. Também vi neste espaço um lugar de aposta em algo que já estava elaborando há algum tempo: não se faz pesquisa só, sem pessoas que possam caminhar ao nosso lado e com a gente.

Os espaços do censo e do estágio pelo território colaboraram para entender que o fazer pesquisa pode se dar na relação sincera de troca de experiências e saberes, relação esta que é construída através da escuta, do diálogo, da presença do corpo e no intercâmbio de sentidos e visões de mundo. Foram espaços que, ao serem inseridos no meu cotidiano, mudaram a minha relação de moradora/pesquisadora na região, os encontros com o sujeitos pelas ruas e, em certa medida, o início de uma comunicação com o trabalho realizado no censo e no estágio, possibilitando uma rede de narrativas de histórias de vida que acontecem a todo momento. É através da experiência que estes espaços me proporcionaram o que posso dizer que são as muitas histórias que constituem essa pesquisa - algumas foram documentadas e sistematizadas, outras guardadas na memória do encontro e compartilhadas com pares próximos que potencializaram esse processo de aprendizagem. Também foram muitas as transformações de concepção de mundo que sofri neste caminho, irreversíveis.

Explicando a estrutura da dissertação

Para além da introdução que traz a minha narrativa das minhas experiências cotidianas na região central de Santos e deste capítulo que traz uma discussão sobre a construção da metodologia utilizada, esta dissertação está dividida em duas partes.

A primeira parte intitulada “**Ensaaios Sobre Violência e Resistência**” busca, através de uma escrita ensaística, dialogar teoricamente sobre os conceitos de violência e resistência. A pesquisa do referencial bibliográfico destes ensaios se deu numa articulação entre a temática de algumas disciplinas cursadas ao longo do mestrado e as inquietações despertadas pelo

campo de pesquisa, diálogo com os sujeitos, minha orientadora e companheiras pesquisadoras.

“Região Central Histórica de Santos: Errâncias, Encontros e Narrativas” é o título da segunda parte e aglomera a sistematização do levantamento documental sobre as transformações sócio territoriais da região e os principais interesses em disputa. Compartilha com o leitor as experiências de campo proporcionadas por esta pesquisa. Para tanto, esta parte é composta por dois capítulos: **“Cidade que se Regurgita: De Santos para a Região Central Histórica e da Região Central Histórica para Santos”** e **“Cotidiano, Encontros e Narrativas pela Região Central Histórica”**.

Por fim, **“Prelúdios Para Experiências Outras”** é a parte que é recorrentemente nomeada de considerações finais. Trata-se de apontamentos, questionamentos e reflexões inconclusas que o processo de pesquisa incitou, é a síntese das potencialidades de atuação profissional encontradas nestas relações errantes.

PARTE 1:

**Ensaaios Sobre Violência e
Resistência.**

2. Violência

A temática da violência surgiu nesta pesquisa a partir de diálogos com minha orientadora que buscavam qualificar e delimitar o projeto apresentado inicialmente e seu problema de pesquisa. O desafio colocado era o de refletir e entender qual a relação entre a violência de Estado, o território da Região Central de Santos e as histórias de vida da população que nele habita. De fato, era um desafio, pois eu não sabia nada sobre a temática para além da violência que era explicitada através das ações da polícia militar e de todo o aparato repressivo instituído pelo Estado. Para além disso, havia um entendimento vago de que a violência é o uso da força que provoca danos físicos ou é o uso de uma posição de poder ou de privilégios para coerção, intimidação, silenciamento e assujeitamento. Como essas questões poderiam se relacionar com as estratégias de sobrevivência da população e seus usos dos serviços das políticas sociais, que era o objetivo inicial desta pesquisa? Precisava entender mais sobre violência... surge então uma pergunta básica, porém não tão simples de ser respondida, para iniciar os estudos: o que é violência?

Logo no primeiro semestre do mestrado tive a oportunidade de cursar uma disciplina que estava sendo ofertada intitulada Violências, Políticas Sociais e o Trabalho Profissional, seu principal objetivo era debater sobre as diferentes perspectivas teóricas acerca dos significados que a violência pode ter, assim como sua relação com o sistema capitalista e a compreensão de como esta se manifesta no cotidiano profissional do Assistente Social. Neste processo pude obter algumas pistas sobre o que pode ser a violência.

A primeira pista é sobre a origem etimológica da palavra que se encontra no latim “*violentia*”, sendo uma variação do prefixo “vis” que significa força. É um ato de transgressão contra regras e direitos acordados socialmente como justos ou corretos; é um ato de constrangimento, tortura, violação, coerção e brutalização praticados contra um sujeito ou uma sociedade; é o não reconhecimento da humanidade e os elementos que a compõem, transformando pessoas e suas relações em objetos que podem ser manejados como bem entender, como se fossem propriedades. Assim, partindo do pressuposto de uma ética não-normativa, Marilena Chauí (1998) considera que a violência pode ser compreendida enquanto seu oposto, pois sua manifestação e instrumentalização produz a restrição de nossa liberdade, potência de ação e, conseqüentemente, refreia processos que são fundamentais para a construção e sustentação de uma autonomia.

A questão da vinculação existente entre a violência e a objetificação/despolitização dos corpos merece uma atenção, pois contextualizada nas relações que se estabelecem na sociabilidade do capital e seus princípios norteadores acaba ganhando contornos perigosamente sutis que a disfarçam ou simplesmente a apagam ou a naturalizam. Trata-se da utilização da violência enquanto instrumento de dominação que serve aos mais diversos interesses de quem a reivindica, o problema é justamente que esse quem, no contexto do capital, não tem rosto ou nome. E é neste ponto que chegamos à uma segunda pista: a percepção do marxismo sobre a violência.

A temática da violência no marxismo

Em *Anti-Duhring*, Engels (1875) explica que a violência, dentro das relações de exploração e mercantilização da força de trabalho, se converte em um meio para alcançar uma finalidade de proveito econômico ou para a manutenção do poder político para quem dela se utiliza. A violência não é uma característica natural, surge de si mesma ou de um ato de vontade, ela pressupõe condições prévias e concretas, ou seja, é necessário ter à disposição um conjunto de instrumentos para que se possa efetivá-la. Neste sentido, há uma função da violência que é instituir e viabilizar toda uma dinâmica social. Ela possibilita o desmonte de alguns elementos das relações sociais que provocam tensionamento e questionamentos no que está posto ou que não são mais necessários no contexto em que estão inseridos.

Para Marx (2013), a violência tem um papel fundamental na história que é o de destruição paulatina de uma ordem para a instituição de uma nova, questão expressa na conhecida frase “a violência é a parteira de toda a sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova” (MARX, 2013. p.821). Há, tanto em Marx quanto em Engels uma associação direta entre força e violência, na qual quem detém os melhores instrumentos, detém uma força maior sobre o outro e, conseqüentemente, meios de instituir e sustentar uma relação de dominação e subordinação.

Sobre a perspectiva de Marx e Engels, Arendt (1994) comenta que apesar de ter consciência sobre o papel da violência na história, ele considerava este papel secundário, pois o que provocou o fim das sociedades antigas foi a contradição. Marx (2013) considerava o Estado um instrumento de violência no controle das classes dominantes, entretanto o poder destas não se alicerça na violência, mas sim no seu papel de importância econômica na sociedade e no processo de produção. Há, portanto, nas sociedades capitalistas uma

aparente dissociação de quem detém o poder econômico do aparato que deveria organizar e mediar os conflitos políticos e sociais da vida em sociedade. É o uso da violência enquanto um dos possíveis instrumentos para a administração dos conflitos entre classes sociais, que podem gerar reflexões, questionamentos ou ações que colocam em xeque ou ameaçam temporariamente o funcionamento do próprio sistema e suas instituições. Sendo assim, é possível compreender a importância da violência na teoria marxista para a manutenção do sistema capitalista nas mais diversas dimensões da vida social.

Seguindo o raciocínio de Marx sobre o Estado, Mandel (1982) assinala que o Estado é um dos produtos do desenvolvimento da divisão social do trabalho e, portanto, da origem das classes sociais. É mais antigo que o sistema capitalista, pois nasce no momento em que a propriedade privada surge, neste sentido suas funções não estão, necessariamente, ligadas de modo direto com a produção e circulação de mercadorias, mas sim na proteção dos Estados-Nações. Nas sociedades pré-capitalistas, circunscritas no eixo que hoje é conhecido como Europa, por exemplo, um de seus papéis era o de garantir o funcionamento da ordem, da organização social destas com foco nos donos das propriedades privadas e sua proteção contra ameaças externas ou internas. Aqui, tanto para Marx e Engels quanto para Mandel, a violência estava centrada diretamente nas relações servis e, deste modo, tinham um agente concreto.

O modelo de Estado destas sociedades pré-capitalista não favorecia a produção de mercadoria e a acumulação de capital, pois o direito de proteção da estabilidade dos territórios contra o avanço de uma economia externa que os fragmentava se sobressaía aos direitos privados individuais que serviam para os donos de mercadorias. Para que o modelo de Estado Absolutista se transfigurasse em um Estado Burguês foi necessário a coexistência das relações feudais com um período mercantil e de acumulação primitiva. Este processo no qual possibilitou a transferência, através da expropriação, das propriedades de pequenos produtores para a classe burguesa em ascensão. Assim se inicia a distinção entre quem produz e quem detém os meios e instrumentos para a produção. Este processo como aponta Mandel (1982), alterou

“De maneira fundamental as relações entre as antigas e novas classes proprietárias e solapando as formas tradicionais de dominação política por meio da expansão do capital-dinheiro, [...] o próprio Estado tornou-se mais explicitamente um instrumento de acumulação progressiva de capital e o parceiro do modo de produção capitalista. “(MANDEL, 1982, p.335).

No debate da contradição do Estado no capitalismo tardio e sua função de um instrumento de violência da classe dominante está presente o que Mandel (1982, p.333) irá apontar como “principais funções do Estado”: a intervenção do Estado para a consolidação de condições de produção que não podem ser fornecidas pela burguesia; repressão a qualquer ameaça ao sistema de produção através de mecanismos institucionais; e por fim, garantir a reprodução da ideologia burguesa e, conseqüentemente, fazer as classes dominadas aceitarem sua exploração sem a necessidade do mecanismo de repressão.

Portanto, do ponto de vista dos autores trabalhados até então, a violência na história tem o papel dialético de destruição e instituição de formas de sociabilidade e dominação hegemônicas. Dentro do contexto do capital, a violência tem o papel de manutenção, contenção e controle da exploração da força de trabalho e garantia dos meios privados de produção. E o Estado como instância organizadora da vida social e política torna-se uma instituição de suporte e efetivação da reprodução da ideologia burguesa, autorizado inclusive para o uso da violência quando necessário.

No entanto, é importante ressaltar a existência de inflexões nesse *modus operandi*: a resistência é fundamental para o reconhecimento de que não está tudo dado; mas que disputas são possíveis e necessárias e elas se dão das mais legítimas e variadas formas. Desta forma, senti a necessidade de percorrer outros caminhos em busca de outras pistas de como a violência está presente diretamente ou sutilmente na forma como a sociedade tem se organizado.

Sociabilidade capitalista na contemporaneidade – a mundialização e a ideologia neoliberal vistas a partir das relações locais e intersubjetivas

Não quero me prender às descrições cansativas de momentos históricos já conhecidos e compreendidos há muito tempo, como a crise de 1929 ou a crise do petróleo da década de 1970; ou seja, em momentos que reconfiguraram a estrutura econômica e produtiva. Ao mesmo tempo se faz necessário uma compreensão destes para que possamos pontuar o que mais nos interessa sobre a discussão da violência, que é o absurdo das proporções que esta sociabilidade capitalista tem tomado no contemporâneo, através de sua mundialização e da ideologia neoliberal. Considero que uma análise focada unicamente na economia, história ou política em seus macros contextos é insuficiente na elaboração de intervenções efetivas para

uma transformação, pois precisamos compreender como essas questões incidem e se configuram nas relações locais e intersubjetivas. Para isso, também é necessário fazer uma diferenciação global, regional e local dos tempos históricos das lutas e conquistas por direitos e a efetivação destes; ou seja, uma análise que contemple a forma como esses processos históricos se relacionam e ao mesmo tempo capaz de pontuar como eles afetam a vida da população e a sua existência. É preciso lembrar que dentro da perversidade narcisista do capital existem vidas que não somente são exploradas pela sua força de trabalho, mas são expropriadas de sua liberdade, capacidade criativa e negadas à processos emancipatórios. Acredito que é aí que está uma violência que precisa ser abertamente reconhecida.

As leis de mercado, sua autorregulação e a livre-concorrência eram “consideradas” suficientes para a organização do trabalho e da sociedade. Considerados entre aspas, pois cabe aqui ressaltar a contradição do modelo liberal, em que os discursos da igualdade e liberdade são extremamente individuais e de responsabilidade de cada sujeito. A intervenção estatal em relação aos direitos sociais precisava ser mínima, ao mesmo tempo em que a consolidação do livre mercado e garantia dos interesses da classe burguesa exigia uma postura ativa (MANDEL, 1982; BEHRING & BOSCHETTI, 2011).

Se por um lado, como apontam Behring & Boschetti (2011), nas sociedades pré-capitalistas existiam algumas responsabilidades sociais, como uma estratégia do Estado para manter a ordem social e penalizar atos moralmente considerados como vagabundagem; por outro, no capitalismo concorrencial, com a supressão da intervenção Estatal e abandono das responsabilidades sociais, inicia-se na Europa Ocidental um quadro de pobreza generalizada. Deste modo, no final do século XIX, a classe trabalhadora começa a se mobilizar e se organizar frente à sua condição de pauperização. As respostas do Estado frente a esse processo foram pela via da repressão e da incorporação de algumas demandas em formato de leis para tímidas melhorias nas “condições de vida dos trabalhadores” (ibidem p. 63).

Como assinala Siqueira (2013), o processo do Estado de incorporar algumas das pautas da classe trabalhadora coincide com o período de transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista. Assim, diante dos conflitos de interesses entre as classes, expostos pelos trabalhadores, e na transição do modo de organização do capital, ocorre uma reconfiguração do Estado. Neste momento era importante construir uma outra ordem política, para isso um outro pacto social é desenvolvido no qual implica a concessão de benefícios para a população por parte do Estado, no intuito que ela o legitime, começando a

surgir, gradualmente, as políticas sociais. Começa então na Europa Ocidental a transição do liberalismo para um Estado Social, que não necessariamente rompe com a lógica do capitalismo.

Vale destacar ainda o fato de que nesse período de transição houveram alguns processos no âmbito político-econômico que colaboraram para o esgotamento do discurso liberal, tanto em suas bases materiais quanto em suas bases subjetivas. Citamos aqui dois processos: a ocupação de espaços de decisão política pelo movimento operário, tensionando os processos decisórios que antes eram retidos na mão da classe dominante, proporcionando um reconhecimento e ampliação de direitos para setores da classe trabalhadora; e a transição da lógica concorrencial para monopólios, aumentando a concentração deste último e estremecendo o discurso liberal da livre concorrência. Outros fatores importantes de serem lembrados e que colaboraram para um posicionamento mais defensivo do capital é a Revolução Russa em 1917, que significou a vitória do movimento socialista e colaborou para o fortalecimento das pautas do movimento operário, a concorrência a nível mundial dos grandes monopólios que gestou o imperialismo e culminou nas guerras mundiais, e por fim a crise de 1929, a maior crise do capital até aquele momento, que abalou a confiança nos pressupostos liberais (BEHRING & BOSCHETTI, 2011).

Tal contexto histórico apresentado, somado a devastação causada pela Segunda Guerra Mundial e o fortalecimento da União Soviética, propiciou a ampliação de um modo de intervenção estatal chamado *Welfare State*, fruto de um pacto entre as classes sociais, que possibilitou uma ampliação e universalização das políticas sociais, com base na cidadania, defesa de uma economia mista e comprometimento do Estado com o crescimento econômico e pleno emprego. No final dos anos 1960 e início de 1970 tem-se a crise do *Welfare State*, com a queda nas taxas de consumo de bens e consequentemente de lucro; portanto, o neoliberalismo aparece enquanto uma “resposta” oportuna à crise (BEHRING & BOSCHETTI, 2011; PEREIRA, 2016; GRANEMANN, 2016).

Antes de chegar à violência no contexto de um capitalismo neoliberal é importante pontuar que essa discussão deve ser feita na possibilidade de uma leitura marxista que dialogue com outras matrizes teóricas, ao mesmo tempo em que reconheça a violência da acumulação primitiva que se sustenta no processo de colonização do sul e do oriente que exterminou outras formas de sociedade em troca da construção de um homem único, branco e ocidental. É esse processo que vai proporcionar compreender que as formas como a violência

sistêmica se apresentam para os países que tem um passado colonial é para sustentar determinados consensos e conciliações entre as classes nas regiões que eram as metrópoles e, mais tarde, para o crescimento do imperialismo autoritário estadunidense. Ao abrir esta discussão, espero sustentar uma compreensão de que o domínio colonial e imperialista sobre nós nunca acabou, talvez nem sequer conseguimos chegar à uma soberania e autonomia. Até aqui todas as referências de mundo e explicações dos processos foram feitas a partir de diálogos eurocêntricos; mas como, objetivamente, isso afeta a forma como vivemos no sul do ocidente?

A violência da colonização e a transformação desta em técnica de dominação

No Brasil, a relação entre a violência sistêmica do capital e a de Estado torna-se mais complexa na medida em que nossa construção social e econômica é atravessada por marcas da colonização que atribuem à ação política e as lutas sociais características históricas singulares em relação ao seu desenvolvimento na Europa. A reprodução da ideologia burguesa propicia o surgimento de um Estado brasileiro contraditório, direcionado por leis liberais e de mercado, ao mesmo tempo em que serve como espaço de efetivação e manutenção de privilégios de uma elite brasileira, que almeja um status de burguesia nacional, mas é dependente economicamente de países de capitalismo central que exercem a lógica imperialista. Alguns aspectos históricos, como a escravidão, extermínio de povos originários, genocídios étnicos e o reforço de uma cultura patriarcal contribuíram para a definição de sujeitos que, demarcados pela desigualdade de classe, tornam-se alvos para as manifestações da violência existentes no sistema capitalista, seus aparatos de dominação e o Estado.

A colonização serviu de acumulação originária de capital para os países Europeus e envolveu uma subalternização de diferentes grupos populacionais que, como Chauí (1998) assinala, perdura na construção dos valores da sociedade brasileira até hoje:

“Conservando as marcas da sociedade colonial escravista, a sociedade brasileira é marcada pelo predomínio do espaço privado sobre o público e, tendo o centro na hierarquia familiar, é fortemente hierarquizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade. As relações, entre os que se julgam

iguais, são de "parentesco", isto é, de cumplicidade; e, entre os que são vistos como desiguais, o relacionamento toma a forma do favor, da clientela, da tutela ou da cooptação, e, quando a desigualdade é muito marcada, assume a forma da opressão. [...] as diferenças são postas como desigualdades e, estas, como inferioridade natural (no caso das mulheres, dos trabalhadores, dos negros, índios, migrantes, idosos) ou como monstruosidade (no caso dos homossexuais²⁸) “(CHAUI, 1998, p 5-6).

O processo de formação social, político e econômico do Brasil está pautado, sob uma perspectiva da sociologia crítica, no uso da violência pois, conforme aponta Ianni (2004), a história da colonização, do imperialismo ou da globalização totalitária é e está construída sob uma cultura de extermínio, ódio e desqualificação da diferença, tendo como principal alvo vidas precárias que compõem uma massa sobrando necessária para o funcionamento e manutenção do sistema.

Em geral, a fúria da violência tem algo a ver com a destruição do 'outro', 'diferente', 'estranho', com o que busca a purificação da sociedade, o exorcismo de dilemas difíceis, a sublimação do absurdo embutido nas formas de sociabilidade e nos jogos das forças sociais (IANNI, 2004, p. 168).

Autores como Florestan Fernandes, Caio Prado Jr, Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Abdias do Nascimento, Virginia Fontes, Jessé Souza, Lilia M. Schwarcz já empregaram - ou ainda empregam - grandes esforços para resgatar, registrar e produzir uma biografia sobre nossa história condizente com as particularidades de nossa colonização e sua relação com o ocidente, assim como muitos outros nomes que também entram nesta lista. São exemplos de que há vários contrapontos na história produzida pelas elites e eles precisam ser popularizados e apropriados para o rompimento com valores que produzem violência. Entretanto o meu limite²⁹ neste item fica circunscrito entre outros dois autores: Aquille Mbembe (2017) e Aníbal Quijano (2005;2009) que fornecem reflexões importantes para compreender como a violência nos Estados coloniais opera como dispositivo de dominação e manutenção de todo um mundo que se coloca no lugar de moderno, racional e civilizado e, portanto, um modelo – imposto – a ser seguido.

Para Mbembe (2017) a colonização foi um projeto de invasão de um mundo supostamente desconhecido, julgado como não civilizado, que operacionalizou seu esquiteamento para benefícios de quem o invadiu. A suposta não-civilização encontrada,

²⁸ E aqui, no mais tardar da história a “monstruosidade” se desloca para travestis e transexuais.

²⁹ E mesmo a discussão aqui apresentada tem várias outras limitações que precisam ser aprimoradas, principalmente do ponto de vista argumentativo.

habitada por [sujeitos] selvagens, é a negação da ideia que estava sendo construída e afirmada no iluminismo de que o elemento central de nossa humanidade é a capacidade racional de fazer política e o domínio exercemos sobre a natureza. O corpo “selvagem” torna-se uma negação na medida em que seus modos de existir estabelecem formas de troca e aprendizado com a natureza onde sua dominação não é uma questão central, sem dúvida trata-se de uma “realidade esmagadora” (p. 139) para uma sociedade que buscava se emancipar de seu Deus e se colocar como centro de si mesma e do mundo.

Quijano (2005) complementa o pensamento de Mbembe ao apontar que para a racionalidade burguesa e iluminista, assim como para a materialista, o fundamento do ser humano é o domínio da natureza. A razão é o que nos torna sujeitos e o corpo é o objeto de conhecimento e efetivação de nossa humanidade, é o já conhecido paradigma persistente de separação entre corpo e alma/razão/sujeito ou razão/sujeito e corpo/natureza. Razão/sujeito e corpo/natureza tornam-se opostos em uma régua, onde quanto mais próximo da natureza mais longe se está do que nos torna humano. Essa mesma régua também pode ser compreendida por história, uma história linear e sequencial que caminha para o progresso – e aqui o progresso é o europeu –, para a civilização, para a modernidade, tudo que está no oposto é tido como primitivo. Tais percepções centradas culminam na condenação de povos, culturas, raças e modos de vida à uma condição de inferioridade, criando e sustentando uma injustificável justificativa para o exercício da dominação, da violência, pois só assim é que passarão por uma “modernização”, uma “europeização” e estarão no caminho do progresso.

Tanto para Quijano (2009) quanto para Mbembe (2017) a violência permissiva da colonização, suas elaborações científicas e visões de mundo, centradas em uma concepção de progresso, inauguram uma outra forma de classificação social³⁰, outro padrão de poder, a nível mundial: a codificação e distinção de sujeitos através da ideia de raça. Culturas, conhecimentos, organizações sociais... povos inteiros foram reduzidos a identidades homogêneas de negros, indígenas e mestiços, também o foi com os brancos. A raça passa a ser característica de identificação e classificação no jogo de poder que diferencia os civilizados dos selvagens, o progresso do primitivo, os vencedores dos vencidos ou os superiores dos inferiores. Assim, ganha uma centralidade no exercício da violência colonial, pois torna-se o principal sustento material, ideológico e intersubjetivo da dominação euro-centrada.

³⁰ De acordo com Quijano (2009), as já existentes e em pleno funcionamento eram sexo, idade e força de trabalho.

A diminuição dos conflitos de classe e reconhecimento de direitos dos trabalhadores nos países brancos se sustentou no sistema de violência colonial, que serviu como um meio de transferência da exploração excessiva de quem não era sujeito. A raça modificou a relação de poder estabelecida nas outras classificações sociais. A partir da lógica de não-assalariamento através da escravidão, foi produzida uma compreensão de que o trabalho assalariado e pago pertencia à branquitude e, conseqüentemente, o processo de cidadanização e de reconhecimento de direitos. São vários os impactos provocados por esse ponto, mas acredito que a principal delas é a falsa sensação de superioridade dos trabalhadores explorados brancos perante as outras raças (QUIJANO, 2005). Na questão de gênero, há o do fator binário homem/mulher apagando outras formas de expressão e fortalecendo o sexo biológico como um condicionante natural, há a normatização dos corpos para um ideal de beleza e corpo branca, há a padronização das formas de se relacionar de acordo com uma família burguesa e – mas não só – a permissividade de invasão e a publicização de corpos dissidentes. Não é como se outras diferenças não sofressem do mesmo processo de desumanização e objetificação, mas a depender da classe essa violência é amenizada, enquanto que nos marcadores raciais a desqualificação permanece presente independente do viés de classe.

E aqui cabe uma reflexão de que apesar da criação de milhares de “justificativas” biológicas para a demarcação da inferioridade, para a atribuição de uma subalternidade, esta lógica só demonstra que o corpo é o alvo central da naturalização da violência. O corpo é o que há de mais concreto e perceptível para a sustentação ideológica do discurso da dominação, é através dele que identificamos as primeiras diferenças entre nós, é através dele – somado à estética e a performance – que conseguimos perceber culturas, mundos e existências diferentes à nossa e é através dele que conseguimos nos afetar e praticar os primeiros passos da alteridade e da experimentação de outros modos de se relacionar. Mas se tudo isso está encoberto com uma concepção de diferenças enquanto inferioridade natural, é o corpo que irá sofrer a punição, o encarceramento, a privação, a repressão, a tortura, a padronização e as mais diversas formas de normatização da vida ou a sua posse pelo outro.

As colônias e, posteriormente os territórios de trajetória colonial, são a grande exceção do Estado Moderno que se firmou na Europa. No passado, não eram organizadas de acordo com um modelo estatal (re)conhecido, portanto, de acordo com a visão eurocêntrica, não tinham nenhum poder soberano capaz de demarcar suas fronteiras e território de atuação, de recorrer a uma ordem de igualdade jurídica perante outros Estados, de seguir regras que regulam as guerras e o direito de matar ou negociar a paz. No presente, ainda carecem de

elementos que possam atribuir um sentido de progresso, permanecem sendo caracterizados como territórios atrasados, inferiores cultural, social ou economicamente, que precisam de intervenções externas – e quem intervém não assume que essas intervenções servem para conservação do “atraso” e tampouco nós conseguimos construir coletivamente a percepção disso. As colônias foram parte do processo de homogeneização da experiência de um mundo civilizado que é contíguo à um mundo selvagem, primitivo, que precisa ser dominado, domesticado, adequado ao progresso. Deste modo, há uma espécie de consenso entre os soberanos do mundo civilizado de que as regras que regulam vida e morte não se aplicam neste outro mundo (MBEMBE, 2017).

A violência colonial implicou na destruição verticalizada da cultura e da infraestrutura que garante a existência do Outro, nativo daquele espaço geográfico, sob o discurso de avanço tecnológico. Ela também significou a expatriação de grupos inteiros e a privação de sua história, memória, origens, saberes, ciências, seus meios de expressões, de seu próprio corpo e vida... foi o silenciamento de mundos inteiros e suas formas de se relacionar uns com os outros e com a natureza. Tais fundamentos foram aprimorados e atualizados para a manutenção e imposição do poder econômico global. Chesnais (1996) e Harvey (2005) apontam que o fundamento do mercado contemporâneo são a instalação de crises territorialmente pontuais que também são capazes de se deslocar de acordos com as necessidades do mercado financeiro. Acredito que essas crises e seus efeitos também se relacionam com o que o Mbembe (2017) irá chamar de estratégias de guerras nômades, onde a submissão do inimigo é o objetivo fundamental. E essas guerras podem ser efetivadas dos mais variados jeitos possíveis, desde a utilização de uma “força esmagadora e decisiva” (p. 138) que incapacita qualquer possibilidade de resistência do inimigo, uma guerra infraestrutural que destrói o sistema de funcionamento e sobrevivência ou de coerção política e econômica, que impõem direcionamentos a serem cumpridos sob a pena de suspensão das relações comerciais, bloqueios tecnológicos ou todas as alternativas de guerra já citadas. É interessante notar que o pacto de soberania entre os países centrais permanece, sendo os territórios alvos das guerras nômades os com passados coloniais ou os territórios orientais.

E aqui, no final em aberto deste item, deixo um questionamento: se a colonização se estabelece em uma exceção às regras do mundo “civilizado” e na dominação ideológica, científica e cultural, quais os impactos deste processo na construção de um Estado Democrático nos países de passado colonial?

O neoliberalismo e a violência globalizada

O projeto de implementação do receituário ideológico neoliberal na América Latina no período dos anos 1970 a 1990 tinha como objetivo principal a inserção internacional do continente na política de mundialização do capital, em que o papel central seria se tornar um novo espaço de acumulação com uma força de trabalho barata - precarização e quase sem nenhum direito. De modo geral as ditaduras militares foram uma forma de controlar o modelo desenvolvimentista que vinha se estabelecendo nos países latino americanos, que poderia proporcionar uma ascensão econômica e competitiva do continente. Esse controle foi às custas de um crescimento da dívida externa e hiperinflações. O neoliberalismo, implementado com o mínimo necessário e com a urgência de retirar da crise autodestrutiva que seu próprio funcionamento produz, chega como “solução” a esse cenário servindo para romper com qualquer possibilidade de retomada de um desenvolvimento da indústria nacional ou de estabelecimento de um bem-estar social. Tratava-se de conter os países periféricos em seu lugar de periferia e de território de exploração e espoliação.

Perry Anderson (1995) caracteriza o neoliberalismo enquanto uma reação teórica, política e, adiciono aqui, ideológica e cultural ao Estado intervencionista e de bem-estar social, que se consolida nos pós-guerras. Suas bases se encontram em um texto escrito em 1944, por Friedrich Hayek, “O caminho da Servidão”, onde ataca diretamente a limitação que o Estado na época operacionalizava em relação aos mecanismos do mercado, comparando essa intervenção com o nazismo alemão, chamando de uma servidão [do mercado] ao Estado. A principal argumentação do documento elaborado por Hayek é a de que a desigualdade era positiva e imprescindível para o avanço civilizatório; entretanto, estes argumentos receberam pouca atenção pois contrariavam a realidade posta nos países centrais que era a de consolidação de um pleno emprego e sustentação de direitos sociais universais básicos.

As diretrizes neoliberais começaram a ganhar terreno de fato trinta anos após suas elaborações, com a conhecida crise do petróleo na década de 1970, que colocou o capitalismo avançado em uma profunda recessão e escancarou a baixas taxas de crescimento combinadas com índices altíssimos de inflação. Para os teóricos do neoliberalismo essa crise tinha como pano de fundo não só a intervenção do Estado na economia e os gastos, mas também todos os mecanismos consensuais de controle social e participação popular conquistados pelos trabalhadores e suas organizações representativas (ibidem, 1995).

Levou exatamente uma década (início dos 1980) para que medidas de cunho neoliberal fossem tomadas para “solucionar” os problemas da crise nos países centrais. Antes de entrar na rápida contextualização histórica do que foram os governos de Thatcher, Reagan e políticos semelhantes, é necessário pontuar que essa década não foi por acaso; reforça a ideia de que o controle estabelecido na violência colonial permanece presente no exercício da soberania dos países colonizados. A ditadura Chilena, iniciada em 1973, foi um campo bruto de experimentações neoliberais onde as mais diversas formas de deixar morrer, inauguradas neste período, permanecem na atualidade. A partir da experiência chilena foi possível estabelecer as mais diversas formas de aplicação de uma austeridade neoliberal, que ora envolvem uma violação maior, ora uma violação mais sutil de direitos.

O primeiro regime com diretrizes neoliberais em um país de capitalismo central foi, no ano de 1979, na Inglaterra, sob o comando de Margaret Thatcher; logo após vieram os Estados Unidos, em 1980, com Ronald Reagan; a Alemanha, em 1982, com Helmut Kohl e assim segue, país por país do norte da Europa Ocidental, com o desmonte do bem-estar e sob a promessa de solucionar a crise econômica. No período de implementação da ideologia neoliberal, de todos os governos pode-se dizer que o thatcherismo foi o mais ambicioso e alinhado com as propostas de combate à “servidão” imposta pelo Estado ao mercado. As medidas consistiam em frear a emissão monetária, baixar impostos das rendas mais altas, elevação das taxas de juros, extinção do controle financeiro, desemprego massivo programado, políticas de privatização da habitação e das indústrias básicas (água, luz, gás, petróleo), corte nos gastos sociais e legislações anti-sindicais para cercear a organização política dos trabalhadores. Os outros países em maior ou menor grau também adotaram medidas parecidas e os que insistiram em uma social-democracia tornaram-se inimigos diretos da ideologia neoliberal e logo sucumbiram, como é o caso da França e da Grécia. Outro componente que fortaleceu a política de austeridade econômica já relatada é a declaração aberta de um estado de guerra fria contra a União Soviética, no ano de 1978; situação na qual a ideologia neoliberal se colocou enquanto oposição direta ao comunismo a partir da priorização do desenvolvimento tecnológico e da indústria bélica estadunidense (ANDERSON, 1995).

Apesar de todas as medidas tomadas para retornar o crescimento das taxas de lucro e aquecer a máquina perversa e estagnada do capital, não houveram avanços significativos na direção em que se esperava. Houve uma recuperação do lucro que havia se perdido durante a

crise de 1970; mas nada mais, para além disso o quadro que se estabeleceu foram níveis de precarização do trabalho, desemprego altíssimos, desmobilização dos movimentos sociais clássicos e, como consequência do quadro de desemprego e aumento demográfico da população idosa, um aumento com gastos sociais por parte do Estado nas aposentadorias e caixas de pensões. Os limites do neoliberalismo estavam dados, o que se confirmou com um novo período de recessão em 1991. Apesar disso, a ideologia neoliberal continuou triunfante e o motivo é sua vitória sob o fantasma comunista (ibid., 1995).

O fim da guerra fria e a dissolução da União Soviética possibilitou o espraio das medidas neoliberais para os países da Europa Oriental e de parte da Ásia. As políticas de austeridade estabelecidas, focadas principalmente na privatização do aparato estatal, e seus efeitos para a população foram muito mais devastadores do que ocorreu no Ocidente (ibid., 1995). Sem um oponente que ameaçasse a hegemonia dos modos de produção e organização capitalista, o neoliberalismo encontrou terreno para se radicalizar e produzir mais e mais violência. O próximo passo foi a América Latina, com frágil Estado democrático construído em uma história de golpes.

Conforme já foi pontuado anteriormente, a ditadura chilena de Pinochet foi a primeira experiência neoliberal em todo o globo e para compreender o por que dessa situação laboratorial é importante pontuar a política de reforma agrária e de nacionalização das riquezas estabelecidas por Allende. O Chile naquele momento histórico passava por uma efetivação de medidas que tinham como proposta o aumento do emprego, salários e poder de compra, o crescimento econômico do Estado através da criação de empresas estatais e a adoção de políticas de controle e restrição das importações, propiciando a valorização da indústria nacional (BRANDÃO, 2017). Toda essas medidas fugiam do esperado de um país de capitalismo periférico que nunca saiu de sua função simbólica de colônia que fornece suprimentos e riquezas para a metrópole... a reação do capital estrangeiro frente a isso foi de retaliação, com ações de bloqueio de investimentos e uma intervenção militar, são as leis de livre mercado se auto regulando pela violência.

No Chile, as retaliações do capital estrangeiro junto com um descontrole inflacionário e retração do PIB colocaram nas ruas milhares de pessoas, favorecendo um acirramento da luta de classe e, assim, em 1973 tanques e aviões das Forças Armadas chilenas bombardearam a sede do governo provocando o suicídio de Allende. Inicia-se a implementação de um pacote neoliberal que abriu a economia do país para o capital internacional, suprimiu a intervenção

estatal, desarticulou as instâncias representativas da esquerda e privatizou as empresas estatais, o sistema saúde e a previdência social (BRANDÃO, 2017).

Quase cinco décadas depois, a experiência do laboratório neoliberal chileno ajuda a compreender que o que a América Latina sofre atualmente é mais do mesmo, só que com um incremento autoritário e fascista. Mas por que demorou tanto tempo para isso acontecer? Por mais que o discurso neoliberal se dissocie da política de bem-estar e até mesmo a utilize como bode expiatório para se justificar, toda a infraestrutura necessária para a sua consolidação veio de um período de ampla estatização. Por exemplo, a saúde ou a educação só podem se tornar negócio e bens de consumo se houver todo um aparato de funcionamento construído com investimento público, pois isso diminui os custos com infraestrutura para quem assume a gestão posteriormente. É nesse sentido que a colonização, combinada à uma política imperialista, se torna uma tecnologia historicamente aperfeiçoada de dominação e subalternização de países no período contemporâneo.

Ainda no período anterior ao Consenso de Washington³¹, a Bolívia também sofreu ataques neoliberais em 1985, logo após o término de vinte anos de ditadura militar. As reformas seguiram a mesma direção do Chile: liberalização do mercado interno e externo, que provocou uma crise no capital interno e a flexibilização e a precarização do trabalho e dos direitos sociais; e a supressão do aparato estatal e privatização dos setores públicos (BRANDÃO, 2017). A política neoliberal em um dos países mais pobres da América Latina foi um verdadeiro projeto de morte para os povos tradicionais e originários que, neste processo, perderam terras e foram expropriados de seus meios econômicos locais.

No México a implementação neoliberal foi à conta gotas, apesar de seu início se dar em 1982, com sutis diminuições na intervenção estatal, foi somente em 1988 que a austeridade se aprofundou, tornando-se o primeiro país a seguir as diretrizes do Consenso de Washington. As reformas que seguiram as mesmas diretrizes citadas anteriormente foram tão “bem” sucedidas que o país entrou para o clubinho dos países de capitalismo desenvolvido, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e no bloco econômico do Tratado Americano de Livre Comércio (NAFTA), situação que estrangulou as

³¹ O Consenso de Washington, que nada mais nada menos foi que um conjunto de medidas neoliberais impostas para os países latino americanos em um seminário organizado em Washington em 1989 com a participação de economistas, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o governo norte americano. O não cumprimento destas medidas poderiam acarretar na descontinuação do investimento e financiamento do capital internacional.

minorias pobres e de raízes nos povos originários, assim como aumentou a tensão nas fronteiras com os movimentos migratórios (BRANDÃO, 2017).

Após o Consenso de Washington os países latino americanos, ano após ano, passaram a adotar diretrizes neoliberais, alguns com reformas mais escancaradas e outros com reformas mais sutis e conviventes com uma social democracia. O Brasil foi um dos últimos países da América Latina a aderir algumas das diretrizes impostas pelo capital internacional no Consenso de Washington. Conforme aponta Luiz Filgueiras (2006), essa entrada tardia se dá devido a um dissenso de interesses entre as diferentes frações da burguesia nacional que tentava reformular o processo de acumulação e os aparatos de produção nacional com a ajuda do Estado. A disputa de interesses estava centrada, mas não somente, na adoção de uma política verdadeiramente liberal e em tentativas de retomada do controle do projeto (neo)desenvolvimentista. o objetivo central das duas possibilidades era de elaborar uma resposta à crise da hiperinflação e dívida externa deixada pelos militares - mais tarde esse objetivo central se tornou um eixo unificador para o consenso dentro do dissenso. Sem dúvidas o que colaborou para essa unificação foi o crescimento de intensas atividades políticas dos trabalhadores e movimentos sociais na luta por direitos, que por um curto momento histórico ameaçou o poder e a hegemonia da elite dominante. A redemocratização foi então um espaço acirrado de disputas pelas possibilidades de autonomia do país frente ao histórico de dependência internacional e para a construção de um Estado democrático que buscava consolidar um sistema de políticas sociais, enquanto um direito universal e inalienável para seu fortalecimento.

Apesar dos governos Figueiredo (1979-1985) e Sarney (1985-1990) já apontarem suas ações para um direcionamento típico das políticas neoliberais, foi somente durante o governo Collor (1990-1992) que estas se efetivaram, de fato, enquanto um princípio norteador do funcionamento do Estado. Conforme aponta Elaine Behring (2008) foi um governo direcionado para reformas estruturais do Estado para acelerar o reordenamento do país a era das finanças do capital; neste sentido, houveram cortes nos gastos públicos, reformas financeiras com a abertura para o capital estrangeiro, cortes nos investimentos internos e um amplo programa de privatizações. Tais reformas colocaram o país e a burguesia nacional em uma relação de competitividade extremamente desigual com a burguesia internacional, onde a ausência de investimentos levou a um sucateamento da indústria e produção nacional. O incentivo ao consumo se deu sem a provisão de condições mínimas para o poder de compra,

ficando este nas mãos de grupos pequenos, o que não adiantaria de nada para a adesão de uma vida para consumo. A hiperinflação descontrolada atingiu grande parte da população, provocando uma incerteza sobre o futuro, uma desorganização do próprio cotidiano com a impossibilidade de se planejar financeiramente e altíssimos índices de desemprego.

Foi um governo que para além de uma ausência de diálogo com a sociedade civil organizada e os movimentos sociais, ignorou completamente ações que deveriam ser tomadas para efetivar os direitos sociais previsto na carta constitucional recém instaurada. As reformas por mais que atendessem à interesses internacionais, provocaram uma completa insatisfação nos diversos setores das classes sociais, levando à uma perda de confiança no governo e em sua capacidade de gerenciar o país, então Collor sofre um *impeachment* e seu vice, Itamar Franco, assume a presidência pelos próximos dois anos. O trabalho de Itamar foi de recompor, de modo mais amplo possível, a articulação política entre os diferentes grupos presentes no funcionamento da máquina estatal, para criar a governabilidade necessária de sustento de seu mandato. Também foi uma oportunidade de aliança entre os setores conservadores, que indicavam Fernando Henrique Cardoso como um representante de seus interesses e articulador capaz de garantir a contra-reforma que colocava o Estado nas diretrizes neoliberais da época (BEHRING, 2008).

Não dá para compreender o aparente sucesso do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) sem compreender o Plano Real, que conseguiu diminuir a inflação e estabilizar a economia, proporcionando uma pequena melhora na renda da população brasileira. O Plano Real, para além de ser uma medida econômica que obteve sucesso na reorganização da economia, teve efeitos direto no cotidiano dos brasileiros, a partir do jogo afetivo da esperança, forneceu a segurança de estabilidade cotidiana, de planejamento da vida e de um suposto futuro melhor para uma população que estava traumatizada com a insegurança proporcionada pelos índices inflacionários absurdos dos últimos anos. O Plano Real por mais necessário que fosse para uma estabilidade e coerência econômica, também serviu como o fio condutor de uma grande jogada política e de marketing para levar o então Ministro da Fazenda ao cargo de Presidente da República, o representante da burguesia (inter)nacional e dos setores conservadores foi eleito. O que caracterizou de fato o governo FHC como neoliberal foram suas medidas de retirada de entraves para a ampliação e mundialização da produção, circulação e venda/consumo de mercadoria. Dentre as medidas desenvolvidas houveram as modificações no Plano Nacional de Desestatização (PND) lhe

conferindo uma maior autonomia e dinâmica para acelerar as privatizações, abertura comercial sem restrições para o monopólio imperialista internacional, socialização dos custos das reformas através do aumento da dívida pública, medidas para a diminuição do Estado não somente na esfera econômica, mas também na política e social através de medidas provisórias para a manutenção do Poder Executivo sobre os outros poderes, desinvestimento das políticas sociais, desindustrialização, financeirização da economia, desregulamentação das leis trabalhistas, fazendo-se cumprir, assim, as medidas impostas no Consenso de Washington (NEGRÃO, 1996; BEHRING, 2008; SÁ, 2016).

Em 2002, com a eleição de Lula o país começa a ter alguns respiros da ofensiva neoliberal para as frações mais pobres da população e que estão em contextos mais propensos à violência, se estabelece uma política de conciliação de classes que possibilita o avanço de alguns direitos sociais compensatórios, sob a ótica de cidadãos-consumidores e direitos como mercadoria, ao mesmo tempo em que há um fortalecimento dos setores industrial e agrário da burguesia nacional que passaram a coexistir de modo menos desigual com o imperialismo colonialista da burguesia internacional. O período de Governo do Partido dos Trabalhadores continuou sustentando no núcleo de seu projeto de governo as principais medidas requeridas: desregulamentação e a primazia do capital financeiro sobre a economia, flexibilização das leis trabalhistas, desindustrialização, incentivo para consumo, subordinação da economia financeira ao capital internacional, sendo até mesmo os direitos garantidos em total consonância com os interesses de financeirização da economia. Sendo um governo cheio de contradições, como qualquer outro, os quatorze anos de governo do Partido dos Trabalhadores diminuiu os efeitos brutos e violentos da implementação da ofensiva neoliberal, mas não deixou de sustenta-la, apenas acomodou até onde deu os diversos interesses das diversas frações da classe burguesa nacional e internacional (BOITO JR, 2003; MACIEL 2010, 2013). Situação que sofre mudanças, fundamentalmente a partir de ataques culturais e ideológicos de cunho conservador, que ganharam corpo e densidade após as jornadas de julho de 2013, culminando no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, no discurso de ódio ao PT, nos ataques às universidades públicas, na desvalorização da ciência, no ódio e desejo de morte às minorias, entre outros elementos que servem para a criação de inimigos comuns.

A democracia brasileira instaurada em 1988 encontrou impasses na sua consolidação logo em seus primeiros anos, em que o modelo inaugurado com base no *Welfare State* era tido como “obsoleto” para as necessidades da dinâmica neoliberal e de financeirização do capital

internacional. As medidas tomadas na década de 1990 podem ser observadas enquanto um esquiteamento [que segue até hoje] da carta constitucional, para remendos que alicerçaram a estrutura institucional, econômica e política do Estado brasileiro na efetivação de princípios neoliberais, ora isso se deu de modo mais escancarado, ora disfarçado de medidas conciliadoras que amenizavam os conflitos de classes e interesses.

Se faz necessário pontuar que a política neoliberal experimentada na década de 1990 situava-se em um contexto no qual o país mal havia se recuperado dos horrores da ditadura civil-empresarial-militar [como nunca se recuperou], muito menos implementado uma justiça de transição que desse conta de julgar e punir o Estado Brasileiro e seus agentes pela violência, perseguição política e crimes de tortura, assassinato e desaparecimento, assim como reconhecer publicamente a memória e a verdade da história das vítimas e seus familiares. Tais problemáticas apontam para o que muitos autores sinalizam enquanto fatores que contribuem para atenuar uma cultura de impunidade das autoridades, abusos de direitos humanos, silenciamento da memória e apagamento dos horrores da violência praticada, levando a clamores por sua volta. Esses fatores, somados a um Estado com marcas de seu passado colonial encrustado de valores morais que assumem as diferenças enquanto inferioridade, adensam o repertório da violência em suas formas racistas, machistas, patriarcais, homofóbicas, xenofóbicas, assim como a naturalizam e tratam como casos isolados situações, que de tão insustentáveis e recorrentes, tornaram-se bandeiras de lutas de movimentos sociais... uma estratégia de luta e resistência para a justiça, reconhecimento e responsabilização da violência perpetrada (ASSUMPÇÃO et. al., 2018; CAAF, 2018; TELES, 2015).

O que nos foi apresentado como possibilidade nestes últimos respiros da nossa jovem democracia foi: a implementação neoliberal vai ser com uma violência extrema ou vai ser com “metade” da violência possível? Trata-se de uma resposta que depende da nossa capacidade de resistência ao projeto, mas também da urgência da burguesia internacional em nos explorar e expropriar, em busca de deslocar territorialmente as inevitáveis crises financeiras que são cada vez mais frequentes nessa fase de mundialização. Um novo campo de experimentação para compreensão dos limites desta fase autoritária e fascista que o neoliberalismo assume, demandando uma radicalização da violência e a morte do outro. E pensando o histórico do país com relação aos marcadores sociais de diferença e o quanto a

violência está presente neste processo de forma naturalizada, me parece que há um terreno fértil para alimentar ódio e desejo fascista de morte.

Marielle Franco, vereadora do PSOL, é assassinada no centro do Rio após evento com ativistas negras

Contrária à intervenção federal, a política havia criticado dias antes ação da PM em Acari. Vereadora e seu motorista foram mortos no Estácio, na região central do capital fluminense.

Governo Bolsonaro prega “negacionismo histórico” sobre a ditadura

Marcos Napolitano, professor da USP, diz que o discurso do Governo Bolsonaro sobre o golpe de 64 está mais para negacionismo, pois “tem um ponto de partida ideológico, com objetivo de ocultar o passado”

Bolsonaro enaltece extinção de conselhos federais com atuação da sociedade civil

Ministérios têm até o final de maio para solicitarem a recriação desses grupos

Policiais “ficaram de deboche”, diz mulher de músico morto em carro

Delegado afirmou que indícios apontam que militares confundiram carro da família com de bandidos

Ministério Público Militar pede soltura de soldados que fuzilaram inocentes com 80 tiros no Rio

Subprocurador-geral da Justiça Militar disse que não houve descumprimento das normas sobre uso da força por militares, porque “o homicídio aconteceu quando tentavam salvar um civil da prática de um crime de roubo”

Bolsonaro: “Democracia só existe quando suas Forças Armadas assim o querem”

Vice-presidente Mourão afirma que o presidente foi “mal interpretado”. Analista de mercado diz que sequência de declarações de mandatário são lidas como mal sinal sobre Governo

“Governo quer inviabilizar apuração dos crimes da ditadura”

Procuradora diz que decreto de Bolsonaro deve dificultar trabalho de identificação de vítimas da ditadura

Vale, Friboi, Itaú e outros devem R\$ 426 bilhões para a Previdência Social

Bolsonaro pergunta ‘o que é Golden Shower?’ e é trolado nas redes

“Golden shower é um termo em inglês para se referir a cheques depositados na conta da primeira dama, referentes ao pagamento de um suposto empréstimo de R\$ 40 mil para quem movimentou R\$ 7 milhões em três anos, presidente”, escreveu o perfil “Jair, me arrependi”

Pacientes transplantados ou com doenças crônicas sofrem com falta de remédios de alto custo na rede estadual de Saúde

Problema maior são os remédios de alto custo. Da lista de 290, 112 são de responsabilidade do governo Federal. Destes, 25 são entregues em quantidade insuficiente ou não chegam.

MEC corta verba de três universidades federais, mas não explica motivo

Orçamento de UFF, UNB e UFBA já foram bloqueados em 30%. Em entrevista ao 'Estado de S. Paulo', ministro disse que 'balbúrdia' pode levar a cortes.

IBGE diz que falta de pessoal ameaça plano de trabalho e Censo 2020

De acordo com o IBGE, 2.400 servidores deixaram o órgão de 2008 a 2018, o correspondente a uma "severa" perda de um terço do quadro total.

Bolsonaro diz que MEC estuda 'descentralizar' investimento em cursos de filosofia e sociologia

Segundo ele, motivo seria usar o orçamento do governo federal para ensinar leitura, escrita e a fazer conta, 'e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta'.

Bolsonaro: Metodologia para calcular desemprego é farsa que tem de ser alterada

Bolsonaro encerra grupo de trabalho que identificava ossadas de vítimas da Ditadura Militar

O grupo era vinculado à Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Políticas do medo, controle dos afetos e dominação subordinação dos corpos

A sociabilidade capitalista do modo como se desenvolveu configura as relações sociais e nossas instituições de modo que determinadas vidas tenham menor valor frente às outras, remontando um sistema de violência e desigualdade social com bases estruturantes na formação socioeconômica de cada região. Esse sistema também é fundamentalmente

operacionalizado a partir da compreensão das diferenças e seus marcadores sociais (classe, raça, sexualidade, gênero e etnia) enquanto algo “naturalmente” inferior ou nem sequer humano.

Ler, se apropriar e fazer um levantamento de temáticas para entender qual caminho seguir foi uma atividade que tomou o ano de 2018 todo e que se deu lado a lado com a conjuntura de estado de exceção, guerra civil, perseguições e silenciamentos políticos que estamos vivendo mais abertamente após o golpe de 2016. É impossível não expor a ansiedade, a indignação, a tristeza, o medo e muitos outros afetos que me atravessaram ao acessar uma compreensão mínima sobre os processos históricos, políticos, culturais, econômicos e o reconhecimento da violência dentro do que foi debatido até aqui. Em alguns momentos foi necessário bloquear algumas formas de se relacionar com o texto e apelar à uma produção mais pragmática e menos afetiva para não travar, para não doer e para conseguir terminar a pesquisa. Há uma dureza na compreensão do que é a violência sistêmica, como ela incide no Estado e como esse produz mais violência a troco de garantir uma subordinação, uma obediência e uma submissão à desigualdade e autoritarismo de nossa organização social.

O uso da violência para a manutenção do capitalismo não é um privilégio apenas das classes dominantes ou do Estado, viabilizada em nosso cotidiano por interesses destes agentes e suas instituições, ela constrói uma intersubjetividade e normatizações das relações sociais que colaboram para sua sustentação. E aqui faltaram alguns elementos práticos para pensar sobre, mas penso que autores como Étienne de La Boétie (1577), Foucault (1975; 1979) e outros autores, que através de caminhos diversos, qualificam e incrementam essa discussão paradigmática.

Ao longo deste ensaio tentei expor o quanto que a violência é um condicionante das relações capitalistas, mas isso não faria sentido nenhum se não pensarmos quais suas influências nas relações cotidianas. Assim, vale a pena pensar quais são os impactos na nossa subjetividade que a ideologia totalitária, na qual o neoliberalismo se reitera, produz. Mais do que nunca a dominação exercida sob nossos afetos, para uma servidão - não mais voluntária - obediente, torna-se ponto crucial para a compreensão do que está em jogo e para a reinvenção das estratégias de lutas e tensionamentos políticos que tenham como intenção a amenização das desigualdades e criação de oportunidades de acesso cada vez mais populares.

Gostaria de apontar rapidamente reflexões viabilizadas e expostas pela mesa redonda “Colonização da Subjetividade: neoliberalismo e psicanálise” promovida pelo Laboratório de Psicanálise da UNIFESP com os convidados Nora Merlin³² e Tales Ab’Saber³³.

**“A economia é o método. O objetivo é mudar o coração e a alma”
(Margaret Thatcher)**

Como já visto anteriormente, Margaret Thatcher é uma figura historicamente marcada quando a discussão se trata de demarcar como o neoliberalismo foi ganhando terreno e solapando os direitos humanos e sociais conquistados/concedidos após os períodos das guerras mundiais. Na rápida discussão aqui proposta, sua frase é simbólica, pois desde já sinalizava as disputas que as classes e movimentos sociais teriam que assumir e as reflexões necessárias para repensar as estratégias de resistência e enfrentamento. É uma demonstração que a meta do neoliberalismo - nas suas mais variadas formas - não é somente o exercício de dominação no plano econômico, mas é também a fabricação de um novo modo de existir que tenha cada vez menos espaço para questionamentos radicais sobre a lógica que se punha em vigência.

O mercado em tempos neoliberais transforma-se em biomercado, onde as fronteiras das relações sociais se homogeneízam, marketing e publicidade tornam-se parte da produção de política, a autoajuda e seus determinismos de antagonismos e binarismos produzem sujeitos autossuficientes e os paradigmas biomédico e das neurociências criam doenças para explicar sintomas advindos da nossa própria realidade violenta e expropriadora de nós e de nossa capacidade criativa, transformadora e autônoma. Com o objetivo de “mudar o coração e a alma”, o neoliberalismo é uma face do sistema capitalista que flerta abertamente com o controle de nossos afetos, criando formas de valorização daqueles que o fortalecem e desmobilizam as possibilidades de resistências: a paixão pela ignorância, a obsessão pela normatização da vida e o ódio dos dissidentes e diferentes.

Aqui, neste momento histórico, as regras ditadas da vida e da razão de ser são: para consumo ilimitado, para a produtividade, para a obrigatoriedade da felicidade, para a autossuficiência, para a adequação e normatização dos desejos de acordo com o que está nas prateleiras do mercado, nos meios de comunicação e nas telas do celular. E caso as regras ditadas não sejam suficientes para sustentar a dominação, também há mecanismos de

³² Professora na Universidade de Buenos Aires.

³³ Psicanalista e professor de Filosofia da Psicanálise da Universidade Federal de São Paulo, Campus Guarulhos.

supressão da ação: a transformação do conflito e debate político em ódio para a criação de inimigos, administração do medo a partir do fortalecimento da lógica fascista e militarizada, a dissolução das estruturas institucionais modernas para a produção de sensações de desamparo, desgoverno, entre outras que desmobilizam e desestruturam os velhos caminhos de luta e pressão e, por fim -mas não só-, sua forma letal de criação de territórios de guerra onde matar é permitido.

Breves apontamentos sobre a Violência de Estado e sua relação com a violência no contexto capitalista

Por um momento cheguei a pensar de que não havia violência de Estado, pois a construção do pensamento marxista fortaleceu uma compreensão de que não importa onde a violência está situada, ela sempre será um condicionante para a manutenção das relações de exploração e do poder econômico de quem domina o mercado e as formas de sociabilidade. Mas há uma sutil distinção entre a violência sistêmica e a de Estado, os poucos que concentram a riqueza decidem qual será a base ideológica e cultural que melhor se adequa aos seus interesses, viabilizando uma desigualdade social programada que por si só já é violenta, assim como decidem quais regiões do mundo terão uma intensificação das tensões e conflitos. O Estado, mascarado de democrático, sustenta mecanismos de dominação e controle que restringe o acesso aos direitos básicos e também mantém o silenciamento de grupos que questionam ou transgridem as leis colocadas, legitimando a violência institucional e estrutural das mais diversas ordens. Em todos os casos há um esforço para que a violência seja naturalizada, não reconhecida; ou seja, somente um caso de exceção.

Assim, não é difícil conceber que a Violência de Estado está intimamente interligada com a violência sistêmica e o exercício de dominação das classes que detém o poder econômico. Luis Felipe Miguel (2018), em diálogo plural com Gramsci, Poulantzas, Foucault, Bordieu, entre outros autores, fornece contribuições importantes sobre a temática, chama a atenção para o fato de que é importante ter a percepção de quanto o Estado é maleável, se constrói de acordo com o momento histórico e com as particularidades de formação social e econômica; assim como o embate constante entre as classes sociais. Suas diferentes instituições têm a capacidade de incorporar avanços dentro dos limites da ordem dominante e para mudar as possibilidades de atuação a favor das classes subalternas é necessário a reformulação de suas estruturas, de modo que reflita seus interesses. Trata-se de um campo de

eternas disputas pelo direcionamento da sociedade, suas práticas, comportamentos, categorias de sujeitos e as instituições que compõem esse mundo social.

A violência do Estado não se limita somente em sua força repressiva. Walter Benjamin (2011) em seu ensaio *Sobre a Violência* explora a relação íntima entre a violência e o direito, para ele a violência é um meio de instituir ou preservar o direito, ao mesmo tempo, se ela não reivindica nenhuma destas finalidades, renuncia a sua legitimidade. Para instituir um direito é necessário a comprovação de vitória perante ao que existia anteriormente e para fazer a sua preservação é necessário que não se tenham novas finalidades, caso contrário, retornaremos à condição primeira de instituição. A força repressiva de um Estado é a única instituição que está isenta da justificativa das finalidades para cometer a violência, pois serve tanto para instituir novas ordens quanto para preservar o que está estabelecido. Aqui cabe um diálogo com Miguel (2018) que sinaliza que a lei serve como uma instituição que organiza a violência, se fortalece ao ocupar a posição de poder que exercita a escolha sobre a vida e a morte sem, necessariamente, fazer o uso da força física; vida e morte são operacionalizados em um plano simbólico e de acessos, nos quais os custos deste processo sempre serão mais altos para quem se encontra em uma situação de precariedade. Aqui, a Violência de Estado é incorporada como uma forma de “mediação”, materializada através da seletividade das instituições e sua burocracia.

Para Miguel (2018) a principal função desta violência organizadora é reprimir os conflitos cotidianos que emergem na extrema desigualdade gerada pela concentração de poder político e econômico das elites, também reprime as resistências possíveis que podem surgir deste quadro. Essa organização ocorre na medida em que as instituições do Estado delimitam, a partir de suas lógicas e caminhos de funcionamento, vantagens e desvantagens entre os diferentes grupos sociais que dele necessitam. Esse pensamento pode ser materializado por diversos exemplos: a deslegitimação da fala de um sujeito quando esta não se adequa à normas morais de expressão e linguagem estabelecidas, a hierarquização de saberes através dos códigos científicos que o validam, práticas sociais de constrangimento, coerção e subalternização de determinados grupos, pressão para adaptação e normatização à determinados funcionamentos, entre outros elementos que estão presentes em todos os espaços de reprodução de nossa sociabilidade e de formas de se relacionar. A desigualdade se encontra nos problemas de acesso e a sua negação. É necessário refletir que o Estado não é um ente apartado de nossas ações, cabe também a nós a responsabilidade constante de refletir sobre como nos relacionamos uns com os outros e identificar e reconhecer momentos em que

participamos do jogo de produção e reprodução dessas formas violentas de se relacionar, julgar, normatizar e negar o direito do outro, assim como dificultar a sua permanência nos espaços que também lhe pertencem.

Mas agora... com a tentativa de argumentar e explicitar as formas como a violência está presente em nossa organização social-econômica-política-cultural-territorial e no Estado, chegou a hora de mudar um pouco a chave da nossa discussão. Um incômodo que me acompanhou durante este estudo era em entender como discutir a violência sem se deixar afundar em um pessimismo paralisante... Espero que os próximos capítulos possam trazer um respiro frente a densidade apresentada até então.

3. Resistência

Já começo este capítulo com um lamento desejante de que tivesse recebido a atenção e dedicação que acredito merecer. A temática da resistência surge somente no último semestre do processo de mestrado, me conduzindo à questões políticas que acho importantes de serem lembradas ou afirmadas para a nossa própria saúde mental e para a nossa própria vontade e desejo que nos impele a agir, à transgredir, à subverter o que está posto e à disputar o mundo por um espaço em que nossas vidas não sejam desconsideradas. Algumas destas questões estão intimamente ligadas à um esgotamento temporário sobre o estudo, percepções e compreensões da violência... como falar sobre ela sem que afete diretamente a forma como vivemos e sentimos o mundo? Sem que paralise nossas ações? Sem que caiamos em um fatalismo de que a violência sistêmica está dada e nada, a não ser a tomada de consciência de classe e dos meios de produção que irá freá-la? Outras questões estão situadas na forma como as narrativas foram se apresentando no caminhar desta pesquisa. Se por um lado a violência surgia como um fator cotidiano parte da trajetória de vida, por outro o ato de resistência já estava presente na própria forma como as pessoas apresentavam suas histórias: contornando, enfrentando ou até mesmo trapaceando as normas para viver. Assim, o argumento que busco defender aqui é o reconhecimento de que em cada gesto cotidiano de “resolver a vida” há uma potente centelha de resistência, ainda que exista um acomodamento, uma naturalização e uma alienação sobre as formas como estamos organizados socialmente, com base em uma desigualdade, na exploração, na violência, entre outros elementos que compõem a já tão debatida sociabilidade capitalista.

Percebendo e sentindo a necessidade de debater sobre resistência, fui fazer um breve levantamento bibliográfico sobre o conceito no portal de periódicos CAPES. O primeiro ponto da pesquisa foi filtrar os resultados excessivos ligados à palavra resistência que vinham do campo da medicina, biomedicina, enfermagem, educação física e áreas afins que discutiam a temática no sentido de fatores biológicos, eram os resultados que concentravam o maior número de produções. O segundo ponto foi de filtrar a surpreendente quantidade de estudos sobre resistência no campo da literatura, discutindo o conceito com análises de romances, crônicas, mas principalmente personagens. A partir daí surgiram algumas discussões teóricas como as elaboradas por Alvim (2009) que discute a resistência na filosofia de Deleuze e Foucault e Fernandes (2001) que discute a resistência em Benjamin e Adorno.

Tendo em vista os resultados obtidos no breve levantamento bibliográfico, fazia cada vez mais sentido que o debate fosse circunscrito em ordens práticas, pensar sobre resistência me despertava um incômodo sentimento de urgência, do agora, do já, de uma reflexão pautada no que está se realizando a todo momento. Foi então que comecei a entrar em contato com as produções no campo dos estudos culturais em que a temática aparece com uma certa expressividade nas pesquisas sobre juventude, acredito que este é um dado interessante de ser refletido, pois demonstra uma associação direta entre juventude, resistência e o paradigma da força disruptiva que este marcador social tem por atribuição de função em nossa organização social, entretanto cabe perguntar: somente a juventude tem esse privilégio subversivo?

O encontro mais que bem-vindo foi com o João Freire Filho (2007) e as reinvenções da resistência juvenil, apesar das discussões nesta pesquisa não estarem centradas na juventude, este encontro possibilitou a abertura de caminhos de busca para uma base de reflexão sobre a resistência... entretanto, o diálogo com esse autor não será desenvolvido pela impossibilidade de acesso integral à sua produção. Tive então uma agradável surpresa ao perceber que a temática específica da resistência, diretamente ligada com os estudos culturais e juventude, é um campo que ainda busca se consolidar, sendo o caso de Rebecca Raby (2005) e Eben Barnard (2011). Luis Felipe Miguel (2018) foi um contato mais tardio, mas que também colabora muito para as reflexões aqui propostas, principalmente no diálogo teórico mais aprofundado sobre a violência/dominação e as possibilidades de resistência. Portanto, com a ajuda destes referenciais proponho pensar a resistência de um modo amplo, expondo para nossa reflexão os pontos que mais interessam de cada perspectiva, em um diálogo plural e aproximativo que sinalize quando necessário discordâncias em argumentos.

Tanto para Freire Filho (2007) quanto para Raby (2005) e Barnard (2011) há um esforço de compreender o que é a resistência para uma matriz dita moderna e para uma matriz identificada como pós-moderna. Para Miguel (2018) seu esforço está em pensar a resistência enquanto um desafio para a se construir uma política emancipatória.

Raby (2005) em seu artigo discute as diferentes ramificações epistemológicas e as posições ontológicas nos quais os estudos sobre resistência tem se apoiado. Seja em qual matriz de pensamento for, as concepções epistemológicas sobre a resistência delimitam as formas como esta será reconhecida ou não por quem a analisa. Na modernidade marxista a forma como a resistência é conceituada está diretamente implicada nas compreensões teóricas sobre poder, subjetividade, violência e no binarismo das relações dominação/submissão. O

poder é visto como algo que está nas mãos de um grupo dominante, por sua vez é utilizado para fazer sua manutenção, garantindo que o grupo dominado permaneça na condição de submissão. A resistência tende a ser vista como atos ou grandes atos organizados que se opõem às autoridades, regras, valores e normas estabelecidas, está particularmente ligada com as classes subalternas e dominadas.

Nos estudos sobre juventude, partindo de uma concepção moderna pautada no marxismo há um esforço para se pensar resistência em duas linhas: como desvio ou como apropriação e ressignificação de valores. A resistência como desvio está relacionada com atos de enfrentamento a problemas de inadequação da estrutura social às demandas da juventude, é o questionamento de hábitos culturais que sustentam uma estrutura de opressão e submissão de determinados grupos com marcadores sociais específicos, por vezes acaba reproduzindo outras formas de violência e opressão. A resistência como apropriação se dá quando há um questionamento da cultura hegemônica para consumo, contestando seus sentidos e seus efeitos na vida das pessoas, neste caso há um processo de apropriação de determinados símbolos e significados para a sua destruição ou ressignificação (RABY, 2005). Acredito que esta última linha aponta elementos interessantes para se pensar a resistência para além de ações organizadas, saindo do direcionamento mais clássico que legitima somente partidos políticos, sindicatos, entre outros instrumentos institucionais já conhecidos. Há aqui uma possibilidade de refletir sobre as pequenas ações cotidianas.

As críticas de Raby (2005) sobre a matriz moderna/marxista é que há um certo ceticismo em reconhecer os pequenos atos cotidianos como resistência. Isto se dá principalmente pelo forte debate da racionalidade/irracionalidade humana que se preocupa se há ou não consciência nas ações para definir a qualidade da resistência. Miguel (2018) pode nos ajudar a pensar sobre essa questão da centralidade da consciência para a elaboração de ações de resistência, sinalizando que o julgamento sobre se há consciência ou não, se é uma consciência verdadeira ou não pode nos levar à lugares de autoridade moral que acabam por se condensar em posturas autoritárias, de desprezo e não valorização das experiências dos sujeitos e suas concepções de mundo. Há também as lógicas binárias de pensamento sobre público/privado que acaba pecando na dificuldade de reconhecer que talvez a vida privada não seja tão privada assim e o que ocorre nela também está circunscrito em um campo político, o que tem rebatimentos diretos na legitimação de pequenas ações cotidianas

enquanto políticas e resistentes, sejam conscientes ou não. Scott³⁴ apud Barnard (2011) sugere que quanto mais a gente afirma uma concepção sobre fazer política como uma atividade pública e declarada, mais próximo a gente está de assumir que falta vida/compreensão política entre os grupos dominados, caindo novamente no não reconhecimento de suas histórias.

A grande questão é que sob a ótica da matriz moderna marxista há uma grande dificuldade de se reconhecer o que é resistência ou não. A efetividade da ação resistente em contestar a ordem dominante, a sua capacidade de produzir críticas e projetar oportunidades teóricas direcionadas para a construção de autonomia e emancipação, assim como a centralidade da consciência na ação são questões que trazem grandes enroscos para o reconhecimento da resistência que é cotidiana e a todo momento produz outras formas de se relacionar com o mundo. A minha aposta neste trabalho é de que a resistência pode ser bem mais do que grandes narrativas que abalam e transformam as estruturas, principalmente no contemporâneo e em tempos neoliberais assumidamente fascistas que cada vez menos temos oportunidades de enfrentamentos consistentes ou independentes das vias institucionais, sem que a vida seja colocada em risco.

Na matriz pós-moderna, o que aparece nas discussões e sua busca por chegar à uma concepção de resistência multifacetada são elaborações sustentadas, fundamentalmente, nos conceitos de hegemonia de Gramsci e poder de Foucault.

Conforme aponta Miguel (2018) o conceito de poder em Foucault nos ajuda a compreender seu caráter produtivo, ou seja, ele não é exercido de modo verticalizado, de quem o detém para a subjugação de quem não o tem, mas ele é circular, se produz e reproduz nas relações e nas formas criadas de norma/desvio, superior/inferior, saudável/patológico e outras concepções que trabalham para as atribuições de cada sujeito no corpo social. Raby (2005) contribui sinalizando que o poder para Foucault (1978) não é algo a ser possuído, mas é relacional, exercido a partir de diferentes perspectivas e na interação com relações de desigualdade. Deste modo, a resistência é parte integral e componente das relações de poder, não está contra o poder, mas implicada diretamente em seu funcionamento.

Já a hegemonia em Gramsci é importante pois nos ajuda a compreender que a principal tarefa de quem detém o poder é criar meios de ganhar o “consentimento ativo dos

³⁴ James Scott. *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. Yale University Press, New Haven & London, 1990.

dominados” (MIGUEL, 2018, p. 72). A palavra ativo tem um peso, pois indica que este consentimento não é uma submissão, mas sim uma incorporação de práticas sociais e discursivas que garantem a reprodução, no cotidiano, das relações de dominação. Tal questão torna-se uma tarefa na medida em que tem que ser reafirmada e reinventada a todo momento, de modo que acompanhe a dinâmica da sociedade. Aqui encontramos uma pista que, da mesma forma que a dominação é produzida cotidianamente, também o é a resistência, mas como identifica-la? Barnard (2011), também partindo de Gramsci e sob a perspectiva de Scott, nomeia essa (re)produção cotidiana – que também rescreve a história – de ‘*public transcripts*’, em contrapartida há no discurso e no comportamento dos sujeitos ‘*hidden transcripts*’ que, com um olhar mais atento, manifestam insatisfação, desgosto contra o que está posto e até mesmo resistências frente a lógica hegemônica. Nesse sentido, a cultura seria um meio potente para a publicização do que está escondido. Acredito que estes apontamentos nos fornecem pistas de que a resistência que se produz a todo momento começa no próprio cotidiano.

A resistência na matriz pós-moderna tem uma relação menor com a organização coletiva, movimentos sociais clássicos ou como força de oposição, ela se afirma na complexidade que há nas relações de poder, nas construções de subjetividades, na fragmentação das ações e suas manifestações localizadas, pontuais e, muitas vezes, individuais ou de pequenos grupos autônomos. Tais características da matriz dificultam identificar a origem ou materializar o motivo de um ato resistente, ao mesmo tempo, contribui com uma perspectiva de que a resistência é uma guerra local, discursiva e subjetiva que perturba o funcionamento das instituições e suas normas (RABY, 2005).

Barnard (2011) traz uma conclusão interessante de que a resistência, seja qual for a ótica assumida, é necessariamente a comunicação de uma necessidade. Onde há situações de desigualdade e desequilíbrio nas formas de acesso e exercício de poder, também há resistência. Onde a reparação é negada ou nem sequer reconhecida, resistências e culturas de resistência emergem como forma de dizer de que outras existências são possíveis, ainda que com todas as adversidades impostas pela violência e dominação. Isso nos dá um direcionamento importante de que é possível construir e sustentar possibilidades de resistência, autonomia e emancipação, mesmo em tempos difíceis.

Por fim, compartilho do alerta de Raby (2005): a resistência também é contextual e relativa, sendo que em alguns momentos pode ser opressiva com outros grupos também

oprimidos, havendo uma certa cumplicidade com situações de violência e sua reprodução. As narrativas de resistência podem se sobrepor, se interligar e se contradizer... e, por vezes, pode carregar todos esses elementos ao mesmo tempo.

Talvez, nos desesperamos por não conseguir olhar, identificar e reconhecer as ações resistentes no cotidiano justamente pelos sujeitos não definirem conscientemente seus atos como resistentes. Daí que, talvez, as fronteiras entre sobrevivência e resistência não sejam tão bem delimitadas como queremos que sejam.

PARTE 2:

Região Central Histórica de Santos: errâncias, encontros e narrativas

4. De Santos para a Região Central Histórica e da Região Central Histórica para Santos

O município de Santos está localizado no litoral sul do estado de São Paulo, a mais ou menos 70 quilômetros de distância da capital. A cidade possui uma área de 281,35 km² que está dividida entre Área Continental, que ocupa parte da Serra do Mar e abriga populações quilombolas e tradicionais, e a Área Insular, que com 39,4 km² concentra 99,3% do total de 419.400 habitantes existentes na cidade, ou seja, Santos tem uma densidade demográfica alta, que chega a 1491,94 habitantes por km² (IBGE, 2010; PNUD, 2013).

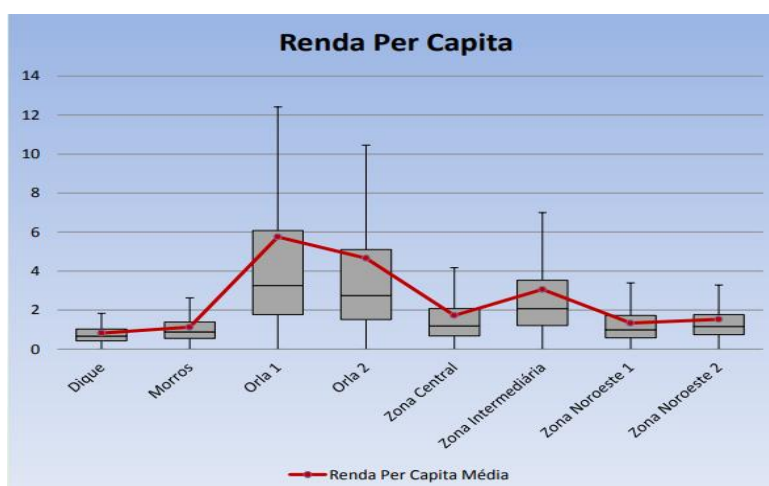


A cidade ocupa o 42º no ranking nacional de municípios pelo produto interno bruto (PIB), participação de 0,33% no PIB nacional. Por conta do Porto de Santos, o setor de serviços tem uma participação de 47,5% das atividades econômicas da cidade, posteriormente vem o setor industrial com uma participação de 19,4% e o setor de impostos com 14% de participação. O produto interno bruto per capita do município apresentou uma taxa de

crescimento de 57,53% nas últimas três décadas, duas vezes maior do que São Paulo, a capital do estado. Esses dados sinalizam o crescimento da cidade nas últimas décadas e de sua importância econômica para o Brasil, mas fundamentalmente para as relações da região sudeste do país com o capital internacional, transformando Santos em uma cidade global.

O índice de desenvolvimento humano (IDHM) de Santos é classificado como muito alto, levando a cidade à 6ª posição no ranking nacional de IDHM. Uma de suas principais características é seu título de melhor cidade para a terceira idade³⁵, reconhecimento que está presente em sua pirâmide etária que se apresenta com um desenho invertido, sinalizando a queda das taxas de natalidade e mortalidade e um aumento significativo da população idosa (PNUD, 2013; IBGE 2016).

Seja a cidade de Santos conhecida pelos índices de desenvolvimento elevados, pelo turismo, por seus jardins recordistas da orla, pelos prédios tortos ou pela qualidade de vida, os indicadores apresentados sozinhos não são suficientes para transmitir o que há “por trás do cartão postal”³⁶ da cidade, ou seja, a realidade das regiões mais pobres como os Morros, Zona Noroeste e a Região Central. Dados do Diagnóstico Socioterritorial de Santos (2016) apresentado pela equipe de vigilância socioassistencial apontam que estas regiões ainda concentram baixas taxas de envelhecimento e altas taxas de nascimento, bem como uma grande parcela da população na idade produtiva em condições de pobreza e desemprego.



Tais informações nos possibilitam uma projeção territorial dos dados fornecidos pelo PNUD e IBGE onde a Zona da Orla e a Zona Intermediária aparecem enquanto áreas que

³⁵ Cf. Estadão, 18 de março de 2017 “Santos, a cidade nº 1 na melhor idade”.

³⁶ “Por trás do cartão postal” é o título de um documentário produzido pela Anthropos-Filmes em 2013, disponível de modo gratuito no YouTube.

privilegiam os indicadores do IDHM e mascaram as contradições da desigualdade socioterritorial estabelecida nas outras áreas da cidade, um dado que pode nos ajudar a expressar isto são os indicadores que nos apontam que nas últimas três décadas a concentração de renda só tem aumentado, colaborando para a solidificação do caminho de uma desigualdade social cada vez maior.

As contradições postas no desenvolvimento urbano da cidade, o adensamento da desigualdade social e as experiências cotidianas de encontros a Região Central de Santos torna-se o lócus desta pesquisa. Composta pelos bairros Centro, Valongo, Paquetá, Vila Nova e Vila Mathias, a Região Central de Santos possui inscrita em sua paisagem e arquitetura um pedaço da história colonial e dos tempos de desenvolvimento econômico brasileiro durante o período do café.

Durante a metade do século XVI se inicia a constituição da Vila de Santos, nos bairros conhecidos hoje por Centro e Paquetá, conforme o processo de colonização foi se expandindo para o interior do país começa a se estabelecer trocas econômicas entre a vila e São Paulo, possibilitando uma pequena expansão da cidade para os lados da serra que ficou conhecida como o bairro do Valongo, os bairros eram cercados por pequenos trapiches onde chegavam e saíam algumas mercadorias. Até o final do século XVIII o desenvolvimento da região estava atrelado à uma questão de subsistência de sua população, era pouco valorizada para atividades de exportação por conta de uma ausência de infraestrutura portuária moderna, sendo os responsáveis por grande parte da exportação de nossos produtos e riquezas o Rio de Janeiro (MELLO, 2008).

No início do século XIX a Vila de Santos é reconhecida como cidade, mas é somente na metade do século XIX que passa a ser alvo dos interesses econômicos para desenvolvimento do estado, junto com início do ciclo econômico do café. Por volta de 1856 é dado início à uma série de estudos para implementação de uma malha ferroviária ligando Santos ao planalto, o porto inicia obras para sua modernização, a movimentação comercial começa a se expandir e a população aumentar, estes foram os primeiros passos para uma remodelação urbana. Apesar de permanecer limitada aos bairros Paquetá, Centro e Valongo, mas com a ferrovia São Paulo Railway e o porto funcionando, a cidade teve um salto populacional de 13 mil para 50 mil habitantes entre os anos 1890 a 1900, ocasião que se deu pela intensa atividade abolicionista que existia na região - com o quilombo do Jabaquara situado no Valongo e o quilombo do Pai Felipe situado na futura Vila Mathias - e pelos

grandes fluxos migratórios que ocorreram para substituição da lógica da escravidão e do modelo colonial (MELLO, 2008; ROSEMBERG, 2004).

O aumento populacional possibilitou um breve período de coexistência das elites políticas e econômicas da cidade com trabalhadores migrantes, imigrantes e quilombolas, essa convivência era contraditória ao ideal burguês de cidade, logo houve uma fuga dessas elites para lugares contíguos ao centro inaugurando uma área nobre conhecida como Vila Nova e Vila Mathias. A expansão econômica da cidade a partir da exportação do café e da consolidação de uma praça comercial, somados ao aumento populacional, não acompanhou o desenvolvimento de uma infraestrutura urbana mínima que suportasse todas as atividades cotidianas que iam surgindo (MELLO, 2008).

Com um saneamento básico precário a cidade passou a sofrer uma série de problemas epidêmicos, doenças como cólera, tuberculose, varíola e febre amarela chegavam através do porto e se tornavam verdadeiras epidemias, aumentando a taxa de mortalidade. Uma das medidas do governo municipal foi estabelecer uma lei de quarentena para os navios, que logo se comprovou pouco efetiva e afetou negativamente o comércio do café, tal situação junto à pressões das elites do café fez com que o governo do estado interviesse ativamente através de uma comissão sanitária criada em 1893 (MELLO, 2008; SANTOS, 2007).

A primeiro momento as ações da comissão sanitária eram extremamente higienistas, atuando fundamentalmente na erradicação e demolição das moradias precárias sem fornecer qualquer suporte para as famílias que as habitavam, esse movimento colaborou para agravar ainda mais os problemas estruturais da cidade. Foi somente em 1903, com a contratação do engenheiro Saturnino de Brito, que a cidade começou um processo de transformações urbanas radicais. São criados os canais de drenagem, efetivados projetos de saneamento de esgoto e formas de organizar a cidade com base em crescimentos futuros, os famosos planos de esquadrinhamento xadrez, que possibilitou a criação das avenidas Ana Costa e Conselheiro Nébias que ligavam o núcleo da cidade ao mar (MELLO, 2008; SANTOS, 2007).

A criação das avenidas junto à baixa resolubilidade dos problemas sanitários colaborou para um novo deslocamento das elites no sentido da região da orla, favorecendo a ampliação da malha urbana para outras áreas e a criação de novos bairros. Portanto, ao longo das primeiras décadas do século XX, o que hoje é conhecida como Região Central de Santos passou a sofrer uma mudança em sua função social de habitação, assumindo um papel de centro comercial que tem como principal marco a inauguração da Bolsa do Café em 1920.

Com a crise de Nova York em 1929 a atividade econômica na região é sufocada, provocando uma desvalorização imobiliária em detrimento de uma valorização de outros setores em expansão da cidade. O comércio voltado para exportação aos poucos foi se transformando em atividades noturnas boêmias, as ruas começaram a serem tomadas por casas de shows, teatros de cabaré e discretos bordéis, iniciando as atividades do que seria conhecida como “Boca do Lixo” de Santos. As atividades portuárias, somadas às casas de shows, bordéis e produções culturais começam a atribuir à região um imaginário moral de “marginalidade”, que junto à desvalorização imobiliária dá início ao processo de intensificação da ocupação desses bairros pela população pobre e trabalhadora, constituindo-se assim os famosos cortiços, que permanecem até hoje enquanto história viva da cidade (MELLO, 2008; SANTOS, 2007; ARAÚJO & PEREIRA, 2008).

Deste modo, após esse intenso período de mudanças estruturais que visavam a modernização da cidade, a Região Central de Santos atualmente abriga parte da população da cidade em condições de pobreza, desenhando-se um aglomerado de moradias coletivas (os famosos cortiços) nos casarões e palacetes construídos entre o final do século XIX e início XX pela antiga elite santista. É um espaço/abrigo de sujeitos rejeitados e estereotipados moralmente pela sociedade santista, que carrega em si valores elitistas e higienistas, como os carroceiros que coletam lixo para reciclagem, prostitutas, vendedores ambulantes, população que vive nas ruas, moradores de cortiços, em geral sujeitos que se encontram há décadas no setor informal de trabalho³⁷. A partir de José Paulo Netto (2012), podemos compreender que a informalidade na qual se encontram esses sujeitos faz parte de um projeto macro-político de reestruturação das relações de trabalho que vem ocorrendo em escala mundial desde a década de 1970, que também compõem as mudanças no perfil do capitalismo contemporâneo que está em plena mundialização e financeirização, processo que demanda a precarização e o descarte cada vez maior das nossas vidas e, principalmente de quem habita as periferias ou regiões centrais “abandonadas” das cidades.

O Plano Diretor Municipal (2018) divide a região em duas áreas, a Zona Central I que abrange os bairros Centro e Valongo e caracteriza-se pelos seus estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, um grande acervo histórico cultural e é o espaço onde se efetiva os programas de revitalização e proteção do patrimônio cultural; e a Zona Central II que abrange os bairros Paquetá, Vila Nova e Vila Mathias e está descrita como uma área de baixa

³⁷ Autores como Martins (1998) e Santos (1992) relatam trabalhos realizados com moradores e trabalhadores informais, como carrinheiros e prostitutas, na Região Central Histórica na década de 1980 e 1990.

densidade populacional e pouco comércio, onde há uma intencionalidade de uma renovação urbana para incentivo do uso residencial.

Revitalização e renovação são as palavras chaves que nos fornecem pistas para compreender o projeto de cidade que está em curso há algumas décadas, desde o final dos anos 1990. Se na Zona Central I há um interesse de preservação patrimônio datado do período colonial que tem grande valor histórico para o país e também para o lucro turístico da cidade, na Zona Central II, apesar de carregar tanta importância histórica e patrimonial quanto sua outra metade, não atrai interesses de revitalização que poderia ser utilizada como um instrumento para melhorar as condições de vida da população local. Ao invés disso, transforma-se este espaço da cidade em um loteamento à venda para os interesses econômicos do porto e de especulação imobiliária que fazem uma promessa de renovação do espaço urbano sob a justificativa de um esvaziamento populacional e subutilização territorial, dados que não estão explícitos ou comprovados no plano diretor.

A partir de intervenções urbanas³⁸ feitas na região e de diálogos com integrantes de um dos movimentos de moradia do centro, estima-se que 14 mil pessoas habitam os cortiços. Esses dados se aproximam das informações presentes no Diagnóstico Socioterritorial do Município de Santos (2016), que apresenta, através do banco de dados do CadÚnico local, que o CRAS-Centro concentra o maior número de registros ativos, com um total de 3.161 famílias, totalizando 10.352 pessoas. A renda per capita inferior ou igual a setenta reais compõe a realidade de 70% das famílias da região. É possível observar também que a taxa de trabalho infantil, na faixa etária dos 10 aos 13 anos, é a maior da cidade com 3,5%, quase 1% maior do que nas outras regiões da cidade, exceto no Dique onde este dado não foi possível de ser quantificado.

No que se refere à Educação, a Região Central Histórica, dentre as outras regiões, apresenta o menor índice de frequência escolar, os maiores índices de população não-letuada e os piores índices de educação de forma ampla. O relatório avalia que o déficit educacional colabora para o adensamento da vulnerabilidade na região, requerendo uma maior atenção e investimento de políticas sociais para trabalhar o fortalecimento de vínculos, enfrentamento à pobreza e incentivo de movimentos na comunidade (Diagnóstico Socioterritorial do Município de Santos, 2014).

³⁸ Ver o projeto “trezeMARIAS” de Vanessa Rodrigues disponível em: <http://www.labmis.org.br/residencia2016-VanessaRodrigues.php>

5. Cotidiano, Encontros e Narrativas pela Região Central Histórica

EXPEDIENTE

É a medida para sair de uma dificuldade,
para chegar em uma solução

que tem por sinônimo

mais dificuldades

É um despacho **ordinário** de negócios rotineiros,
do dia a dia, de tarefas sem sentido
que quase sempre nos levam à lugar algum,

ou ao lugar onde querem nos levar,

perda total de consciência

É a execução de alguma coisa

[indefinida]

nesta página

nesta vida

que nos expede a solucionar a rotina mecânica
do não-pensável,

cotidiano (in)alienável ³⁹

As histórias expostas neste capítulo são narrativas e micronarrativas ordinárias de cenas cotidianas com sujeitos singulares que habitam ou circulam a Região Central Histórica. São narrativas pois se construíram e realizaram no encontro, por vezes são micronarrativas pois duraram o tempo de um respiro. São ordinárias pois, por mais que sejam histórias forjadas através de sujeitos singulares, também são comuns a tantos outros sujeitos, a nós.

Estas narrativas ordinárias representam um mundo de relações, se concretizam em redes de trocas de saberes, de produção de intersubjetividades e modos de existir. Conforme

³⁹ Poema “Expediente” de 2018 assinado por SeresUrbanos, parte de um projeto de Interferências Urbanas Temporárias e Autônomas.

nos aponta Ana Clara Torres Ribeiro (2015): são relações que produzem repertórios de ação - seja ela consciente ou não - com potência para a percepção e afirmação de demandas coletivas, possibilitando novos espaços de ação que fortalecem sua qualidade transformadora e produtora de realidades.

Estas são narrativas, atravessadas pela violência sistêmica conjugada com a de Estado, mas emergidas de uma indignação ou um ato de resistência, de um corpo que não se assujeita, que arranja um jeito de se (re)voltar com o que, momentaneamente, se apresenta como imutável: trata-se de agência⁴⁰. São histórias compartilhadas que exigiram uma cuidadosa seleção do que pode ou não se tornar público, de conflitos íntimos ou entre vizinhos, de violências específicas sem perspectiva aparente de restituição, de questões políticas institucionais que permeiam o mistério, o estranhamento, a fofoca ou a não publicização de ações e informações para o debate político.

Grande parte das experiências aqui relatadas são de pessoas que vivem nas ruas, fato que não me foi nenhuma novidade tendo em vista os espaços do Censo e Estágio pelo território do Centro, que acompanhei e participei ativamente. Em alguns momentos era até comum que pessoas me procurassem na busca por referências ou incitando discussões sobre a população de rua, estas situações funcionavam como um termômetro para saber como as pessoas com quem dialogava sobre a pesquisa estavam assimilando a temática e qual caminho eu estava percorrendo. Tentei desde o início da pesquisa deixar em aberto o recorte populacional a ser abordado, essa intenção se deu no conhecimento da diversidade de sujeitos e identidades que a região abriga, assim como também se deu no desejo de abranger o máximo possível dos modos de existência e sobrevivência que se organizam na região. Tal questão rendeu algumas reflexões importantes sobre a forma como os diferentes grupos relacionam com a universidade, com profissionais, com estudantes ou com estrangeiros no território.

Com a população de rua o processo de troca de experiências, construção de relações e produção de dados se mostrou mais orgânico. A troca se deu através da disposição de “estar

⁴⁰ O conceito de agencia é permeado de discussões complexas, uns acusam de ser burguês e individualista, outros não entregam definições concretas que colaborem para o aprofundamento do debate... a grande questão é que a agencia não é uma discussão que pode ser facilmente reduzida em uma nota de rodapé. Seguindo a discussão de Ortner (2007), podemos seguir alguns pontos equacionais para a definição de agencia: a implicação ou não de intencionalidades na sua efetivação, sua existência em todos nós e a sua construção social-cultural, sua relação com o poder. Com esses pontos, dá para se ter pistas de que a agencia é uma atuação que visa atender à determinadas necessidades e desejos que sempre está em negociação com outros sujeitos, é algo que entra nos jogos de negociação relacionados com dominação/resistência.

com”, sentar ao lado, ouvir, reconhecer, perguntar o nome e se dirigir à pessoa através dele, manter contato cotidiano e por vezes até mesmo convites para conhecer a universidade e acompanhar até outros espaços. As relações de aproximação se davam na medida em que a troca ofertada era justamente o reconhecimento de uma vida, corpo, sujeito e existência cotidianamente negados, por anos ou por décadas.

As aproximações com moradores ou movimentos sociais organizados no território foram mais difíceis, do início ao fim da pesquisa a possibilidade de estar junto com essas pessoas sempre estava atravessada por suspeitas de utilitarismo, de informações prontas fornecidas antes mesmo da consolidação de algum diálogo ou de comentários confessionais sobre as intimidades das relações políticas, afetivas e cotidianas do território. Tais atravessamentos levantaram algumas questões, a principal delas era sobre a forma como eu estava interagindo com as pessoas que me deslocava sempre de determinados lugares aparentemente contraditórios como pesquisadora x moradora da região. “Você mora aqui também?”, em um tom de descrença, era algo que aparecia frequentemente durante os diálogos em campo. Outra questão era sobre a forma como a universidade, os pesquisadores e outras instituições se relacionam com essas pessoas, muitas vezes o uso do pertencimento institucional e do propósito de pesquisa para criar uma aproximação só afastava mais e mais as pessoas... *“as vezes me sinto como mais um número ou um rato de experimento”*. Deste modo, as narrativas com os movimentos organizados foram privadas da exposição e deixadas para um processo de estreitamento de vínculo a longo prazo, em outras oportunidades.

Audiência pública e seus desdobramentos

No primeiro semestre de 2018 o tema da vez que mobilizou moradores da cidade de Santos foi o processo de discussão, revisão e aprovação da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS). A grande questão posta era a definição de Zonas Industriais Retroportuárias (ZIR) e Faixas de Amortecimento (FA) em uma parte dos bairros da Região Central de Santos e na entrada da cidade, atingindo o bairro do Saboó.

Segundo a lei, as ZIR são áreas com “potencial de suporte às atividades portuárias, com serviços industriais e de logística, caracterizada pela intensa circulação de veículos pesados, onde se pretende minimizar os conflitos existentes com a malha urbana adjacente” (p.10) e as FA são as áreas reservadas para minimizar o impacto que as atividades portuárias

provocam na cidade e estão divididas em duas categorias: a que tem predominância de uso residencial e a que tem predominância de uso não residencial, permitindo outras atividades menores ligadas ao porto como galpões de armazenamento de produtos.

A definição da Faixa de Amortecimento nesses bairros se enquadrava na categoria de predominância do uso não residencial, o que automaticamente vetava moradias, precarizando por abandono as já existentes, vetava também os estabelecimentos de serviços como escolas, unidades de saúde, comércios ou quaisquer outras atividades necessárias para o suporte do desenvolvimento local. O que a lei colocava, em toda a sua linguagem técnica e inacessível, era justamente o avanço discreto do porto nos bairros que abrigam populações pobres que vivem com seus direitos violados.

A participação da população e a pactuação entre os diferentes segmentos da sociedade neste projeto de lei se deu através de oficinas com grupos de trabalho das mais diferentes zonas da cidade, assim como audiências públicas locais; processo que ocorreu entre novembro de 2017 e janeiro de 2018. Durante o mês de março a prefeitura abriu no seu site um espaço para sugestões e outras contribuições da sociedade civil; tal processo ocorreu concomitante a novas audiências públicas. É aqui que chegamos ao início do diário de campo utilizado nesta pesquisa, que se decorreu da observação participante em uma audiência pública com a população que mora na região central.

A audiência pública estava marcada para começar às 19 horas, era específica para a população do centro. Sai de casa meio que às pressas, não consegui cronometrar direito o tempo que eu levaria para chegar até a rua Dom Pedro II com a esquina da Praça Visconde de Mauá. Eu também mal sabia o que havia neste endereço. Da minha casa até o local levou aproximadamente alguns 10-15 minutos. Era mais um prédio antigo e conservado que servia como espaço para o funcionamento de alguns setores da prefeitura, placas identificavam atividades relacionadas ao trabalho, empreendedorismo, turismo e cultura. Entrei para falar com o guarda municipal que estava na recepção. Ele me informou que o auditório não estava aberto ainda, era para esperar alguns minutos. Aguardei na calçada observando os comércios fechados e sentindo a atmosfera coletiva de término de expediente. Foi somente quando mais pessoas começaram a chegar que o segurança abriu o auditório.

Ao entrar na sala senti o estranhamento de ser um espaço pequeno. Era uma sala com carpete cinza, poltronas azuis em degraus de nível e com acústica. Sentei na penúltima fileira

de poltrona, próxima do corredor. Um homem e uma mulher estavam abrindo os documentos a serem apresentados. Outro estudante da UNIFESP entrou e sentou um pouco mais a frente. O incômodo com o espaço pequeno me fez contar os acentos. Eram mais ou menos de 40 a 60 lugares. Na porta do auditório pessoas conversavam entre si, estavam todos com roupas sociais.

O homem que estava abrindo os documentos se aproximou de nós - eu e o outro estudante - e perguntou de onde a gente era. Respondemos sobre a faculdade, que éramos da UNIFESP. Perguntou nosso curso, serviço social e psicologia. Se apresentou, era vice-secretário da secretaria de desenvolvimento urbano da prefeitura. Explicou um pouco sobre a audiência e expressou uma frustração da pouca participação da população nos processos que dizem respeito ao tema da audiência. “Vocês que estudam e pesquisam, principalmente você da psicologia, deveriam tentar entender por que as pessoas não participam, veja bem, todas as audiências foram vazias”

Aos poucos o auditório foi enchendo, o público eram pessoas com camisetas sociais (que mais tarde se revelou representantes do setor de comércio, empresas e imobiliárias), estudantes e professores da faculdade de arquitetura e urbanismo, moradores, representantes do movimento de moradia... Então deram início à apresentação da minuta do projeto de lei. A primeira explicação foi de que a lei tem como principal objetivo incentivar habitações de interesse social, mercado popular, a renovação urbana para estimular os variados usos de áreas centrais. Projetaram dois mapas comparativos, em que um apontava a concentração de riqueza na área da orla, zona intermediária e centros comerciais; o outro mapa apontava um “cenário futuro” onde a riqueza concentrada seria distribuída e equilibrada através dos dispositivos garantidos no projeto de lei, revertendo as desigualdades urbanas. Depois apresentaram as mudanças no zoneamento, a delimitação das macrozonas da cidade, a nova proposta de zona portuária e as faixas de amortecimento, áreas de proteção cultural que se concentram majoritariamente no centro, zonas especiais de renovação urbana nos bairros do Valongo, Paquetá e Jabaquara visando a substituição gradativa dos usos atuais para uma adequação com o resto da cidade, mudanças na malha viária e outras alterações pertinentes ao futuro da cidade.

Eram vários mapas, alguns difíceis de se compreender através da projeção. Após o término da apresentação, abriram espaço de fala para discutir e protocolar contribuições da população presente. Sem tempo hábil para análise comparativa do que se tinha e do que

estava sendo proposto era difícil qualquer proposta qualitativa sobre o documento, principalmente em um primeiro contato. Alguns dos presentes sinalizaram tais questões e limitações na organização. A resposta dos representantes das intenções do poder municipal ressaltou que o documento estava disponível online, para que toda a sociedade santista pudesse acessar e caso quisesse contribuir, também tinha o espaço de sugestões... tudo no site da prefeitura.

Um homem pediu a fala, com papéis em mãos se apresentou enquanto morador do bairro do Alemoa. Pediu licença para os moradores do Centro, a audiência era deles, mas precisava protocolar as propostas dos moradores de seu bairro, que queriam a retirada total da faixa de amortecimento. Para além das propostas, em suas mãos também carregava reportagens e outros documentos que comprovam que há anos a prefeitura tentava impor uma faixa de amortecimento em seu bairro. Essa briga estava aí desde a década de 1980. Mesmo com o processo de oficinas anteriores para acolher demandas da população, a prefeitura não havia atendido o pedido de retirada da faixa de amortecimento, souberam disso na audiência pública referente ao seu bairro, que aconteceu no dia anterior e sem que a população tivesse tempo para se organizar. Por isso estavam ali, para pressionar. Os moradores do centro o tranquilizaram, entendiam a demanda. Senti que provavelmente o mesmo estava ocorrendo ali: a população não teve acesso ou não conseguiu se organizar frente a agenda corrida da prefeitura ou, muito provavelmente, as duas coisas juntas.

Ele relatou todas as dificuldades que seu bairro enfrentava pela falta de infraestrutura, enchentes, água contaminada, trechos sem saneamento básico, lixos espalhados pelo canal de drenagem... contou que esse canal era um rio e que as atividades portuárias o mataram, só sobrou lodo. Após o relato desse morador sobre a precariedade da infraestrutura de seu bairro, uma mulher que estava entre as pessoas de roupa social se levantou, sem pedir fala questionou: *“Se essas são as condições de vida das pessoas que moram lá, onde qualquer chuva alaga tudo, como vocês da prefeitura querem incentivar que nossos negócios fiquem aí? Se vocês não se comprometerem a arrumar a infraestrutura dessa área, não queremos esse lugar”*. Fiquei espantada com tal declaração escancarada. Todos começaram a falar ao mesmo tempo na sala. Algumas tensões entre o grupo engravatado e a prefeitura começaram a surgir. Moradores de outros bairros, como o Campo Grande e Jabaquara, também começaram a relatar suas dificuldades com as infraestruturas.

Na busca de estabelecer alguma ordem, os funcionários que presidiam a audiência solicitaram silêncio e falavam que aquele momento era dos moradores da região do centro. Demorou alguns minutos para que todos se acalmassem e quando aconteceu, perguntaram se os moradores do centro tinham algo pra falar. A pergunta foi pontual: “quero saber como fica nossas ZEIS do Paquetá”. “Não mexemos nela” foi a resposta. Entretanto, nos próprios mapas, havia um pequeno avanço da faixa de amortecimento sob a área de ZEIS.

Quase duas semanas após a audiência, moradores da Vila Mathias e Macuco organizaram uma assembleia comunitária para discutir a faixa de amortecimento, o local do evento seria o salão de festas do Trend Office, o condomínio ao lado da UNIFESP. Entrei no prédio insegura, o segurança foi sucinto: pega o elevador até aquele andar e vire à esquerda e depois direita. Parecia que ele estaria me observando para garantir que eu não sairia da rota. Chegando no salão de festas, mapas estavam colados no vidro das janelas amplas que davam para a rua, pessoas do prédio sentadas aguardando o evento iniciar e também havia algumas pessoas conhecidas, que transitam pela UNIFESP, mas não eram alunos. Quando as discussões iniciaram foi possível entender de onde veio a articulação: alguns funcionários da prefeitura moravam ali. O discurso de convencimento à mobilização ia direto no interesse daquela fração de classe social: a desvalorização de seu patrimônio. A Faixa de Amortecimento pegaria todo o lado ímpar da Silva Jardim e traria muitas coisas ruins para os moradores, galpões para armazenarem sabe-se lá do que - pois não haveria controle -, e com isso “prostitutas, população de rua, drogados, traficantes” e toda a sorte de identidades que no imaginário social estão historicamente atrelados ao porto também iriam se fixar na região... “Quando viemos para cá a proposta era que esse bairro seria renovado e agora querem trazer toda essa sujeira, desvalorizar nosso patrimônio”. “A única coisa boa dessa Faixa de Amortecimento é a possibilidade de fechar esse bar, que só tem maconheiro e bêbado que ao invés de estudar fica aí, tirando nossa paz”.

Um rápido raio-x do espaço era possível identificar que não tinha nenhum representante da população que mora nos cortiços. Da universidade era só eu e outro funcionário, que também morava no prédio. Os outros participantes eram moradores do prédio ou comerciantes do entorno. Um homem compartilhou sua experiência da última LUOS que instalou uma faixa de amortecimento no bairro do Macuco, colaborando para a sua desvalorização e também para o perigo dos moradores, os galpões não tinham fiscalização e um deles chegou a guardar material tóxico e biológico que produzia um odor horrível para

quem morava ao redor. Moradores classe média e comerciantes faziam uma aliança para pressionar a prefeitura à excluir o projeto da faixa, seus recursos eram variados, desde acionar as mídias locais da cidade para denúncia até escrever abaixo assinados, manifestos e conversar com vereadores... mas um incômodo ficava: como envolver o resto da população que também seria prejudicada com o projeto?

Não aguentei ficar até o final da reunião, os comentários e a organização contra a lei que excluía pensar a vida da população do entorno me sufocava. Acompanhei de longe toda a movimentação posterior, os tensionamentos com o poder municipal e a própria UNIFESP propondo projetos alternativos de criação de uma área educacional. Conforme as estratégias foram avançando, alguns movimentos sociais foram adentrando na luta. Por fim, a faixa de amortecimento foi retirada para a aprovação da nova lei.

De nós para nós

Ela parou com a bicicleta na nossa frente e perguntou se a assistente social da creche estava por ali. Respondemos que sim e apontamos para a profissional. Antes de ir até lá, perguntou de onde a gente era e o que estávamos fazendo ali. Explicamos que éramos da universidade, estudantes de psicologia e mestranda em serviço social, e que a gente estava mapeando a demanda das mulheres do bairro para criar um grupo de mulheres com atividades que trabalhem o corpo, que discutam as dificuldades e potencialidades do território e que fortaleçam os vínculos. Ela falou que era bom ver essa movimentação acontecendo, que esperava poder somar com a gente. Se apresentou, morava na Campos Mello, quase atrás da universidade e organizava de modo autônomo algumas atividades pelo entorno, nos passou uma agenda: naquele sábado teria um mutirão de faxina da rua com um almoço para as famílias, no outro sábado iriam preparar canteiros para plantar árvores e hortaliças, e, para fechar a maratona de atividades, iriam fazer um almoço comunitário, com grafiteiros para confeccionar painéis nos muros que separavam aquelas famílias do porto. “A situação aqui é difícil, a prefeitura não dá muita atenção para nós e a gente quer que nossas crianças cresçam bem”.

Futebol na calçada e gols de lixeiras

Estava retornando da faculdade, sozinha, percorrendo as ruas que faziam parte dessa rotina de término das atividades acadêmicas: sai pela porta da R. Campos Melo, virei à esquerda na R. Luiza Macuco, virei à direita na Av. Conselheiro Nébias, atravessei a avenida para logo virar na próxima quadra, na R. Júlio de Mesquita, e depois virar à direita na primeira esquina, na R. da Constituição. Gosto desse caminho porque a partir desta rua sempre encontro pessoas sentadas nas calçadas de suas casas, conversando, convivendo e ocupando a rua e calçadas de uma parte da cidade que sua lógica comercial deixa a impressão de que ali não é espaço de convívio. Mas naquele dia, em específico, vi crianças cercado um adolescente que “pichava” um campo de futebol em uma calçada de cimento queimado. Essa cena despertou meu interesse, me fazendo diminuir o caminhar para prolongar a observação. Sorri ao ver a ação. Mentalmente fiz o mapeamento de coisas que haviam no entorno, oficinas mecânicas, postos de gasolina, padarias, bares, comércios de serviços, fluxo intenso de ônibus na rua atrás, CentroPop, supermercado extra, cortiços, ponto de prostituição na esquina... Me perguntei se existia algum lugar que essas crianças possam brincar e conviver para além de escolas. Não. Na verdade, um havia centro esportivo em construção, já cercado por grades e fechado com paredes ladrilhadas, passando uma impressão para quem passa de pouca sinergia com a paisagem do entorno, que é formada majoritariamente de construções com arquitetura antiga. Segui andando para casa pensando nos meninos desenhando o campo de futebol no chão. Me comprometi a passar na rua em outro momento para ver o nome do time deles que estava sendo escrito no chão. Após um momento tenho um “click”. Este campinho significa justamente uma resposta à escassez de recursos e espaços materiais para garantir um acesso ao lazer, as crianças estavam criando um espaço para jogar, para se divertir.

No dia seguinte passei pela mesma rua ao ir para a faculdade. Estava lá o nome: campo dos meninos escrito ao redor do centro do campo, assim mesmo, com o “e” riscado. Infelizmente não vi mais nenhuma atividade no campo recém-criado depois de sua confecção, as crianças continuavam brincando e correndo na rua enquanto os pais ficavam nas calçadas.

Em outro momento na rua Pego Júnior, não muito distante dali, flagrei crianças jogando futebol no asfalto. Seus gols eram as caçambas de lixo, quem precisa de chinelos quando se tem estruturas perfeitamente quadradas que dão conta de captar a bola? Conforme comércios de gráficas e design foram se instalando na rua as crianças ganharam estruturas de

gol móveis, que ficavam presos com uma corrente no poste. Não tardou muito para surgir um campo de futebol desenhado na rua, mas este era profissional, aos moldes oficiais do futebol de rua. Placas comunicando a festa do dia das crianças do ano de 2018 expunha os comércios recém instalados na rua como apoiadores, demonstrando uma integração com a população, mas também uma contrapartida.

Também vi caçambas de lixo serem utilizadas como gol próximo ao centro esportivo, mesmo com ele em funcionamento. Diferente das crianças da Pego Junior, esses jogavam até mesmo com o lixo dentro.

Na cidade da caridade estamos aqui sofrendo mais uma ação

Tranquei a porta do prédio e guardei a chave no bolso da frente da minha bermuda jeans. Estava ansiosa, pensava sobre meu projeto de pesquisa e a possibilidade de mudar o tema para evitar de fazer o campo. A ideia de fazer campo me angustiava, estava insegura sobre a minha capacidade de comunicação com pessoas desconhecidas e de estabelecer vínculos que pudessem contribuir para o desenvolvimento da pesquisa. Costumava me sentir impotente frente a dificuldade que percebo em mim para sustentar diálogos com pessoas desconhecidas.

Fiz o caminho cotidiano de ida e retorno à universidade: desci pela Avenida Senador Feijó até a esquina de minha casa, virei na rua Pego Júnior em direção a Conselheiro Nébias, virei em direção à praia na Brás Cubas e atravessando a rua entrei na Conselheiro Saraiva que em sua esquina abriga a organização socioassistencial Albergue Noturno, que faz acolhimento de pessoas em situação de rua e com parede colada ao albergue encontra-se o Centro Pop.

Como de costume, ao entrar na Conselheiro Saraiva atravessei a rua, neste momento ouvi uma voz masculina: “pode passar aqui, não vou fazer nada”. Olhei na direção da voz, parando de caminhar, me encontrava no meio da rua e um homem negro, sem blusa, sentado em um caixote de feira embaixo de uma pé-de-cuca continuou a falar, sinalizando para o chão “pode passar por aqui, não vou te roubar”. Fiquei segundos parada contemplando essa comunicação, um pouco constrangida por aparentar que estava atravessando a rua por medo, estava em dúvida se seguia o meu caminho ou retornava para conversar. Neste momento me recordei da leitura que realizei no dia anterior sobre o método cartográfico para escrever a

metodologia. É necessário que o cartógrafo possa se abrir para o encontro. Momentaneamente minha dúvida estava respondida, meu corpo virou-se em direção ao homem que me questionava e um pouco nervosa questioneei: “você acha que atravesssei a rua por medo de você?”, ele abaixou a cabeça, “acho, as pessoas fazem isso”. No gesto do homem e em sua resposta rapidamente percebi que minha postura estava ofensiva, desconcertada, tentei amenizar a situação, “eu só estava atravessando a rua por costume, sempre passo aqui e tem gente deitada, não quero atrapalhar vocês, sinto muito se pareceu que eu estava com medo ou te discriminando”, ainda olhando pro chão o homem me respondeu “tudo bem, eu que peço desculpas, mas é verdade, as pessoas tem medo”. Neste momento passou três mulheres por nós, ele as cumprimentou e elas devolveram o cumprimento. Encostei na parede do albergue, ao lado do homem sentado em seu caixote e na sombra do pé-de-cuca, agachei para sustentar uma comunicação menos autoritária. Olhei para a calçada com certa familiaridade, observei as raízes da árvore que quebravam o cimento e deixava o chão irregular. Esta era uma rua que para além do albergue e do centro pop, tinha um campus da UNIMES, várias garagens particulares de colecionadores de carro, algumas oficinas mecânicas e casas antigas. Os trabalhadores de uma das oficinas observavam minha interação com o homem. Me apresentei e retribui contando sua história.

Com um discurso desorganizado, tornou a me pedir desculpas, comentou que ficava na região porque não tinha casa, gostava de ficar debaixo daquela árvore pela sombra e na rua tranquilidade da ausência de movimento. Muitos guardas municipais que ficam no CentroPop o confundiam como “dono da rua” ou traficante em uma tradução sincera. Não nega que já foi do tráfico, mas foi preso e teve que cumprir pena na “Colônia em Bauru”, ao sair do presídio acabou comprando um celular roubado que foi rastreado e por isso foi preso novamente. Durante uma “saidinha” veio para Santos e nunca mais voltou para terminar a pena. Ele me relatou que tinha voltado para a rua sábado passado, pois estava cumprindo pena de um ano no CDP de São Vicente por conta de uma abordagem da guarda municipal que descobriu esta pena em aberto.

Permaneci ouvindo sua história, tão singular, mas tão familiar por ser uma narrativa comum de quem esteve no meio da política de guerra às drogas. Me falava sobre sua vida e experiências na rua sem precisar de incentivo de minha parte. Percebi que algumas pessoas passavam e o cumprimentavam pelo nome, dentre elas estava um funcionário do centro pop e trabalhadores de uma concessionária de carros que fica na frente do albergue noturno. Esses

diálogos curtos sinalizavam a rede de pessoas que tinham algum nível de envolvimento com ele. Passando pela rua mais vezes captei momentos em que a concessionária fechava e os funcionários ficavam conversando amistosamente com a população de rua, esta por sua vez arrumava seus pertences (colchões, cobertas, carrinhos, espaço para os cachorros) no espaço de estacionamento da loja.

Retomando ao diálogo, comentou que ser abordado pela guarda municipal era recorrente e por isso foi novamente a julgamento por estar carregando um baseado, reproduziu seu diálogo com a juíza, dizendo que foi muito sincero ao admitir que tinha droga porque usava, assim como bebia, é o que o pessoal na rua faz para aguentar o frio, a pressão social e a violência... eram “as porradas da vida”. Achava que muito provavelmente era chamado de dono da rua porque nunca deixou nenhum colega de rua furtar pessoas que passavam ali, pois eram situações que geralmente traziam problemas para elas em relação à polícia e guarda municipal. Pelo mesmo motivo, qualquer pessoa que furtava na região levava uma “sova”. Ele era o homem que tinha moral no entorno.

Comentou que achava injustas as abordagens da GCM, pois quando funcionava a UNIMES, a rua também enchia de jovens que bebiam, fumavam e se “drogavam”, mas a abordagem da GCM era só com eles que “moravam” na rua, apesar disso, tinha saudade das festas universitárias que ocorriam na rua - não me contou o porquê, mas logo essa fala me remeteu às festas de ocupação de rua que ocorriam pelo centro, onde as pessoas que frequentavam os eventos coexistiam com a população de rua que se fixava no local da festa, volta e meia um ou outro se aproximava e pedia, para quem frequenta a festa, bebida, cigarro e até mesmo outras substâncias que eram consumidas no lugar.

Em uma das abordagens, o guarda municipal lhe perguntou por que ele não trabalhava, ele respondeu dizendo que a cidade preferia trazer pessoas de outras regiões do que contratar pessoas que nasceram nela. “Se você olhar no brasão, Santos é a única cidade da baixada que tem escrito: cidade da caridade. É verdade, aqui tem muita caridade, mas esses serviços aqui - apontou para o albergue - muitas vezes dá preferência para quem é de fora da cidade”

Chegou um momento do diálogo em que outros homens passaram por nós, carregando mochilas surradas e lençóis ou colchonetes. Estes ele não cumprimentou, mas ficou observando até eles chegarem na calçada do Centro Pop e esticar seus lençóis e colchonetes para deitar.

Me explicou que estava na rua desde sua separação da ex-exposa, que o colocou na justiça para receber pensão, mas sem dinheiro ou trabalho, preferiu ficar na rua e deixar a casa para que ela e os filhos pudessem ficar. Após essa fala, um silêncio se estabeleceu entre nós. Ele continuava olhando para o chão. Durante o diálogo pouco olhou para mim. Estendi minha mão para cumprimentá-lo, “Obrigada pela conversa, gostei de ouvir tua história”. Pegando em minha mão, ele me olhou nos olhos “Eu que agradeço por você para e me escutar, desculpa ai qualquer coisa”. Falei que ele não precisava se desculpar, me despedi deixando em aberto um próximo encontro - “até a próxima”. Novamente ele agradeceu pela escuta enquanto eu já me afastava.

Atravessei a rua, como de costume, ainda sentia sua mão na minha, por que? Pensei neste costume, por que atravessar a rua? Para mim, estava mais do que dado que era uma tentativa de não atrapalhar ou passar por cima das pessoas que sempre ficam deitadas nas árvores, mas aquele início de diálogo “pode passar por aqui, não vou te roubar” me leva a reflexão de que minha ação não tem o mesmo sentido para eles, a forma como me percebo não é a mesma com que eles me percebem. Mas então como me posicionar de um modo que não me coloque no lugar da pessoa que discrimina? Uma questão que me deixa insegura e incomodada por não saber respondê-la, ainda.

Após o encontro, estabeleci uma rotina de passar na rua em que ele fica toda vez que precisava ir para a faculdade. Observei a crescente ocupação do espaço da árvore, mais pessoas começaram a sentar junto a ele. Pouco tempo depois os caixotes usados como bancos foram substituídos por poltronas de escritório descartadas. A árvore começou a ser decorada com quadros, bichos de pelúcia, varal com roupas, na época da copa do mundo colocaram até mesmo um TNT verde pendurado. Sempre quando passava me cumprimentavam “bom dia/boa tarde/ boa noite” “olá senhora”, um dia questionei “senhora não por favor” e logo veio a correção “senhorita, senhorita, até mais senhorita”, mas não parava para conversar. Sempre que podia, comentava com amigas o que trabalhavam entorno sobre eles e sua ocupação daquela calçada. O que essas amigas mais temiam era uma ação da Guarda Municipal, que não tardaria para acontecer, levando em consideração que a “maloca” estava crescendo. No início de julho, passei pela rua e o espaço deles estava menos ocupado do que o normal, cumprimentei como de costume, irritado, me devolveu “bom dia senhorita, mais uma vez estamos aqui, sofremos uma ação mas estamos aqui”, meu primeiro ímpeto foi responder que era necessário ocupar, cheguei a verbalizar, mas logo retornei, não era necessário ocupar, não

para eles que são uma população que sempre está passível de violência policial, não para eles que a vida sempre foi ocupar espaços públicos com seus corpos, rejeitados pela sociedade e afetados radicalmente pela violência estrutural. Perguntei o que houve e ele me contou que a GCM passou e levou todas as coisas deles embora, havia poucos dias, mas que eles iriam permanecer ali. Seu semblante era de raiva e tristeza e eu me compadecia pela situação.

Não demorou muito para o espaço debaixo da árvore ficar vazio, não demorou muito para mudar meu trajeto de ida à faculdade.

Banhos e casa cheirosa

Retornando para casa com uma companheira e já próximo da porta de casa, passa no sentido oposto a nós uma mulher, carregando um carrinho de feira cheio de lençóis e objetos. Era uma mulher branca, alta, cabelo curto, com alguns dentes faltando e com marcas no corpo de uma pessoa que vive nas ruas. Ela sorriu para nós, que retribuímos o gesto. Paramos na porta de casa para procurar a chave na bolsa, olhei para a mulher que andava e as vezes olhava para nós. Ao chegar no apartamento pegamos a cachorra para passear. Sempre fazemos o mesmo caminho: saímos de casa, na Av Senador Feijó, atravessamos a avenida e entramos na João Eboli sentido Ana Costa. Na esquina da João Eboli sempre tem um carrinho de pastel que funciona até as 20 horas, passamos pelo carrinho e cumprimentamos as donas, logo após o carrinho, a mesma mulher que passou por nós, alguns minutos atrás, estava parada nos olhando. Conforme nos aproximávamos dela, um sorriso se abria, já próximas, escutamos um: “posso tomar banho na sua casa?”. Parei de andar, ou melhor, travei na calçada, estava sem resposta. Sentia um misto de surpresa, confusão, impotência e descrença, era um pedido unicamente incomum. Olhei para minha amiga, que também não sabia muito bem o que responder. A resposta veio da própria mulher: “posso tomar banho na sua casa? eu vi que vocês moram aqui - apontou para a avenida senador feijó- o dono da casa quem é? Ele deixa eu tomar banho lá?”. Não sabíamos o que responder, enquanto isso, sentia a expectativa daquela mulher sobre nós aumentar. “Mas a gente acabou de sair de casa e vamos levar a cachorra pra passear”, “Vai demorar muito? Eu espero. Quem é o dono lá?”, “Nós somos as donas, mas moramos com mais gente”, “E vocês deixam eu tomar banho lá?”. No centro de Santos, ser dono de uma casa significa que você é quem gerencia o cortiço, neste caso somos uma república, mas o que diferencia uma república de um cortiço? As duas me olharam e

comecei a ficar ansiosa, sentia impelida a responder algo que não sabia o que era, nem sequer sabia o que era ideal nessa situação, será que havia uma resposta ideal? Estava em um conflito ético, um dos conflitos do qual Butler (2011) fala que o discurso nos impõe, da necessidade de ação, de resposta ao que está sendo apresentado pelo Outro, para retirar o peso de algoz ou de corresponsabilidade com a vulnerabilidade exposta. “Nós vamos passear com a cachorra primeiro”, foi o que consegui falar, “tudo bem, eu espero! Vai demorar? Vocês tem roupa para mim lá?”, neste momento senti uma indignação, se eu já não sabia a resposta para a pergunta do banho, assim como nunca imaginei que alguém desconhecido me perguntaria na rua se poderia tomar banho na minha casa, a pergunta se tinha roupa para vestir me pareceu mais absurda ainda. Mas essa era uma pergunta que a resposta veio automática: “não tenho”, “ah, mas vou tomar banho e vou ter que colocar a mesma roupa?”.

Fiquei em silêncio e desconcertada ao mesmo tempo. Ela está certa. Impaciente com nosso silêncio ela nos falou “Vai lá passear com a cachorra, eu espero vocês aqui”. Sem saber o que fazer, saímos andando, ansiosas, deslocadas. Uma voz ao fundo “Olha, mas não demora hein”. Neste momento, a descrição mais adequada do que eu sentia com esse encontro era a sensação do absurdo da vida e este absurdo estava provocando os mais diversos deslocamentos possíveis. Neste caso, por que um pedido de banho provoca tal estranhamento?

Seguimos andando ansiosas e angustiadas pela rua, pouco conseguimos trocar sobre este encontro. Em dado momento decidimos que não poderíamos fornecer a nossa casa para um banho, mas será que poderíamos tentar dar algum direcionamento para essa demanda? Por que sentia a necessidade de responder essa demanda? Voltamos para onde ela disse que estaria esperando, eu particularmente estava com esperança que ela não estivesse lá, como lidar com as expectativas do outro sobre nós ao mesmo tempo que não podemos oferecer o que nos é solicitado? Aqui, a consciência da desigualdade social e dos problemas estruturais de uma sociedade capitalista pesavam, era a contradição de saber disso e ainda sim dizer não a um pedido de banho. Mas ela estava lá, nos esperando, exatamente no mesmo lugar, com um sorriso no rosto por nos ver retornando. E nós diríamos não. Comecei a ficar mais ansiosa ainda. Pedimos desculpa e dissemos que não poderíamos oferecer o banho. Mais fácil do que pensei que seria, ela nos compreendeu. Perguntei seu nome e se ela passava por algum serviço, ou era atendida por algum assistente social ou psicólogo. Já desinteressada em nós, nos disse seu nome, deu algumas respostas vagas sobre porque estava ali, disse que não

gostava de ficar nos serviços pois só tinha “nóia” e que iria tentar ir no dia seguinte no serviço de acolhimento, sem prolongar a conversa nos desejou boa noite.

Alguns dias depois a encontrei novamente, perguntei se tinha conseguido acolhimento. Disse que não, pois não a deixaram entrar porque precisava de uma carta do assistente social de referência dela do CRAS, atestando que ela tinha retornada à rua. Perguntei se ela tentou conseguir a carta. Ela me respondeu que foi ao CRAS e o assistente social estava de férias, por isso não havia conseguido a carta ainda. Depois deste encontro nunca mais a vi.

Alguns meses antes da entrega desta dissertação, estava em uma fila de supermercado que não andava e ouvia a atendente falar o valor da compra diversas vezes, por curiosidade fui checar o que ocorria e lá estava ela. Sorridente, retirava uma nota de dois reais de uma pochete e entregava para a moça do caixa, ficava aguardando até a mulher falar novamente o valor da conta e quanto faltava de dinheiro. Observei a cena sentindo uma graça. Novamente ela retirava mais uma nota de dois reais e entregava para a caixa, fez esse processo repetidas vezes, sempre que a atendente falava quanto faltava para completar o pagamento. As pessoas da fila começaram ficar impacientes, resmungavam, desdenhavam da situação. No momento das reclamações ela retirou algumas moedas da pochete e olhou sorrindo para nós da fila, senti expectativas no olhar, expectativas de que alguém contribuísse para seu pagamento. A mulher do caixa anunciou a quantia que faltava e foi a primeira vez que ela verbalizou “ainda falta é?”. Faltava e faltava bastante. “Mas aí eu vou gastar todo o dinheiro que juntei”. A caixa sugeriu que ela retirasse algo, o desinfetante. “Mas aí eu não vou poder deixar minha casa cheirosa”, olhou novamente para nós. Cada olhada era uma demanda nova que sentia. A pessoa que estava atrás soltou impacientemente um “é brincadeira viu, não tem dinheiro não leva”. Mas não era essa a questão, a questão era que ela tentava negociar com a caixa e com nós da fila a compra dos produtos que ela queria levar para sua casa, de produtos cotidianos que todo mundo tem e que ela também queria ter, para levar uma vida na qual também tinha direito de ter.

As Rodas de Música, a história de um corpo e o Robin Hood do(s) mercado(s)

A roda de música sempre ficava na lateral do Mercado Municipal e de frente para o Hotel Madrid, já próximos de onde a rua Sete de Setembro se encontra com a avenida portuária. Era um horário movimentado no qual estudantes, trabalhadores e mulheres com

crianças passavam por nós. Algumas destas pessoas, mesmo final da rotina cansativa de um dia da semana de horário comercial, olhavam para nós curiosos ou espantados. Uma outra parcela só seguia reto direto para o objetivo: pegar as barcas, famosas catraias, para atravessar sentido à Vicente de Carvalho ou saíam das barcas para pegar um ônibus na Avenida Conselheiro Nébias.

Olhei ao redor, estava começando a escurecer e o brilho amarelo dos postes de luzes já transformava toda a paisagem do mercado municipal. Pessoas começavam a se aproximar de nós, algumas já eram conhecidas e sem qualquer cerimônia, pegavam o violão, pandeiro e atabaque para assumir a condução da roda de música. Alguns outros instrumentos musicais diferenciados ficavam dentro de sacolas de lona no centro da roda para quem quisesse tocar. A condução acertada sempre coincidia com o momento em que as janelas do hotel se abriam e as pessoas ficavam em seus parapeitos nos observando. Este momento de entrosamento do grupo era onde começavam os processos de diálogo e escuta.

Me levantei da almofada que estava na calçada e caminhei até a sacola que estava no centro da roda, peguei um instrumento, uma meia lua que tilintava só com o movimento do meu corpo. Caminhei até dois homens que ouviam a música e observavam o movimento do lado de fora da roda. Com a meia lua, tentei convidá-los para estar mais próximos da gente, a sentarem nas almofadas e arriscar tocar algum instrumento. Um deles recusou o convite, até mesmo se afastou um pouco. Tal movimento era recorrente, era o estranhamento da roda de música e ao mesmo tempo a insegurança de saber se aquele é um espaço no qual pode interagir. “Mas você são o que? Vem aqui só para tocar música com a gente?” ou “vocês têm comida?” eram falas recorrentes de algumas pessoas que se aproximavam de nós uma primeira vez. O outro mostrou suas duas mãos enfaixadas “hoje eu não posso tocar, só vou ficar olhando mesmo”. Sugeri que ao menos sentasse na almofada e ele aceitou. Peguei duas almofadas e coloquei onde estávamos, fora da roda.

Fiquei do seu lado, mas em silêncio... ou melhor cantando as músicas que a roda tocava. Nestes momentos antes de um diálogo era onde eu encontrava espaço para observar as interações e os processos de troca mais atentamente. As pessoas que sempre frequentavam a roda e já tinham alguma proximidade com a gente transitavam de forma mais orgânica, à vontade mesmo. Tocavam um instrumento e depois o passava para outra pessoa, trocavam uma ideia com alguém, pegavam um outro instrumento, faziam a sugestão de uma música e nos ensinavam algumas notas ou batidas.

Perguntei sobre o machucado nas mãos. Ele me respondeu que eram de uma briga com um cachorro de rua. Contou que estava dormindo na frente do Bom Prato junto com um cachorro, que era de um colega de calçada, quando foi arrumar a coberta o animal se assustou e o atacou. Tomou 8 pontos em uma mão e 12 em outra, para além das mordidas na canela. Esse mesmo cachorro também atacou outras pessoas, por isso um grupo estava pensando em o sacrificar. Ele me contou parte do plano de sacrifício... ao mesmo tempo tentava justificar a agressividade do cachorro com a possível saudade que este devia estar sentindo do dono, que morreu afogado no canal de onde as catraias saem. A história do afogamento me chamou a atenção por um motivo em específico: eu acompanhei grande parte do processo.

Uma semana atrás eu tinha ido até aos arredores do mercado para estabelecer contato e articular com os moradores algumas atividades. Com uma amiga sai da UNIFESP e segui a Silva Jardim na contramão até seu encontro com o Restaurante Bom Prato. Alguns moradores, que estavam sentados nas portas de suas casas, começaram a passar por nós correndo, na mesma direção. Ainda faltava uma quadra, mas já dava para ver de longe uma multidão e ambulâncias estacionando na plataforma do canal das catraias, na frente do Bom Prato. Com todo o alarde, a gente queria entender o que estava acontecendo. Chegamos no local exatamente na hora em que os bombeiros retiravam o corpo de um homem da água... já sem vida. Andamos rapidamente em direção à Unidade de Saúde da Família (USF) da Vila Nova, já na rua os profissionais observavam e comentavam a cena. Paramos para conversar com eles e perguntar por mais informações sobre o ocorrido. Um homem, que passava pela rua parou e começou a nos contar o que ele viu. Disse que umas crianças estavam pulando da plataforma e “o cara, que já estava bêbado, resolveu pular também e não voltou mais”, “deve ser muito perigoso esse canal, não é?”, “olha bem para essa água menina, é água do porto, cheia de óleo e lixo, tem até uns metal e cordas lá embaixo. É proibido pular aí”. Ficamos em silêncio. Os profissionais da USF ainda conversavam entre si. Resolvemos ir embora, tentar seguir caminho até a casa de uma liderança local.

Perguntei ao homem das mãos atadas se ele era amigo deste homem, sua resposta foi “mais ou menos”. Explicou que não existia amizade na rua, mas era de extrema importância não ter inimizades. Eles conviviam juntos na mesma calçada e de vez em quando trocavam coisas... não especificou o que. Perguntei o que tinha acontecido no dia. “A molecadinha que sempre fica aí *tava* brincando e ele resolveu pular também, a gente tentou impedir ele, tentou explicar que ele não podia pular do jeito que estava, mas ele só pulou... a questão é que ele

tinha epilepsia e teve um ataque lá embaixo”. Uma coisa que surgiu muito no primeiro semestre de 2019 durante meus trânsitos pela região, nos diálogos com a população e profissionais foi justamente o aumento de óbitos da população de rua que fica no entorno do mercado, geralmente por agravos de saúde e negligência de alguns serviços de pronto atendimento.

“Sabem quem foram os heróis da situação? A molecadinha, que quando viu que ele não subiu começou a mergulhar atrás, a se movimentar para chamar o resgate, para pedir ajuda...”. Perguntei se ele conhecia os meninos. Me respondeu que sim, eles sempre estavam ali pulando da plataforma, sempre estavam com a galera ali do entorno conversando, pedindo comida e dividindo comida.

Mudando de assunto, ele me perguntou o que fazíamos ali... o que a gente queria? “Você conhece a UNIFESP? Ali na Silva Jardim?”. Ele pensou um pouco e disse que já tinha escutado alguns companheiros comentando sobre ela, principalmente sobre um grupo de redução de danos - o Div3rso - que ocorria e contava com a participação de algumas pessoas dali do entorno. Confirmei, disse que era lá mesmo que rolava as discussões de redução de danos, assim como aconteciam várias outras coisas como o Censo da População de Rua e aquela roda de música. “E então vocês vêm aqui e fazem essas coisas com a gente... igual lá em São Paulo que tem estudante que até dorme na calçada e fica um tempo”. “Sim, é por aí... a gente vem e faz as atividades com vocês, nossa intenção é escutar, conversar, conhecer as histórias de vocês...”. Não consegui terminar de falar, ele me cortou para dizer que era bom saber que havia gente estudando e se propondo a ouvir, processos como aqueles provocavam um respiro no cotidiano deles, um respiro de saber que há gente que se importa.

“E vocês fazem o que lá?”. Respondi que a gente estudava para ser assistente social, psicólogo, terapeuta ocupacional... profissionais como os que atendem eles nos serviços do entorno. “Ahh, sei, sei e você é o que?”. Comentei que eu já era assistente social, mas continuava estudando, fazendo pesquisa e que essa também era outra intenção nossa, para além de escutar. “E você faz pesquisa para que?”. Esta era uma pergunta que tinha certeza que se fosse feita alguns dois meses antes... eu não saberia responder, não que saiba o que é fazer pesquisa, mas me arrisco a responder essa. Respondi que as intenções das pesquisas podiam ser muitas, mas a dos grupos citados até então podiam estar mais ligadas à questões como conhecer algumas realidades dali do centro e propor discussões, formações profissionais, um maior diálogo da universidade com a população e profissionais,

desmistificar alguns mitos e estigmas que a sociedade tem e talvez até mesmo construir políticas públicas e sociais que partam da população. “Você sabe o que eu vou fazer quando essa roda acabar?”. “Não... o que você vai fazer?”. “Vou andar, vou até o supermercado pegar um carrinho pra mim”.

O carrinho de supermercado... este já era um item conhecido por quem observa o cotidiano da população que vive nas ruas dali da região. Abrirei um parêntese rapidamente nesta narrativa para contar outra situação. Durante o mês de abril o Censo organizou algumas oficinas de cartografia, elas abrangiam os serviços que atendem essa população e a própria bacia do mercado. Estive presente em duas oficinas, como mediadora da atividade, neste papel pude ouvir e estimular que os participantes construíssem seu próprio caminho pela cidade e pelos pontos onde ficam para comer, dormir, tomar banho, trabalhar, guardar pertences, arrumar roupas, cuidar da saúde, acessar cultura e lazer, atividades ligadas à crenças e religião e outros trânsitos pela cidade. No diálogo com um dos participantes ele me contava os tipos de transporte para a reciclagem e os diferentes tipos de ganho implicados. Na carroça era possível obter um ganho entre 150 a 200 reais por dia de trabalho, que compreende mais ou menos doze horas de caminhada por toda a cidade, arrastando a carroça com o próprio corpo. Ele ressaltou que um dos maiores problemas das carroças, para além das violências que sofrem no trânsito por ocuparem espaço nas ruas e andarem em uma velocidade humana, é que somente pessoas cadastradas na prefeitura podem usá-las.

O cadastramento da prefeitura demonstra uma determinada organização das atividades dos catadores(as) de material reciclado e reutilizado, que condiz com a luta dialética de mobilização desses sujeitos pelo reconhecimento de seu trabalho e de criação e inclusão desses trabalhadores nos mais diversos setores de políticas públicas ambientais. Conforme dados do relatório sobre a Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável, produzido pelo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2013, 90% de todo o material que é reciclado no Brasil advém do trabalho dos catadores, entretanto somente 10% destes trabalhadores que estão associados à algum movimento organizado ou cooperativas de economia solidária.

Para contornar o problema do cadastramento, continuou me relatando que eles usavam o carrinho de supermercado. Perguntei sobre como adquiriam os carrinhos e qual a principal diferença destes para a carroça. Me respondeu que “roubavam”, raspavam a faixa com o logo do supermercado para dificultar a identificação. Com o carrinho faziam em média de 50 a 80

reais por dia, mas sempre sob o risco da polícia militar, guarda municipal ou a própria prefeitura confiscar tudo... e nos confiscos também perdiam seus pertences pessoais e documentos porque não havia nem um diálogo, era na truculência. Fecho aqui os meus parênteses, voltemos à roda de música.

“Vou andar, vou até o supermercado pegar um carrinho pra mim”. Perguntei se ele fazia sempre isso. Me respondeu que sim, pois sempre estavam confiscando o carrinho dele... o esquema era o seguinte: primeiro chegavam as motos da guarda municipal e abordavam eles, ali mesmo no mercado municipal, logo atrás vinha uma ou duas viaturas da polícia militar e em seguida um caminhão da prefeitura recolhendo o carrinho e tudo que estava dentro dele. “Mas não adianta, a gente pega de novo e quantas vezes precisar, é assim que ganhamos nosso dinheiro. Eu até faço mais, na verdade vou lá pegar um carrinho pra mim e pra mais dois pra vender depois”. “Vender?”. “Sim, eu vendo aqui no mercado mesmo, dez, vinte reais. Às vezes até pergunto se alguém quer um carrinho e mando deixar o dinheiro separado. Pego sem vergonha nenhuma, o supermercado sempre tá cheio, sempre tem gente e comida... aqui a gente tem pouco, não vai fazer falta”. Eu já sabia qual seria a resposta, mas perguntei ainda sim qual mercado ele costumava pegar os carrinhos. Ele soltou uma risada com a pergunta, não ia contar, mas buscava ser o mais longe possível e o que tinha menos ruas principais próximas para não sofrer o risco de ter os carrinhos recolhidos.

O Grilo e as “historinhas” de guerrilha urbana

Estava voltando do mercado, caminhando na Avenida Senador Feijó e chegando à padaria que tem na esquina com a Rangel Pestana, de longe vi um senhor parado próximo da entrada do comércio com um chapéu confeccionado com folhas de alguma árvore tipo palmeira. Ao me ver, retirou seu chapéu e colocou no pequeno muro da padaria, pegou um objeto que estava exposto junto com outros e caminhou ao meu encontro. Por conta deste gesto comecei a me preparar para uma evidente abordagem de venda ambulante. Achei que já estava ficando especialista neste assunto, pois morar no centro e fazer as coisas cotidianas como ir ao mercado, pagar contas ou comprar coisas percorrendo o entorno me colocava em situações assim frequentemente.

“Boa tarde mocinha, deixa eu te contar uma história e lhe apresentar meu trabalho? Sem compromisso”. Aceitei a proposta. Ele me mostrou um grilo feito de folhas, as mesmas

do chapéu, começou a me contar que fazia arte com folhas para sobreviver e que este era um ofício que fazia há mais de quarenta anos. Me levou até o muro, seu balcão de exposição improvisado, onde estava o chapéu, flores, mais grilos e sua mochila tão desgastada quanto as roupas que vestia. Contou que nasceu no interior [não me disse onde], que sua família toda trabalhava na roça e não tinha dinheiro para comprar brinquedo, mas desde criança sempre foi muito esperto e com sete anos de idade começou a fazer animais com as folhas de árvores do quintal. Para comprovar a veracidade de sua história me mostrou um grilo menor do que os outros e mais ou menos (des)montado, me contou era o seu primeiro grilo, fez quando era criança e carregava consigo desde então, aquele não venderia nunca. Olhei para o grilo que estava verde fresco, sorri e segui o diálogo. No momento estava ali vendendo pois precisava de dinheiro para ir até a praia “comprar” mais material para seu trabalho. A contribuição era “pague quanto puder”. No final do encontro voltava eu, um grilo e vários pensamentos e sensações para casa.

Em um momento no trabalho do censo, conversando com os participantes dos encontros para a elaboração do instrumental do questionário dois homens que viveram por muito tempo nas ruas compartilhavam em tom presunçoso suas façanhas para conseguir dinheiro, façanhas nas quais eles chamavam de “*histórinhas*”. As historinhas eram pequenas performances que visavam produzir uma troca com quem as escutava, uma troca que garantiria a sobrevivência, o alimento do dia, a droga a ser usada ou qualquer desejo a ser sanado. O tom de presunção me incomodava e por motivos puramente egóicos, me senti impelida a comentar que não é como se algumas pessoas não soubessem desta tática, mas que talvez a grande questão é uma compreensão mútua de que não importa a necessidade exposta, a sobrevivência é legítima quando não se tem nada. “Ish filha, mas você não sabe o quanto atuo bem, se precisar chorar eu choro, se precisar comprovar a veracidade da minha história eu arranjo um jeito” o outro comentou em aberto “Já contei tanta historinha na rua para viver, são as estratégias de guerrilha urbana do cotidiano para a gente ser gente”.

A guerrilha urbana travada por um comerciante da vida

“Será que posso fumar um cigarro antes da nossa conversa?”. “Claro, podemos conversar enquanto você fuma também”. “Preciso arranjar um cigarro primeiro”. Neste momento passou um homem na calçada da faculdade, caminhando sentido mercado

municipal. “Ô boca aberta, tem cigarro aí?”. O homem sinalizou que sim e, tirando o maço do bolso, puxou dois cigarros e os ergueu para nós em um gesto para que fossemos buscar. Correu até a calçada, ao mesmo tempo gritava, sem olhar para trás, questionando se eu tinha um isqueiro. Respondi que sim. A pedido dele, este era nosso segundo encontro para uma conversa sobre sua história, seus trânsitos pela bacia do mercado municipal, sua vivência na rua, suas errâncias de trecheiro⁴¹ pelo Brasil.

Nosso primeiro encontro foi circunscrito pelo desconforto. Dentro de uma sala, foi onde ocorreu a entrevista. Eu entendia seu desconforto, o acompanhava há tempo suficiente para ter vários diálogos nos quais sempre relatava o quanto se sentia um gado, um número, uma cobaia descartável de pesquisa, de recuperação, na comunidade terapêutica... fora as sensações que tinha ao ocupar determinados espaços da universidade, de se sentir estigmatizado por ser da rua e por ter questões com uso abusivo de drogas. Sensações essas que culminaram em algumas confusões com seguranças, estudantes e funcionários da universidade. Eu compartilhava de seu desconforto, no momento que entramos na sala, percebi que o diálogo não seria o mesmo de quando estávamos em lugares de socialização, como o saguão da universidade, a calçada onde compartilhávamos cigarros ou as salas onde se construíam nossas discussões de pesquisa. Tanto a minha narrativa sobre ele, quanto a narrativa dele sobre mim já estavam construídas na nossa relação, muito antes do pedido formal de pesquisa. Sem dúvidas os desconfortos deixaram esse primeiro diálogo formal um pouco travado.

Nos primeiros momentos, enquanto tentava explicar o porquê de estarmos ali, me interrompia. “É para seu mestrado?” “Sim” “Vai ter que apresentar?” “Sim” “Sabe, eu queria poder fazer uns corres desse de estar na universidade, mas meu nível é muito inferior” “Eu acho que você já faz o que a gente faz, você tá sempre nos eventos falando sobre sua experiência, é sempre um aprendizado para quem escuta...” “Mas é porque é a minha experiência, minha história, falo da redução de danos porque é o que eu vivo... e agora derrubaram a portaria da redução de danos, mas ela vai continuar porque é um método de saúde”. Tentei falar que era bom ter estabelecido em lei, mas era importante que a prática

⁴¹ Pessoa que percorre estradas (trechos), parando em uma cidade ou outra e conhecendo a região que percorre. Comumente também são pessoas que vivem nas ruas, mas não se assentam por muito tempo em algum lugar. O “contrário” de trecheiro é o pardal, são pessoas que permanecem em determinadas regiões das cidades, ou até mesmo na em uma calçada específica por anos... são as pessoas que profissionais ou colegas de rua sempre sabem onde encontrar.

continuasse. “Você está fugindo do assunto”. Parei de falar e ele começou a me contar sua relação com a droga, os corres feitos para conseguir dinheiro as artimanhas... coisas que eu já sabia, mas ele supunha que era o que precisava para a pesquisa. “A rua é suja, é imunda, é desvio, é dor, desafetos, é frio, é bebida, é solidão, é uma coisa que fica no corpo, estagnado no tempo, a situação perdura, muitas chances de estar com dinheiro e cair em uso, querer parar e não conseguir parar. E as artimanhas na mão, pra quem sabe usar e vai acabar utilizando-as e não para...”

Houve um tanto de silêncio. Até a interrupção.

“Mas você não falou nada sobre seu trabalho, vamos conversar”. Tentei explicar que já estávamos fazendo o trabalho, queria ouvir sua história. Ele mexia e revirava os papéis preenchidos de textos em linguagem institucional com significados burocráticos, eram os roteiros de entrevista e os termos de consentimento livre e esclarecido. “E esses papéis, aqui” “Você sabe que eu nem gosto que eles estejam aqui, entre nós, nessa conversa... tudo papel burocrático” “Eu sei, papel burocrático esquemático, quando eu trabalhei como jovem patrulheiro no CAMPS⁴², escutava muito de um policial militar que estava lá, educando a gente, que o homem é escravo do papel” Na hora lembrei da pilha de papéis que estava na cabeceira da minha cama e o dia em que disse chega para eles... estava iniciando a finalização do mestrado. “Então esses papéis são a parte braçal do negócio, é onde vocês colocam, seus pensamentos, coisas”. Comentei que se ele quisesse podia ler os papéis, mas eu queria que a gente conversasse como sempre conversou.

Começou a ler o roteiro de entrevista enquanto explicava a pesquisa. “... você se apresentasse, me contasse um pouco sobre você, onde você nasceu e cresceu, onde trabalha... Bom, você sabe quem eu sou, nasci em Santos, cresci em São Vicente na época que o Samambaia era tudo mato, sou ex-morador de rua, tenho algumas questões com álcool - principalmente o conhaque- e com cocaína, tenho quatro filhos e vou ter um netinho da minha filha mais próxima... trabalhei por um tempo em algumas empresas em Cubatão, na transportadora, de garçom, porteiro, na Bunge, tenho cursos de segurança...” Não morava na região central, estava na Zona Noroeste, mas circulava bastante pelo entorno por conta das atividades que fazia na universidade, das redes que tinha em alguns serviços de apoio - como

⁴² Centro de Aprendizagem e Mobilização Profissional e Social.

o CAPS-Ad⁴³ e o SeAcolhe⁴⁴-, nas necessidades de alimentação - que incluíam o Bom Prato⁴⁵ e algumas organizações socioassistenciais do entorno – ou de trabalho. Começou a mapear os espaços do mercado, as esquinas onde vendiam drogas, onde a população de rua usava e se assentava, o espaço dos galpões da feira. Viveu por ali doze anos. Trabalhou por muito tempo no mercado, na década de 1990, como feirante. Por oito anos a sua rotina era carregar e descarregar os caminhões de verduras, legumes e frutas durante a madrugada e depois vender os produtos nas feiras-livres da cidade... às vezes ia até outras cidades mais longes, como a Praia Grande. Fez isso quase todos os dias da semana, “foram oito anos que equivaleram por dezesseis para meu corpo, pelo desgaste, estou começando a sentir o desgaste a longo prazo da combinação do esforço físico e da rotina intensa de uso” porque a feira era um dos cenários de usos mais intensos, muitas vezes recebia o dinheiro e já gastava ali mesmo, na biqueira da esquina, “era uma cocaína boa na época, não essas porcarias de hoje”. Conseguia tirar o equivalente a R\$50,00 por diária trabalhada, “mas era a época que o real era o mesmo valor do dólar, então era dinheiro”. Relatou que a feira era o espaço que exigia o conjunto completo de suas habilidades: papo e convencimento; com isso também ganhava várias gorjetas, também engabelava as clientes no troco. Perguntei se outras pessoas ali do mercado também utilizavam a estratégia da feira para conseguir dinheiro. Respondeu que não, pois era um trabalho pesado e cansativo, dava bastante dinheiro, mas exigia bastante do corpo, chegava a trabalhar 14 horas direto. Perguntei a diferença entre o mercado municipal naquela época e hoje. Era difícil explicar a diferença, porque talvez não conseguiria conceber que o entorno era extremamente agitado, desde o mercado ainda funcionando, a movimentação de trabalhadores, os feirantes e seus caminhões, os galpões de armazenamento dos produtos da feira ficavam abertos o tempo todo, turistas, “um puteiro naquela esquina, que hoje é uma loja de verdura”... talvez a única coisa que não mudou foram os “maloqueiros” que sempre estiveram ali, assim como as casas de filantropia, centros espíritas e outras entidades. Tudo existia ali, junto e ao mesmo tempo.

Tinha medo do mercado e de um trecho do Paquetá “é uma área sombria, perigosa”. Perguntei em que sentido via o perigo e ele comentou que em um momento as coisas podiam estar favoráveis e de nada tudo começar a dar errado, dar confusões, tudo era pretexto para

⁴³ Centro de Apoio Psicossocial – Álcool e Drogas.

⁴⁴ Seção de Acolhimento e Abrigo Provisório.

⁴⁵ Programa do Governo do Estado de São Paulo que tem por objetivo fornecer café da manhã (R\$0,50) e almoço (R\$1,00) à preços acessíveis e populares. O Bom Prato da Região Central fica localizado atrás do Mercado Municipal, no começo da Rua Silva Jardim.

virar confusão. Comentou sobre as mortes. Comentou que não podia ter relações com ninguém para além do trabalho. Não se sentia seguro no entorno. Perguntei sobre sua vivência na rua, ali no entorno. Falou que começou a ficar mais no mercado após sair de Cubatão e se separar de sua esposa, mas sua vivência na rua não era ali, nunca foi. Me contou sobre as cidades que passou: os quatro cantos de São Paulo, Ribeirão Preto, Miracatu foram as cidades mais significativas. Me contou histórias particulares de sua estadia nestas cidades, a intensificação do uso das drogas, os furtos que praticou, as histórias que contava para as pessoas para obter dinheiro ou comida, sua estadia em alguns serviços, alguns encontros com inimizadas criadas na rua e as confusões que ocorriam, as alianças com algumas pessoas que ajudaram na segurança e sobrevivência uns dos outros. Ressaltou que de todas as cidades que passou, não conseguia ver rede de assistência mais completa que a de Santos, ainda com todos os problemas que havia.

“Uma vez você me falou que se precisasse chorar, até chorava...” “Ah, sim... dependendo do grau de dependência da pessoa, foi aquilo que te falei, a gente faz acontecer com o pé sujo mesmo, vive na malandragem, a gente tem as necessidade que faz você passar algumas coisas na vida e aí você tem que interpretar algum bagulho se quiser usar droga, beber.... dependendo do grau do valor que você sabe que vai vim, até chora, chora de pensar no dinheiro que vai entrar, chora de pensar que não vai dar certo...”. Retomei a conversa da feira, comentei que para sobreviver no entorno ele usava a feira e essas artimanhas. “É, mas ali no mercado eu nunca me envolvi com os maloqueiros assim, com essas trambicagem, eu tinha o recurso da feira, mas isso é aqui no mercado. Quando fui pra São Paulo e pegar os trechos na rua, dez anos, doze anos de trecho, eu fazia essas trambicagem”

Nosso diálogo era um vai e vem de histórias íntimas, desconfortos com a própria narrativa, culpa, necessidade de afetos, de acolhimento, de sustentar outras formas de vida para se desvincular da rua. Me relatou brigas, as maldades que aconteciam, de agressão, de intenções de machucar. Me contou da “Naifadas”, o nome que davam para facadas, de situações de ver pessoas próximas levando facadas em brigas ou enquanto dormiam, assim como situações que teve que se proteger com uma “naifa” e a sensação ruim que tinha ao lembrar dessas cenas. Por tudo isso, o “garrote” comia solto, era a barrigudinha, uma forma de amenizar o impacto de algumas situações através de estados alterados da consciência e de descolamento com a realidade. “Para viver na rua e entrar em conformação geral com todo mundo, você fica bêbado, fica chapado, lógico que tem as exceções. Mas você fica chapado,

se não tem droga é o álcool, tem momentos e momentos, mas geralmente é quando todo mundo fica zen... até começar a se estranhar. O álcool é barato, tá com fome, beber ajuda a passar”.

“Deixa eu ver se respondi todas as perguntas” e revirou os papéis novamente. Me questionou sobre os papéis, porque a gente sempre estava engolidos em pilhas de papéis, papéis para assinar, papéis para ler, papéis para dar para as pessoas.... dei risada e respondi que também não sabia, não era algo que fazia sentido para mim... a não ser quando se tratava de texto, pois tinha dificuldade de ler pela tela. “Rabisquei alguns papéis, tem algum problema?” “Não” em algum momento enquanto me respondia, fazia desenhos diversos no verso do roteiro. “Eu acho que respondi às suas perguntas, o que você acha?”. Comentei que precisava ouvir e pensar na conversa antes de comentar alguma coisa.

Eu estava na mesa do bar da Ana, na esquina da UNIFESP, quando ele apareceu na mesa. “Preciso conversar com você, não acho que nossa conversa ficou legal, quero falar mais algumas coisas”. Perguntei por que achava que não tinha ficado legal e ele comentou que queria falar mais algumas coisas... marquei a segunda conversa. “Ô boca aberta, tem cigarro aí?” [...] Enquanto ele fumava o cigarro, passou outro homem, conhecido nosso, pediu uns tragos do cigarro. Perguntamos como ele estava. Em tom revoltado respondeu que estava puto com os serviços, não queriam aceitar ele no acolhimento ou abrigo e precisava de um espaço para se organizar, pois estava fazendo o processo seletivo para obter uma carteira de estivador e estava difícil permanecer na rua porque sempre perdia os documentos, seus pertences, sua mochila... Escutamos, entre uns tragos e outros, atentamente sua indignação. “Fui uma das pessoas que ajudou na luta para construir aquele espaço, fui em todos os cantos denunciar, abrir protocolo, falar sobre nossa condição e agora nem isso eu posso...”, pediu desculpas pelo desabafo e saiu apressado, precisava fazer uns correios pelo mercado. “Vamos lá Nath, o que falta para seu trampo ficar um trampo daora?”.

Nessa segunda conversa, ali na calçada da UNIFESP, interagindo com as pessoas que transitavam, foi onde conseguimos explorar questões a mais. Falei sobre nossa conversa anterior, expondo ponto por ponto abordado. Expus um pouco mais da pesquisa. Com esse diálogo, perguntei o que ele achava que faltava. Ele queria recontar sua história, mas também queria saber mais sobre o que era essa Violência de Estado, queria entender por que trabalhava esse tema, principalmente do jeito que eu fazia: andar e se expor ao território e suas dinâmicas. “Você fica andando por ali no mercado, ali é barra pesada hein, é perigoso

para você”, falas assim eram recorrentes em nossos diálogos e eu sempre tentava fazer um contraponto, explicando que algumas pessoas me conheciam, sabiam que era do entorno, viam o nosso trabalho... “ainda sim, não se pode confiar em maloqueiro”, achei esse conselho peculiar, engraçado, principalmente por vir de um maloqueiro.

Refizemos o caminho de narrativa da outra conversa, o mercado, a feira, os trechos, as dificuldades da rua. A conversa era dúbia, ao mesmo tempo que relatava as condições de desumanização durante as vivências na rua, também relatava coisas que sentia falta como a liberdade, a autonomia necessária para fazer os corres e sobreviver, os trambiques. Perguntei se ele se identificava enquanto maloqueiro, primeiro me respondeu que não, mas conforme a conversa ia se desenrolando, cada vez mais se afirmava enquanto tal..., mas não pelo centro ou pelo mercado. Me revelou que nunca viveu na rua em Santos, seu tempo no mercado variava entre estadias em cortiços ou no Hotel Madrid... ainda assim, não havia diferença, o corre do cotidiano era o mesmo e as vezes até mais difícil, por ter que arranjar dinheiro para o aluguel sempre ou ter que se preocupar com suas coisas que podem ser roubadas, invasão da polícia nas casas por suspeita de tráfico, brigas entre moradores, funcionava tudo junto e misturado. Havia um outro hotel, já próximo do cais e da zona, que era um refúgio para o uso de drogas... quando queria estourar na brisa em um lugar seguro era para lá que ele ia, lugares assim eram conhecidos como “castelos” ou “castelo de greyskull” onde geralmente se adquire a droga e a uso no mesmo local. Nunca ficou nas ruas pelo mercado porque não queria que sua família o visse naquela situação.

Perguntei o que mais ele havia feito para juntar dinheiro. “Ah, tem as historinhas, que você já conhece... viver na rua é uma guerrilha urbana, o sucesso da sua historinha é o que garante a sua sobrevivência e o contrário também é verdade, se você precisa sobreviver, você vai ser o mais convincente que puder”. Para ele viver na rua ou em qualquer outro lugar sem contar historinhas não rolava, muitas coisas ele conseguia nos serviços de Assistência Social contando historinhas “porque senão, o profissional vai acabar escolhendo um outro que conta uma historinha melhor do que a sua”. No meio da conversa surgiu outra palavra: maguear. “Também magueava dinheiro vendendo coisas, tipo esses kits de costura ou outras coisas inúteis que você sabe que a pessoa não precisa, mas ela vai comprar porque você tá sendo convincente”.

Em um momento da nossa conversa passou uma mulher, concentrada nas mãos, estava dichavando maconha. Se cumprimentaram - eram conhecidos - e então perguntou se ela podia

liberar uns tragos para nós. Ele nos apresentou e apertando a mão dela, falei que não queria fumar. Enquanto ela bolava o baseado, ele comentava que estava há três dias sem fumar, se sentia ansioso porque era o beck que ajudava na fissura do álcool e da cocaína. Ela perguntou se não tinha biqueira onde ele estava. Respondeu que sim, mas era ruim, sem qualidade, “onde você pegou esse aí?”. Acendendo o baseado, passou as coordenadas da biqueira, da “lojinha”. Passou o baseado para ele, que deu três tragos longos, devolveu e se despediu. Antes que pudéssemos retornar à conversa, outra mulher apareceu, tinha saído da UNIFESP, participava de um projeto junto com ele e estava acendendo um cigarro. Passou por nós e deu risada, “to só vendo você lá, cheio de risinhos”. Trocaram umas palavras à uma distância de alguns metros. Se virou para mim e disse: “não queria uma maloqueira assumida? Essa daí é maloqueira mesmo, veste a camisa, não faz questão de esconder”. Dei risada do comentário. “Esses dias tava toda sorridente pelos corredores, cobrou uma multa de uma estudante”, olhei para ele e perguntei o que era uma multa. “Multa é quando você cobra algo que você já mangueou e ainda não recebeu...”

Começamos a conversa sobre sua família, coisas íntimas. Aos poucos ia escurecendo e a nossa conversa caminhava para o fim. Perguntei a ele se queria dar um nome para a narrativa, encabulado disse que não sabia o que poderia ser. Dei uma primeira sugestão: a guerrilha urbana de um maloqueiro. Reclamou da palavra maloqueiro, se identificava enquanto maloqueiro, mas não era assim, desse jeito, maloqueiro era um estilo de vida para suprir necessidades que a rua colocava. Troquei maloqueiro por feirante. “Não, feirante, não, comerciante: a guerrilha urbana de um comerciante da vida assim o maloqueiro fica implícito através do “da vida””. Nos despedimos e então lembrei de uma dúvida. “Ei, o que significa boca aberta?”. Ele deu risada, me respondeu dizendo que essa eu não podia saber.

4. Os modos de existir nos entremeios da violência, da sobrevivência e da resistência.

Neste capítulo tenho a breve intenção de tecer comentários sobre as narrativas apresentadas anteriormente. Não quero analisar essas histórias, elas não foram escritas para serem analisadas, foram escritas para serem lembradas, para demarcarem o direito à memória e à história que as sutilezas e durezas da vida cotidiana precisam ter... para não se esquecer que em toda grande narrativa histórica tem sujeitos que a todo momento recriam a vida, existem... são existências reais que constroem e participam da dinamicidade histórica não-linear. Este é o último fôlego, quiçá o fôlego que não tenho, mas o busco mesmo assim para a conclusão desta pesquisa. Conclusão... esta foi uma palavra, um pensamento que me atormentou nestes últimos meses. O que fazer com o vínculo criado e a aproximação afetiva construída com as pessoas que estiveram comigo e me confiaram suas histórias após o término da pesquisa? Não faz, são afetos e experiências que vão durar através do tempo, da profissão, das relações.

A ordem da exposição das narrativas foi proposital, busquei começar pela narrativa viabilizada por um espaço institucional que representasse o Estado. A audiência pública é um mecanismo de participação popular e que, em tese, seria um meio de garantir possibilidades democráticas de construção/organização/melhoria da cidade a partir do diálogo entre os diversos grupos que compõem a sociedade. O curioso deste primeiro relato é a preocupação declarada da não participação da população: “deveriam tentar entender por que as pessoas não participam”, que é algo comum e identificado em outros espaços de participação que já estive presente. A participação é uma discussão delicada, pode ser vista de vários ângulos e despertam várias perguntas: por que sempre assumimos que participar é sinônimo de ser ativo e estar presente? por que os questionamentos sempre são referentes ao fato de as pessoas não-participarem, responsabilizando-as pelo esvaziamento? Será que a ausência não diz muito mais sobre a responsabilidade do Estado nos não-acessos? Busquei identificar dentro do próprio espaço respostas à proposta de pergunta de pesquisa para nós, representantes da universidade. Com o desenrolar da audiência foi sensível perceber que tudo estava perfeitamente colocado para que a (não)participação fosse facilitada: linguagem técnica, mapas difíceis de compreender, espaço físico com cadeiras enfileiradas, tempo escasso para a apropriação do conteúdo, formas de comunicação díspares, estruturas sufocantes... pontos

que podem ser compreendidos enquanto mecanismos para conter a exposição do conflito social, contribuindo para que a democracia da maioria ou de quem tem condições de participar funcione. “O funcionamento cotidiano do campo político expõe a seletividade das instituições⁴⁶”, e aqui, as pessoas que mais compreendiam a linguagem apresentada e se identificavam com o espaço eram justamente os engravatados, as pessoas que em um diálogo quase amigável com o Estado negociava seu interesse privado de mercado: *Se essas são as condições de vida das pessoas que moram lá, onde qualquer chuva alaga tudo, como vocês da prefeitura querem incentivar que nossos negócios fiquem aí?*

Aquela sala e as movimentações que ocorreram após a audiência eram espaços concretos onde o campo de forças e disputas políticas que lutam pela região central histórica se manifestavam: o porto, comerciantes, moradores pertencentes à classe média, movimento social na luta por moradia, projeto de cidade, projeto de sociabilidade, projetos de vida... E o poder público vai se relacionando com cada um destes sujeitos, intenções e demandadas; acolhendo, reconhecendo ou silenciando na medida em que os tensionamentos abalam ou questionam o próprio Estado e sua legitimidade. Nas movimentações após audiência tem pontos importantes que também dizem respeito à tensão de demanda entre mercado e população. A organização de um movimento capaz de contestar o poder público com maior facilidade eram motivadas pela proteção da propriedade privada, do condomínio, dos comércios, da promessa de renovação que caía quase em um paradoxo com o funcionamento portuário. O consenso negociado passava diretamente pela escolha dos sujeitos que iriam habitar aquele espaço.

Logo após vemos a realidade resultante da restrição de acessos da população e os interesses distintos que competem pela atenção do Estado: é a população pobre tendo que se virar sozinha, eles por eles, para atender necessidades básicas de infraestrutura e espaços de cultura, lazer e sociabilidade na região. Se o compromisso do Estado estava na manutenção de sua legitimidade através do jogo econômico e seus consensos para todo mundo pertencente à esta esfera sair ganhando... dinheiro. O lado de fora daquela sala, daquele condomínio, buscava – com os recursos e as alianças que tinha – atender suas demandas mínimas de reconhecimento de si nos espaços públicos. Era um mutirão sendo organizado em um quadrilátero esquecido, colado no muro que separa a cidade do porto, com casas precárias e

⁴⁶ L. F Miguel. Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 55.

apertadas, com crianças brincando nas ruas dia e noite, era o mesmo espaço que serviria para a Faixa de Amortecimento. A motivação comunicada daqueles sujeitos estava na necessidade de manutenção e reorganização de seu espaço coletivo para uma convivência. Sem dúvidas a narrativa a seguir também transparece isso: crianças e adolescentes, agindo, para criar um espaço de brincar.... interagem com o que compõe a rua, a cena: calçadas, lixeiras, asfalto; ressignificam os espaços de forma concreta, orgânica, criativa, revirando os sentidos normativos e institucionais. A lixeira torna-se um gol, a calçada e o asfalto transformam-se em um campo, as pessoas são espectadores para o reconhecimento de suas habilidades. Para alguns, a seletividade institucional é mais do que algo incompreensivo ou desconhecido, é uma violência que cria necessidades emergenciais, que não vão ser resolvidas enquanto não partir para o fazer... aqui, esperar elaborações de caminhos conscientes não é uma opção, a ação é espontânea e objetiva. As crianças e os adolescentes são um dos espíritos selvagens que resistem nas cidades, ainda não adentraram na dureza das estruturas e normas institucionais. E quantas demandas urgentes cotidianas essa população não tem? Vamos seguindo, costurando essas narrativas ordinárias.

Se a ordem de exposição das narrativas foi proposital, não posso dizer o mesmo sobre a escolha das narrativas em si. Seria injusto atribuir qualquer motivo racional para a seleção dos encontros expostos aqui, escrevi porque me afetou, me desconfigurou, me deixou sem respostas, levantaram dúvidas, produziram transformações, afirmaram percepções, me ajudaram a localizar alguns caminhos éticos-políticos-afetivos para as formas relacionar com o outro... me ajudaram a fazer o exercício de equalizar formas de existir, produzir saberes e interferir na realidade.

As ações policialescas dos braços armados da cidade da caridade e a destruição de espaços de existência de quem vive nas ruas inauguram os caminhos de quem é produto restante para as circulações econômicas. São os selvagens que precisam sair daqui ou que queremos que adequem a nós... não bebem como a gente bebe, não se drogam como a gente, não vivem como a gente, não moram como a gente, não trabalham como a gente, não desejam como a gente... São um dos corpos urbanos alvo direto fazer viver ou deixar morrer... do deixar viver e fazer morrer. Dentro de todas as adversidades violentas, nos provocam em todas as nossas dimensões de existência: “pode passar por aqui, não vou te roubar”, “posso tomar banho na sua casa?”, “sabe o que eu tenho nessa bolsa, junto com os documentos? Uma faca”, “você fica andando por ali no mercado, ali é barra pesada hein, é perigoso para você”.

Nas histórias que se seguem, o que vemos são experiências que conhecemos e debatemos na sua forma de generificação da vida: guerra as drogas, violência, usos abusivos, precariedade da vida, abandono, atuações policiais dos profissionais e do Estado. Esses processos de generificação são necessários para a concretização de pautas políticas, mas a eterna repetição destes grandes temas, por vezes nos afastam do que mais nos fornece possibilidades resistência: a própria vida e organização cotidiana de onde emergem ações políticas, culturais e econômicas diversas... Não se trata de uma romantização da precariedade da vida destas pessoas, se trata de reconhecer que estes sujeitos agenciam suas necessidades, para refletir sobre como podemos colaborar na resistência a partir das técnicas e habilidades que nossos acessos viabilizam.

O homem sentado no caixote debaixo do pé de cuca, de tanto tempo estando naquela rua, com amigos e intervindo nos conflitos, foi recriando o espaço, as relações e os códigos que o regem. Deram a ele o título de Dono da Rua, lhe atribuíram responsabilidades, tornou-se um sujeito com um papel definido nas relações daquele espaço. Em contrapartida, embaixo daquela árvore, foi se criando um espaço de sociabilidade com poltronas, cadeiras, caixotes, decorações, cachorros... Embaixo da área coberta da concessionária, o livre acesso permitiu a negociação de um espaço para dormir e se abrigar. Sua história representa os trânsitos da população pobre, preta, periférica, seu encarceramento e os limites da efetivação de seus direitos... sua história representa muito mais que isso... coisas que só se embrenhando nessas existências é que iremos perceber.

A mulher que queria tomar um banho e ter sua casa cheirosa é uma das narrativas mais queridas e graciosas... Ao mesmo tempo que abre espaço para refletir sobre o quanto a violência produz a negação de coisas, que para nós são simples e cotidianas... como uma amiga comentou: “é desconcertante ao extremo com perguntas simples, mas capazes de expor os códigos de conduta que nos regem”. Na simplicidade e no sorriso, brinca com maestria com os códigos morais, nos expõe com sinceridade suas demandas e necessidades ao mesmo tempo que nos desconcerta, provocando uma alteridade peculiar e radicalizando o desejo de atender sua demanda. Pode ser loucura, pode ser estratégia, pode ser modo de existência, pode ser tantas coisas inimagináveis..., mas é dimensão mais individual e subjetiva de necessidades que emergem de uma violência que para nós passa despercebida... ou que não reconhecemos como violência.

As narrativas a partir daqui foram as mais difíceis de escrever, os afetos produzidos e os aprendizados cravados em meu corpo, fragmentaram formas conhecidas de se relacionar e me jogaram no universo da expectativa do desconhecido... cada vez mais estava mudando a minha forma de estar no mundo, amadurecendo, entendo formas de equiparar a comunicação a partir das diferenças de lugares e entendendo a possibilidade de produzir acessos, canais, ligações para fortalecimento de culturas de resistência que “emergem como forma de dizer de que outras formas de existências são possíveis, ainda que com todas as adversidades impostas pela violência e dominação”⁴⁷.

A narrativa da roda de música no mercado traz em si a complexidade dinâmica que uma experiência pode ter. Dos instrumentos, da calçada, das almofadas, da disposição de estar ali pelo mercado à noite sem grandes pretensões racionalmente elaboradas e objetivadas, emergem histórias, contextos, situações múltiplas, surpreendentes e inimagináveis. Há o momento da curiosidade, porque estamos ali? Da janela pessoas nos espreitam, da calçada transeuntes nos olham com estranhamento. Do fazer música, surgem as existências dos sujeitos que vivem nas ruas e calçadas. Da aproximação, escuta e diálogo surge a confiança de relatar a vida como ela funciona, de relatar os trânsitos que fogem da lei, as ilegalidades, as abjeções, as transgressões, as infâmias que constrói a fama moral que recebem de uma sociedade/Estado que quase não se importa com suas vidas, suas histórias.

O grilo, as historinhas, os choros, as carroças, os carrinhos, a reciclagem, o dinheiro, a organização de estratégias para movimentar a sobrevivência, as barganhas, a feira, a malandragem, as multas, o manguear, a identidade de maloqueiro... carregam em si significados e representações de modos de existir. São janelas de acesso aos efeitos da violência sistêmica e de Estado, mas também à vida e à transitoriedade das experiências que constituem o território cotidianamente, que negociam a vida, a sobrevivência e a resistência através do corpo, das relações e da própria existência. Trata-se de relações, com espaços férteis de aprendizado e elaborações de saberes, que fornecem pistas da dinamicidade cada vez mais necessária para nossas ações profissionais, ações que compõem o cotidiano e a existência desses sujeitos... com o tempo vamos descobrindo a sutileza de algumas resistências que criam grandes narrativas de outras resistências.

⁴⁷ Página 62 desta dissertação.

PRELÚDIOS PARA EXPERIÊNCIAS OUTRAS

Poder e violência se manifestam nas estruturas do Estado e sempre estão sendo disputados, se durante a formação do capitalismo a função repressora do Estado era a principal resposta ao conflito entre as classes que colocava em xeque o poder da classe dominante, a utilização constante da violência também se torna um perigo na medida em que ela por si só não garante uma relação de dominação, evocando outras formas de lidar com os conflitos. Momentos de atividades conciliatórias, de ganhos para as camadas dominadas, de maiores acessos à direitos surgem na tentativa de o Estado garantir maior legitimidade, geralmente após um período de forte repressão, são necessários tanto para a efetivação de condições de produção e de reprodução da ideologia burguesa, quanto para a percepção de que a ação política é importante para a conquista dessas concessões e direitos. Entretanto, não resta dúvidas que um Estado dominado pela esfera econômica intensifique, no primeiro sinal de crise do capital, medidas repressivas para a manutenção do seu papel enquanto um instrumento de violência das classes dominantes, tendo como seu principal foco de ataque a vida social da população.

No Brasil e nos países colonizados essa análise torna-se mais complexa na medida em a nossa construção social e econômica é atravessada por marcas da colonização, que atribuem à ação política e lutas sociais características históricas singulares. A reprodução da ideologia burguesa que recai inclusive sobre a elite brasileira propicia o surgimento de um Estado brasileiro contraditório, direcionado por leis liberais e de mercado ao mesmo tempo em que serve como espaço de efetivação e manutenção de privilégios de uma elite brasileira, que almeja um *status* de burguesia nacional, mas que é totalmente dependente economicamente de países de capitalismo central. Alguns aspectos históricos, como a escravidão, genocídio de povos originários, o reforço de uma cultura patriarcal, contribuíram para uma construção de sujeitos que, ligados à desigualdade de classe, tornam-se alvos para as manifestações da violência estrutural existente dentro do sistema capitalista.

A expansão tecnológica e econômica somada às funções de organização da violência que o Estado assume e aos movimentos de resistência, geram mudanças nas formas de instrumentalização da violência. Se em determinados momentos históricos a violência aberta do Estado era uma ferramenta de controle, com o aprimoramentos dos mecanismos de dominação e colonização, há uma capilarização de valores na sociedade que colaboram para a

manutenção do poder sem a necessidade de uma intervenção direta do Estado nos conflitos sociais, sendo que este passa a atuar “democraticamente” através do desejo da maioria, assumindo uma posição de falsa neutralidade ou de agente regulador da sociedade, mas sem o caráter interventivo para as classes dominadas. Percorrendo este caminho em esferas micropolíticas, é justamente essa capilarização e a moralização da ética que permitem com que sujeitos tomem decisões pela destruição do outro, principalmente através de sua desumanização ou inferiorização.

Assim como a violência se encontra nas mais diversas estruturas que compõe os modos de funcionar do capitalismo, do Estado, da sociedade e de nós mesmos, movimentos resistência também existem e se multiplicam na medida em que a violência, a indignação, as necessidades básicas e cotidianas, as perdas de sentido dos direitos garantidos ou as diversas formas de sobreviver, de trambicar, de trapacear, de malandrear pela própria vida mais expostos, latentes ou reconhecidos, extrapolando todas as percepções morais ou pré-concebidas sobre como as pessoas vivem, sentem ou significam sua própria experiência. Acredito que são nas contradições que encontramos algumas rachaduras de possibilidades para a potência de questionamento das estruturas de poder.

A perspectiva de pesquisa e as narrativas apresentadas ajudam a localizar diversas lutas que denunciam valores culturais produtores de desigualdade e violência intra e entre classes sociais, o que significa que a luta por uma outra ordem societária tem que, necessariamente, voltar o olhar para estas relações que tem construído no cotidiano o racismo, machismo, transfobia, homofobia, presentes na vida dos sujeitos. Essa discussão é necessária nas camadas que estão distantes dos movimentos sociais ou da academia, possibilitando a formação do reconhecimento de identidades dissidentes ou periféricas, as violências sofridas/praticadas, a potência de invenção de formas de resistência e a produção de outras ordens de relações, que fujam da subalternização, do assujeitamento e dos mecanismos de não-acesso. Para tanto, é necessário um processo de formação que acompanhe o movimento da realidade reconhecendo a potencialidade do estar com população, sem se colocar em um lugar de saber normativo. A atualização de categorias teóricas, assim como um diálogo com outras matrizes de saber, é urgente para que reafirme a perspectiva de um projeto societário de emancipação política e humana. Por fim, nunca esquecer que a população, seus modos de existir, suas trambicagens, suas historinhas, suas dores, seus afetos, suas resistências e suas lutas tem muito à nos ensinar, e o “estar com” é fundamental para a

resistência, a construção de um vínculo com quem é o elo mais fraco do jogo político institucional e da violência sistêmica e de Estado.

Termino esta dissertação com um gracioso dialogo entre uma assistente social e uma pessoa que estava presente durante um trabalho com grupo que eu frequentei. Foi um diálogo marcante, justamente por resumir um dos pontos de vista que alguns sujeitos que atendemos pode ter sobre nós, que direciona para possibilidades de atuação... que afirma o que foi construído nesta pesquisa:

“-E você? O que faz?

-Eu faço é andar.

-Eu também caminho muito.

-Mas você é assistente social, você tem que caminhar mesmo”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIM, Davis Moreira. O Rio e a Rocha: resistência em Gilles Deleuze e Michel Foucault. Revista Intuitio, São Paulo: PUC-SP, Vol.2, nº3, p. 78-90, novembro, 2009.

ASSUMPÇÃO, Raiane P. S. [et. al.]. A violência de Estado e a busca pelo acesso à justiça: Uma análise a partir das narrativas dos familiares das vítimas dos Crimes de Maio de 2006 ocorridos na Baixada Santista, São Paulo. Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos, n. 27, 2018. Disponível em: < <http://sur.conectas.org/a-violencia-de-estado-e-a-busca-pelo-acesso-a-justica/> >.

BARNARD, Eben. Review Essay: ‘Cultural resistance’: can such practices ever have a meaningful political impact?. Critical Social Thinking: Policy and Practice, vol 3, 2011.

BAUDRY, Patrick. O urbano em movimento p.26. Em: H.P. Jeudy, P. B. Jacques. Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais. Salvador: UFBA. 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2011.

BENJAMIN, W. Para uma crítica da violência. In: BENJAMIN, W. Escritos sobre mito e linguagem. Tradução de Ernani Chaves. Organização de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Editora 34; Duas Cidades, 2011. p. 121-156.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. Cad. Pagu, Campinas, n. 53, e185305, 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200405&lng=en&nrm=iso>. access on 22 Apr. 2019. Epub June 11, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201800530005>.

BIANCO, Giuseppe OTIMISMO, PESSIMISMO, CRIAÇÃO: PEDAGOGIA DO CONCEITO E RESISTÊNCIA Educação & Sociedade, vol. 26, núm. 93, septiembrediciembre, 2005, pp. 1289-1308. Centro de Estudos Educação e Sociedade Campinas, Brasil.

BOITO JUNIOR, A.. A hegemonia neoliberal no governo Lula. Crítica Marxista (São Paulo), Rio de Janeiro, v. 17, p. 9-35, 2003.

BUTLER, Judith. Vida precária. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n.1, p. 13-33.

CAAF, Centro de Arqueologia Forense. “Violência do Estado no Brasil: Um Estudo dos Crimes de Maio de 2006 na Perspectiva da Justiça de Transição e da Antropologia Forense” Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Relatório Final, maio de 2018, acesso em 4 de julho de 2018, https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/Relatorio_final_2.pdf.

CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, S. L ; MENDES, R. Redes sociais territoriais: primeiras palavras. In Samira Lima da Costa; Rosilda Mendes. (Org.). Redes Sociais Territoriais. 1ed. São Paulo: Editora FAP-UNIFESP, 2014, v. 1, p. 17-32.

COUTO, Berenice Rojas. O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.

ENGELS, Friedrichs. Anti Daring. Versão para Ebook.brasil.com acesso <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/duhring.pdf>. 1875.

FERNANDES, N. A. M. O Conceito de resistência em Benjamin e Adorno. In: Revista Estudos de sociologia. Ano 6, nº 10, jan-jun/2001. p. 169-176.

FERREIRA, V. S. (2012). Resistência versus existência? A dimensão política das microculturas juvenis. In Dayrell, J., Nogueira, M. A., Resende, J. M., & Vieira, M. M. (Orgs.), Família, escola e juventude: Olhares cruzados Brasil - Portugal (pp. 344-371). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

FILGUEIRAS, Luiz. O Neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: Eduardo M. Basualdo; Enrique Arceo. (Org.). Neoliberalismo y Sectores Dominantes - tendencias globales y experiencias nacionales. 1aed. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006, v. 1, p. 179-206

FOUCAULT, Michel. (1975) Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE FILHO, João. Reinvenções da resistência juvenil: os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GONZAGA, Neuza; NAKAMURA, Eunice. Os significados dos encaminhamentos feitos aos CAPS III de Santos: a visão dos profissionais. Saúde soc., São Paulo , v. 24, n. 1, p. 232-243, Mar. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902015000100232&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 Maio, 2017.

GRANEMANN, S. Políticas sociais e financeirização dos direitos do trabalho. Revista em Pauta. Rio de Janeiro, V. 13, 2o sem. de 2015. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/159>> Acesso em: 01 de novembro de 2017.

HARVEY, David. O Novo Imperialismo. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, David. A Liberdade da Cidade. In: HARVEY, D; MARICATO, E; et al. Cidades Rebeldes. São Paulo: Boitempo, 2013.

JACQUES, Paola B. Elogio aos Errantes . Salvador: editora UFBA, 2012.

LA BOÉTIE, E. (1577) Discurso da servidão voluntária – São Paulo: Brasiliense, 1999.

MALAVSKI, P. D. O processo de revalorização do centro histórico de Santos (SP): seus agentes e seus embates, Mestrado em Geografia pela USP. Ano de Obtenção: 2011.

MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. Coleção “Os Economistas”. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINS, Maria Lucia Refinetti Rodrigues. Desafios da Gestão Municipal Democrática - Santos. São Paulo: Pólis/Josué de Castro, 1998.

MARQUES, Ana Claudia; VILLELA, Jorge Mattar. O que se diz, o que se escreve: etnografia e trabalho de campo no sertão de Pernambuco. Rev. Antropol., São Paulo , v. 48, n. 1, p. 37-74, June 2005 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012005000100002&lng=en&nrm=iso>. access on 25 June 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77012005000100002>.

MARX, Karl. Cap 24 - A Chamada Acumulação Primitiva. In: MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política - Livro I - vol.2. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 22 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2013. Pg.827-877.

MASCARENHAS NETO, Rubens. Da praça aos palcos : trânsitos e redes de jovens drag queens de Campinas-SP. Dissertação de Mestrado. UNICAMP Campinas, SP, 2018.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, [S.l.], n. 32, mar. 2017. ISSN 2448-3338. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

MELLO, G. H. Expansão e estrutura urbana de Santos (SP): aspectos da periferização, da deterioração, da intervenção urbana, da verticalização e da sociabilidade. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Sociologia. São Paulo, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória. São Paulo: Boitempo, 2018.

NEGRÃO, J. J. O.. O governo FHC e o neoliberalismo. Lutas Sociais (PUCSP), São Paulo, v. 1, p. 103-112, 1996.

NEGRI, A. Kairòs, Alma Venus, Multidão: nove lições ensinadas a mim mesmo. Rio de Janeiro. Editora DP&A, 2003.

NETO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 111, jul/set, 2012, p.413-429;

ORTNER, Sherry B. Poder e projetos: Reflexões sobre a agência. In.: GROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornelia, FRY, Peter Henry (Org). Reunião Brasileira de Antropologia. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 45-80.

PASSOS, E. KASTRUP, V. & ESCÓSSIA, L. (Orgs.). Pistas do método da cartografia. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PEREIRA, Camila Potyara. Proteção social no capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez, 2016.

PIRES, Flávia Pereira. Roteiro sentimental para o trabalho de campo. Rev. Cadernos de Campo, São Paulo, v. 20, n. 20, p. 143-148, Maio de 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS. Secretaria de Assistência Social (SEAS). Diagnóstico Socioterritorial do Município de Santos, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). ColecciónSurSur, CLACSO, Ciudad autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs). Epistemologias do Sul. 2009.

RABY, Rebecca. What is Resistance? Journal of Youth Studies, 151-171, 2005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. O desenvolvimento local e a arte de “resolver” a vida. Por uma Sociologia do Presente. Letra Capital, 2013. p.75-89.

_____. Teorias da Ação. Letra Capital, 2015.

RUI, Taniele. Nas tramas do crack: etnografia da abjeção. São Paulo, Terceiro Nome, 2014.

SÁ, R. A.. A radicalização do neoliberalismo e o crescimento da dívida pública interna no Governo FHC (1995-2002). Élisée - Revista de Geografia da UEG, v. 5, p. 193-204, 2016.

SANTOS, Marly Carvalho de Soares. Uma atividade informal e sua expressão no processo produtivo: análise histórico-social dos carrinheiros de Santos. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Ano de Obtenção: 1992.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço A natureza do espaço A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª. ed. 9ª reimp. São Paulo: EDUSP, 2017.

SAES, Décio. Frações de classe dominante no capitalismo. In: PINHEIRO, Milton (org.). Ditadura: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014, pp. 106-118.

SCISLESKI, Andrea; GUARESCHI, Neuza. Promete falar a verdade?. Psicol. Soc., Florianópolis , v. 23, n. 2, p. 220-227, ago. 2011 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-

71822011000200002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 abr. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000200002>.

SILVA, Hélio R. S.. A situação etnográfica: andar e ver. Horiz. antropol., Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 171-188, Dec. 2009. Available from
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832009000200008&lng=en&nrm=iso>. access on 25 June 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832009000200008>.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77- 116.

TELES, Edson. Democracia e estado de exceção: transição e memória política no Brasil e na África do Sul. São Paulo: Fap-Unifesp, 2015.

URIARTE, Urpi Montoya, « O que é fazer etnografia para os antropólogos », Ponto Urbe[Online], 11 | 2012, posto online no dia 14 março 2014, consultado o 25 junho 2019. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/300> ; DOI : 10.4000/pontourbe.300

VIEIRA, E. Os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2004.

Legislação

PLANO DIRETOR MUNICIPAL de Santos, 2018. Disponível em: <https://diariooficial.santos.sp.gov.br/edicoes/inicio/download/2018-07-17> . Acesso em 01 de nov. de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS. Secretaria de Assistência Social (SEAS). Diagnóstico Socioterritorial do Município de Santos, 2016. Disponível em: http://www.santos.sp.gov.br/static/files_www/conselhos/CMDCA/apresentao-seas-201609-19.pdf . Acesso em 01 de nov. de 2018.

Matérias Jornalísticas

ALESSI, Gil. Bolsonaro: “Democracia só existe quando suas Forças Armadas assim o querem”. El País Brasil, São Paulo, 7 de março de 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/07/politica/1551980781_040595.html> Acesso em: 08 de julho de 2019.

A TRIBUNA, “Antigo símbolo do glamour, Hotel Japonês, em Santos, é sinal do abandono”. Versão Online, 24 de março de 2018. Disponível em: <<http://www.atribuna.com.br/noticias/noticias-detalle/cidades/antigo-simbolo-do->

glamourhotel-japones-em-santos-e-sinal-do-abandono.html. Acesso em: 16 de outubro de 2018.

A TRIBUNA, "Baixada tem déficit de 150 mil moradias aponta levantamento". Versão Online, 13 de maio de 2018. Disponível em: <http://www.atribuna.com.br/noticias/noticias-detalle/cidades/baixada-santista-tem-deficit-de-150-mil-moradias-aponta-levantamento/?cHash=4407b35def074b0e0705d67b40e60c5b>. Acesso em: 18 de outubro de 2018.

AZEVEDO, Graziela. "Pacientes transplantados ou com doenças crônicas sofrem com falta de remédios de alto custo na rede estadual de Saúde" Portal G1, São Paulo, 3 de maio de 2019, Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/02/pacientes-transplantados-ou-com-doencas-cronicas-sofrem-com-falta-de-remedios-de-alto-custo-na-rede-estadual-de-saude.ghtml?fbclid=IwAR0Sg8Se5f7AbNg7HzlOq2GzANBCJnntnL3PqdmDE_UJv1nHxhv_gqxVMGoM> Acesso em: 08 de julho de 2019.

CARTA CAMPINAS. "Vale, Friboi, Itaú e outros devem R\$ 426 bilhões para a Previdência Social" Carta Campinas, 20 de fevereiro de 2017, Disponível em: <https://cartacampinas.com.br/2017/02/vale-friboi-itaue-outros-devem-r-426-bilhoes-para-a-previdencia-social/?fbclid=IwAR3-UXppgcG-8BOZVHR2bx9aNT7VpHY2v3-n1WCe002UIL_x7oNzYovZZqw> Acesso em: 08 de julho de 2019.

ESTADÃO, "Santos, a cidade nº 1 na melhor idade". Versão Online, 18 de março de 2017. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,santos-a-cidade-n-1-namelhor-idade,70001704589>. Acesso em: 18 de outubro de 2018.

ESTADÃO CONTEÚDO. "Policiais "ficaram de deboche", diz mulher de músico morto em carro" EXAME, 8 de abril de 2019, Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/policiais-ficaram-de-deboche-diz-mulher-de-musico-morto-em-carro/>> Acesso em: 08 de julho de 2019.

ESTADÃO CONTEUDO. "Bolsonaro encerra grupo de trabalho que identificava ossadas de vítimas da Ditadura Militar" IG O Dia, 21 de abril de 2019, Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/brasil/2019/04/5636034-bolsonaro-encerra-grupo-de-trabalho-que-identificava-ossadas-de-vitimas-da-ditadura-militar.html?fbclid=IwAR00M-rjHyPtZM0gTcuJVkH-7hF5tKAG97jp16feLrmaEnpJZr3OgaBcSi8>> Acesso em: 08 de julho de 2019.

FERNANDES, Anais & FERNANDES, Talita. "Bolsonaro enaltece extinção de conselhos federais com atuação da sociedade civil" Folha de São Paulo, São Paulo e Brasília, 14 de abril de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/bolsonaro-enaltece-extincao-de-conselhos-federais-com-atuacao-da-sociedade-civil.shtml>> Acesso em: 08 de julho de 2019.

GARCIA, Diego. "Milícias já oferecem serviços como aterros e consultas médicas" Folha de São Paulo, Rio de Janeiro, 27 de abril de 2019, Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/milicias-ja-oferecem-servicos-como-aterros-e-consultas-medicas.shtml>> Acesso em: 08 de julho de 2019.

G1 SANTOS, “Homem é preso após matar vizinho com 20 facadas e alega 'legítima defesa' em SP”. Versão Online, 14 de março de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/homem-e-preso-apos-matar-vizinho-com-20facadas-e-alega-legitima-defesa-em-sp.ghml>. Acesso em: 16 de outubro de 2018.

MACHADO, Leandro. "A vida secreta das prostitutas veteranas que trabalham em parque histórico de São Paulo". BBC Brasil, São Paulo, 13 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45133657>> Acesso em: 08 de julho de 2019.

MARREIRO, Flávia. "Marielle Franco, vereadora do PSOL, é assassinada no centro do Rio após evento com ativistas negras" El País Brasil, São Paulo, 15 de março de 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/15/politica/1521080376_531337.html> Acesso em: 08 de julho de 2019.

OLIVEIRA, Regiane. "Governo Bolsonaro prega “negacionismo histórico” sobre a ditadura" El País Brasil, São Paulo, 5 de abril de 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/05/politica/1554419295_939718.html> Acesso em: 08 de julho de 2019.

PENNAFORT, Roberta. "Bolsonaro: Metodologia para calcular desemprego é farsa que tem de ser alterada" UOL Notícias, 5 de novembro de 2018, Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/11/05/bolsonaro-metodologia-para-calculer-desemprego-e-farsa-que-tem-de-ser-alterada.htm?fbclid=IwAR1aSgvMnW1OuBFMVdoF8c2tUOWh_3GjkGEoRxck9v-MzcraEV5e1jsOYYs> Acesso em: 08 de julho de 2019.

PIRES, Breiller “Governo quer inviabilizar apuração dos crimes da ditadura” El País Brasil, São Paulo, 23 de abril de 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/22/deportes/1555967314_420155.html> Acesso em: 08 de julho de 2019.

PORTAL G1. "Bolsonaro diz que MEC estuda 'descentralizar' investimento em cursos de filosofia e sociologia" 26 de abril de 2019, Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/26/bolsonaro-diz-que-mec-estuda-descentralizar-investimento-em-cursos-de-filosofia-e-sociologia.ghml>> Acesso em: 08 de julho de 2019.

PORTAL G1. "MEC corta verba de três universidades federais, mas não explica motivo", 30 de abril de 2019, Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/30/mec-corta-verba-de-tres-universidades-federais-mas-nao-explica-motivo.ghml>> Acesso em: 08 de julho de 2019.

REDAÇÃO. "Bolsonaro pergunta ‘o que é Golden Shower?’ e é trolado nas redes". Revista Fórum, 6 de março de 2019, Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/bolsonaro-pergunta-o-que-e-golden-shower-e-e-trolado-nas-redes/>> Acesso em: 08 de julho de 2019.

REDAÇÃO. "Ministério Público Militar pede soltura de soldados que fuzilaram inocentes com 80 tiros no Rio" Revista Fórum, 29 de abril de 2019, Disponível em:

<<https://www.revistaforum.com.br/ministerio-publico-militar-pede-soltura-de-soldados-que-fuzilaram-inocentes-com-80-tiros-no-rio/>> Acesso em: 08 de julho de 2019.

SOUZA, Liliane. "Paquetá, em Santos, sustenta a tradição milenar da prostituição". MEDIUM, 14 de março de 2017. Disponível em: <<https://medium.com/@lilianee.souza/paquet%C3%A1-em-santos-sustenta-a-tradi%C3%A7%C3%A3o-milenar-da-prostitui%C3%A7%C3%A3o-321b03d570cb>> Acesso em: 08 de julho de 2019.

VALOR ONLINE. "IBGE diz que falta de pessoal ameaça plano de trabalho e Censo 2020" Portal G1, 12 de novembro de 2018, Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/11/12/ibge-diz-que-falta-de-pessoal-ameaca-plano-de-trabalho-e-censo-2020.ghtml?fbclid=IwAR1GwDuxjV7v10uxPmyA9wXd1JrG7VWuafDU9Aq3PjWeviSLMI SuYSCN3h8>> Acesso em: 08 de julho de 2019.

Filmografia

POR TRÁS DO CARTÃO POSTAL. Direção de Junior Castro, Brasil: Santos, 2016. Versão Digital (19 min) Anthropos Filmes. Son. Col. Português. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CS2PNwTYrHA>.